
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

EM UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DO ESTADO DE ALAGOAS



Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Setor Comercial Sul – B, quadra 9, Lote C Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º andar Brasília –
Distrito Federal 70.308-200 Telefone: (61) 2027-3782 mnpct@mdh.gov.br <https://mnpctbrasil.wordpress.com/>

Ficha Técnica Institucional

Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à
Tortura

Membras(os) do MNPCT

Ana Valeska Duarte | 2021-2024

Bárbara Suelen Coloniese | 2020-2023

Camila Barbosa Sabino | 2021-2024

Camila Antero de Santana | 2022-2025

Carolina Barreto Lemos | 2021-2024

Maria Cecília G. Marinho Arruda | 2022-2025

Rogério Duarte Guedes | 2021-2024

Ronilda Vieira Lopes | 2021-2024

Viviane Martins Ribeiro | 2022-2025

Assessoria Técnica Administrativa

Elaine da Trindade

Gleyca Ornelas Mendonça

Ficha Técnica do Relatório

Inspeções em unidades dos sistemas prisional e
socioeducativo do Estado de Alagoas

Autoras(es)

Bárbara Suelen Coloniese | Perita do MNPCT

Camila Antero de Santana | Perita do MNPCT

Maria Cecília G. Marinho Arruda | Perita do MNPCT

Rogério Duarte Guedes | Perito do MNPCT

Especialistas Convidados(as)

Fernando de Jesus Rodrigues | Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade Federal
de Alagoas; Karla Padilha | Comitê Estadual de
Prevenção e Combate à Tortura de Alagoas; Messias
da Silva Mendonça | Conselho Estadual de Combate
à Discriminação e Promoção dos Direitos
LGBTQIAP+ de Alagoas; Roberto Barbosa de
Moura | Comissão de Defesa dos Direitos Humanos
da OAB/AL.

*Todos os direitos reservados. A reprodução do todo ou partes deste documento é permitida somente para fins
não lucrativos com a devida citação.*

A dignidade da pessoa humana figura no ordenamento jurídico como um princípio que fundamenta e agrega os demais direitos e garantias fundamentais e, como tal, orienta a limitação do poder estatal, para evitar arbítrios, e obriga a ação positiva do Estado, de forma a garantir a sua observância. Nesse sentido, é certo que sem dignidade humana não há Estado democrático de Direito, cuja legitimidade depende do respeito e da promoção a esse relevante preceito.

Supremo Tribunal Federal. Trecho do voto do Ministro rel. Dias Toffoli no julgamento da ADPF 607/DF. 31 de março de 2022.

SIGLAS

ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas
CDDH - Comissão de Defesa de Direitos Humanos
CEUP - Chefe Especial de Unidades Penitenciárias
CNIEP - Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais
CNPCCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
COC - Centro de Observação Criminológico
COFEN- Conselho Federal de Enfermagem
COVID-19 – Coronavirus Disease 19
CPT - Comitê Europeu para Prevenção da Tortura
CRP/AL - Conselho Regional de Psicologia de Alagoas
DP-AL - Defensoria Pública do Estado de Alagoas
EAD - Educação a Distância
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPFSL - Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia
EPI - Equipamento de Proteção Individual
ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional
GCon - Gerenciamento e Contenção
GERIT - Grupo de Escolta, Remoção e Intervenção Tática
GMF - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e o símbolo + que é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero
MP-AL - Ministério Público do Estado de Alagoas
NRC - Núcleo Ressocializador da Capital
OAB-AL - Ordem dos Advogados do Brasil - seccional de Alagoas
OHCHR - Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ONU - Organização das Nações Unidas
PA - Presídio do Agreste
PAD - Procedimento Administrativo Disciplinar
PenSM - Penitenciária de Segurança Máxima
PIS - Plano individual de saída
PP - Policial Penal
PPP - Projeto Político Pedagógico
PSS - Processo Seletivo Simplificado
PTS - Projeto Terapêutico Singular
POLC - Polícia Científica de Alagoas

POP - Procedimento Operacional Padrão
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
RDD - Regime Disciplinar Diferenciado
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPREV - Secretaria de Prevenção à Violência
SERIS - Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social
SESAU - Secretaria de Estado de Saúde
SINAN- Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SRT - Serviço Residencial Terapêutico
SUMESE - Superintendência de Medidas Socioeducativas
TARV - Terapia Antirretroviral
TJAL - Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
UBS - Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da Baldomero, EPFSL, CPJ e PENSM.....	16
Figura 2: Triagem da Baldomero.....	17
Figura 3: Triagem da Baldomero.....	18
Figura 4: Triagem da Baldomero.....	18
Figura 5: Forma como PPL's comem na triagem da Baldomero.....	18
Figura 6: Raio de um dos módulos da Baldomero.....	19
Figura 7: Infiltrações e fios elétricos expostos.....	20
Figura 8: Infiltrações e fios elétricos expostos.....	20
Figura 9: Colchões utilizados pelas pessoas presas.....	20
Figura 10: Solário e pátio do módulo.....	21
Figura 11: Solário e pátio do módulo.....	21
Figura 12: Cela no módulo Acolhimento.....	22
Figura 13: Banheiro em cela no módulo Acolhimento.....	22
Figura 14: Cela com cadeirantes no módulo Acolhimento.....	23
Figura 15: Espaço de circulação da cela com cadeirantes.....	23
Figura 16: Medição do espaço de circulação da cela com cadeirantes.....	24
Figura 17: Medição do espaço de circulação da cela com cadeirantes.....	24
Figura 18: Banheiro sem adaptação para pessoa com deficiência.....	24
Figura 19: Vala de esgoto.....	25
Figura 20: Ala LGBT.....	26
Figura 21: Única cela da Ala LGBT.....	26
Figura 22: Calha de esgoto dentro da Ala LGBT.....	27
Figura 23: Lixo a céu aberto ao lado da cozinha do Complexo.....	29
Figura 24: Lixo a céu aberto ao lado da cozinha do Complexo.....	29
Figura 25: Pão oferecido no café.....	30
Figura 26: Almoço das pessoas privadas de liberdade.....	31
Figura 27: Forma como os pães são transportados.....	32
Figura 28: Item do kit de higiene disponibilizado pelo Estado.....	35
Figura 29: Item do kit de higiene disponibilizado pelo Estado.....	35
Figuras 30: Item do kit de higiene disponibilizado pelo Estado.....	35
Figuras 31: Item do kit de higiene disponibilizado pelo Estado.....	35
Figura 32: Pessoa presa com trauma ortopédico.....	38
Figura 33: Espaço da escola.....	40
Figura 34: Espaço da escola.....	40
Figura 35: Pessoas presas dentro do módulo.....	43
Figura 36: Campo de futebol.....	43
Figura 38: Marcas dos disparos de munição menos letal nas nádegas de pessoa presa.....	50
Figura 39: Munição vencida.....	50
Figura 40: Munição vencida.....	50
Figura 41: Vista aérea.....	52
Figura 42: Apartamento.....	53
Figura 43: Apartamento.....	53
Figura 44: Estrutura sem manutenção e suja dos alojamentos.....	54
Figura 45: Estrutura sem manutenção e suja dos alojamentos.....	54
Figura 46: Estrutura sem manutenção e suja dos alojamentos.....	54
Figura 47: Alojamento dos policiais penais.....	55
Figura 48: Alojamento dos policiais penais.....	55

Figura 49: Banheiro dos servidores.....	56
Figura 50: Almoço das pessoas privadas de liberdade.....	57
Figura 51: Procedimento inadequado na administração dos medicamentos.....	59
Figura 52: Controle dos atendimentos da Defensoria Pública.....	60
Figura 53: Praxiterapia.....	65
Figura 54: Praxiterapia.....	65
Figura 55: Praxiterapia.....	65
Figura 56: Praxiterapia.....	65
Figura 57: Praxiterapia e fisioterapia no mesmo ambiente.....	66
Figura 58: Vista aérea da PenSM.....	70
Figura 59: Lodo e restos de insetos.....	71
Figura 60: Lodo e restos de insetos.....	71
Figura 61: Ponto de iluminação cimentado.....	72
Figura 62: Portas das celas sem ventilação cruzada.....	72
Figura 63: Solário da triagem.....	73
Figura 64: Solário da triagem.....	73
Figura 65: Solário da triagem.....	73
Figura 66: Solário da triagem.....	73
Figura 67: Raio do módulo.....	74
Figura 68: Espaço para visitas íntimas em manutenção.....	75
Figura 69: Espaço para visitas íntimas em manutenção.....	75
Figura 70: PPL sem colchão.....	75
Figura 71: Módulo do trabalhador com colchões.....	75
Figura 72: Farrapo de lençol.....	76
Figura 73: Restos de toalha de banho.....	76
Figura 74: Ratos saindo de bueiro, dentro da unidade.....	77
Figura 75: Almoço das pessoas privadas de liberdade.....	78
Figura 76: Itens do kit de higiene entregues pelo Estado.....	79
Figura 77: PPL com furúnculo sem atendimento de saúde.....	81
Figura 78: PPL machucado na sola do pé.....	83
Figura 79: PPL com problema de pele.....	83
Figura 80: Espaço da escola usado como módulo do trabalhador.....	85
Figura 81: Espaço da escola usado como módulo do trabalhador.....	85
Figura 82: Espaço da escola usado como módulo do trabalhador.....	85
Figuras 83: Cadeiras de roda dentro da unidade.....	88
Figura 84: PPL com marca de bala de borracha/impacto cinético.....	91
Figura 85: PPL com marcas de balas de borracha/impacto cinético.....	91
Figura 86: Vista aérea da EPFSL.....	92
Figura 87: Raio do módulo da unidade.....	93
Figura 88: Banheiro de cela da triagem.....	95
Figura 89: Banheiro de cela da triagem.....	95
Figura 90: Cela da triagem.....	96
Figura 91: Bloqueio da iluminação com tinta.....	96
Figura 92: Cela do módulo.....	97
Figura 93: Registro de chuveiro não acessível em cela para pessoa com deficiência.....	98
Figura 94: Infiltrações na cela cobertas com sabão.....	98
Figura 95: Peso da vasilha vazia.....	100
Figura 96: Peso do jantar.....	100
Figura 97: Kit de vestuário e higiene entregue pelo Estado.....	100
Figura 98: Body Scan.....	105

Figura 99: PPL com marca de arranhão.....	108
Figura 100: Vista aérea do PA (zona rural)	109
Figura 101: Vista aérea do PA (zona rural)	109
Figura 102: PPL's sem cama e colchão.....	110
Figura 103: Cella sem divisória de banheiro e colchões no chão.....	111
Figura 104: Cella da unidade.....	112
Figura 105: Portas das celas sem ventilação cruzada.....	112
Figura 106: Oficina de trabalho desativada.....	113
Figura 107: Oficina de trabalho desativada.....	113
Figura 108: Banheiros de oficina de trabalho sem condições de uso.....	113
Figura 109: Alimentação oferecida na unidade.....	117
Figura 110: Alimentação oferecida na unidade.....	117
Figura 111: Vasilhas para armazenar água.....	118
Figura 112: Vasilhas para armazenar água.....	118
Figura 113: Relação de atendimentos repetidos para a mesma pessoa.....	122
Figura 114: Sala com notebooks para cursos EaD.....	123
Figura 115: Aviso de cela isolada no seguro.....	125
Figura 116: Arma de eletrochoque.....	126
Figura 117: Vista aérea do Complexo Socioeducativo em Maceió.....	130
Figura 118: Vista aérea da UIME A/B.....	131
Figura 119: Espaço destinado para visita familiar.....	131
Figura 120: Espaço destinado à prática de esportes.....	132
Figura 121: Módulos da unidade socioeducativa.....	132
Figura 122: Banheiro do alojamento.....	133
Figura 123: Banheiro do alojamento.....	133
Figura 124: Local usado pelos adolescentes para lavar as roupas dentro do alojamento.....	133
Figura 125: Alimentação oferecida aos adolescentes.....	135
Figura 126: Forma de acondicionar os medicamentos que serão entregues aos adolescentes..	138
Figura 127: Sala de aula da unidade.....	139
Figura 128: Biblioteca do Complexo Socioeducativo.....	140
Figura 129: Sala dos monitores (agente de segurança socioeducativo).....	143
Figura 130: Sala dos monitores (agente de segurança socioeducativo).....	143
Figura 131: Armazenamento irregular de tonfas na sala dos monitores.....	143
Figura 132: Armazenamento irregular de algemas na sala dos monitores.....	143
Figura 133: Colher de plástico cortada.....	146
Figura 134: Cobertura dos dois IML's de Alagoas.....	149
Figura 135: Sala para realização das perícias.....	151
Figura 136: Sala para realização das perícias.....	151
Figura 137: Acesso independente para perícia de custodiado.....	151
Figura 138: Sala de espera do periciando.....	151
Figura 139: Banheiro para o periciando.....	151
Figura 140: Paredes internas da Central de Flagrantes.....	155
Figura 141: Paredes internas da Central de Flagrantes.....	155
Figura 142: Vaso sanitário.....	156
Figura 143: Banheiro sem chuveiro (cano do teto).....	156
Figura 144: Local onde custodiados aguardam para serem ouvidos pelo escrivão.....	156
Figura 145: Cella da carceragem.....	158
Figura 146: Condição que custodiados permanecem na carceragem.....	158
Figura 147: Alimentação oferecida aos custodiados.....	158

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. PENITENCIÁRIA MASCULINA BALDOMERO CAVALCANTI DE OLIVEIRA.....	15
1.1. Infraestrutura e Recursos Humanos.....	15
1.2. Condições específicas da população LGBTI+	26
1.3. Acesso à alimentação, água e higiene.....	29
1.4. Atendimento de saúde, psicossocial e jurídico	35
1.5. Acesso à educação, trabalho e lazer.....	40
1.6. Contato externo e familiar.....	43
1.7. Uso da força	45
2. CENTRO PSIQUIÁTRICO JUDICIÁRIO PEDRO MARINHO SURUAGY (CPJ)	51
2.1. Infraestrutura e Recursos Humanos.....	52
2.2. Acesso à alimentação, água e higiene.....	56
2.3. Atendimento de saúde, psicossocial e jurídico	58
2.4. Acesso à educação, trabalho e lazer.....	64
2.5. Contato externo e familiar.....	66
2.6. Uso da força	67
3. PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA.....	69
3.1. Infraestrutura e Recursos Humanos.....	69
3.2. Acesso à alimentação, água e higiene.....	75
3.3. Atendimento de saúde, psicossocial e jurídico	79
3.4. Acesso à educação, trabalho e lazer.....	84
3.5. Contato externo e familiar.....	86
3.6. Uso da força	90
4. ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO SANTA LUZIA.....	92
4.1. Infraestrutura e Recursos Humanos.....	92
4.2. Acesso à alimentação, água e higiene.....	99
4.3. Atendimento de saúde, psicossocial e jurídico	100
4.4. Acesso à educação, trabalho e lazer.....	102
4.5. Contato externo e familiar.....	104
4.6. Uso da força	105

5.	PRESÍDIO DO AGRESTE.....	108
5.1.	Infraestrutura e Recursos Humanos.....	108
5.2.	Acesso à alimentação, água e higiene.....	116
5.3.	Atendimento de saúde, psicossocial e jurídico.....	119
5.4.	Acesso à educação, trabalho e lazer.....	123
5.5.	Contato externo e familiar.....	124
5.6.	Uso da força.....	125
6.	INSPEÇÃO EM UNIDADE SOCIOEDUCATIVA.....	128
7.	UNIDADE DE INTERNAÇÃO MASCULINA EXTENSÃO A e B.....	130
7.1.	Infraestrutura e Recursos Humanos.....	131
7.2.	Acesso à alimentação, água e higiene.....	134
7.3.	Acesso à saúde, atendimento psicossocial e jurídico.....	135
7.4.	Acesso a atividades escolares, profissionalizantes, pedagógicas e recreativas.....	138
7.5.	Convivência familiar e contato externo.....	141
7.6.	Prevalência da Dimensão da Segurança na Medida Socioeducativa.....	142
8.	INSTITUTO MÉDICO LEGAL.....	148
9.	CENTRAL DE FLAGRANTES I.....	154
9.1.	Infraestrutura e recursos humanos.....	154
9.2.	Garantias e assistência aos custodiados.....	155
10.	RECOMENDAÇÕES.....	160
10.1.	Ao Governo do Estado de Alagoas.....	160
10.2.	À Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social - SERIS.....	160
10.3.	À Secretaria de Estado de Prevenção à Violência - SEPREV / Sup. de Medidas Socioeducativas - SUMESE.....	164
10.4.	À Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.....	165
10.5.	Ao Instituto Médico Legal.....	166
10.6.	À Defensoria Pública de Alagoas.....	166
10.7.	Ao Ministério Público de Alagoas.....	167
10.8.	Ao Tribunal de Justiça de Alagoas.....	167
10.9.	À Assembleia Legislativa de Alagoas.....	168
10.10.	Ao Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Alagoas.....	168

10.11.	À Comissão de Defesa de Direitos Humanos - OAB/Alagoas	168
10.12.	À Central de Flagrantes I	168
10.13.	Ao Conselho Estadual Dos Direitos Da Pessoa com Deficiência.....	168
10.14.	Ao Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais.....	169
ANEXO.....		170

APRESENTAÇÃO

1. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) foi criado para atender ao compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro no ano de 2007, através da ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas – OPCAT/ONU. Através deste instrumento internacional o Estado brasileiro se comprometeu por a estabelecer, em conformidade com suas diretrizes, um mecanismo preventivo de caráter nacional, além de poder criar outros mecanismos similares no âmbito dos estados e do Distrito Federal.
2. Por meio da Lei nº 12.847, sancionada no dia 2 de agosto de 2013 se institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) no qual o MNPCT passou a fazer parte com a competência alicerçada no conceito de pessoas privadas de liberdade, definida pelo art. 3º da Lei nº 12.847/2013, a partir de um enfoque centrado na pessoa sob a custódia do Estado.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

II - pessoas privadas de liberdade: aquelas obrigadas, por mandado ou ordem de autoridade judicial, ou administrativa ou policial, a permanecerem em determinados locais públicos ou privados, dos quais não possam sair de modo independente de sua vontade, abrangendo locais de internação de longa permanência, centros de detenção, estabelecimentos penais, hospitais psiquiátricos, casas de custódia, instituições socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei e centros de detenção disciplinar em âmbito militar, bem como nas instalações mantidas pelos órgãos elencados no art. 61 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

3. A atuação do Mecanismo Nacional é na perspectiva de prevenção a quaisquer medidas, rotinas, dinâmicas, relações, estruturas, normas e políticas que possam propiciar a prática de tortura ou de outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Para tanto, o órgão se pauta pelas definições legais de tortura vigentes dentro do ordenamento jurídico brasileiro, oriundas de três principais fontes: (i) a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; (ii) a Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997; e (iii) a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.
4. O art. 2º da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura define a tortura como todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, castigo pessoal, medida preventiva, pena, ou com qualquer outro fim, ou a aplicação de métodos tendentes a anular a personalidade da pessoa, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, ainda que não causem dor física ou angústia psíquica.
5. Já a Lei nº 9.455/1997 tipifica o crime de tortura:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

6. As atribuições e prerrogativas MNPCT, conforme a Lei nº 12.847/2013, estão assim definidas:

Art. 9º Compete ao MNPCT:

I - planejar, realizar e monitorar visitas periódicas e regulares a pessoas privadas de liberdade em todas as unidades da Federação, para verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas;

[...]

III - requerer à autoridade competente que instaure procedimento criminal e administrativo mediante a constatação de indícios da prática de tortura e de outros tratamentos e práticas cruéis, desumanos ou degradantes;

[...]

VI - fazer recomendações e observações às autoridades públicas ou privadas, responsáveis pelas pessoas em locais de privação de liberdade, com vistas a garantir a observância dos direitos dessas pessoas; [...].

Art. 10. São assegurados ao MNPCT e aos seus membros:

I - a autonomia das posições e opiniões adotadas no exercício de suas funções;

II - o acesso, independentemente de autorização, a todas as informações e registros relativos ao número, à identidade, às condições de detenção e ao tratamento conferido às pessoas privadas de liberdade;

III - o acesso ao número de unidades de detenção ou execução de pena privativa de liberdade e a respectiva lotação e localização de cada uma;

IV - o acesso a todos os locais arrolados no inciso II do caput do art. 3º, públicos e privados, de privação de liberdade e a todas as instalações e equipamentos do local;

V - a possibilidade de entrevistar pessoas privadas de liberdade ou qualquer outra pessoa que possa fornecer informações relevantes, reservadamente e sem testemunhas, em local que garanta a segurança e o sigilo necessários;

VI - a escolha dos locais a visitar e das pessoas a serem entrevistadas, com a possibilidade, inclusive, de fazer registros por meio da utilização de recursos audiovisuais, respeitada a intimidade das pessoas envolvidas; e

VII - a possibilidade de solicitar a realização de perícias oficiais, em consonância com as normas e diretrizes internacionais e com o art. 159 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

7. Dessa forma, compreende-se que o MNPCT não se submete a qualquer política de governo, mas é um órgão de Estado autônomo que atende ao compromisso internacional que se deu com a ratificação do OPCAT. O Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 607 deixou nítido que o exercício independente e remunerado dos mandatos dos peritos do MNPCT é medida que se impõe e afirmou também que “[...] não se trata de uma escolha das autoridades

que ocupam, em caráter eventual, os mais altos cargos da República, mas sim, de uma política de Estado, que transcende ideologias e visões de mundo, pois retira diretamente da Constituição Federal o fundamento de sua existência” (STF, ADPF 607, p. 39 e 40).

8. A decisão tratou da análise de incompatibilidade com a Constituição do Decreto 9831/2019, responsável pelo desmonte do MNPCT. Assim, diante do reconhecimento da centralidade da política vinda de modo unânime pelo pleno do STF, com fulcro na Lei n.º 12.847/2013; na Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura; e na Lei n.º 9.455/1997, que tipifica os crimes de tortura, o MNPCT vem apresentar o Relatório de Inspeções Regulares em unidades prisionais e socioeducativa do estado de Alagoas.

9. Esta foi a primeira missão de inspeções em unidades prisionais e socioeducativa no estado. Os principais objetivos das inspeções eram analisar as condições de vida das pessoas privadas de liberdade em unidades prisionais e socioeducativa de Alagoas a fim de apurar possíveis práticas de tortura, maus tratos e violações de direitos, além de verificar a qualidade de vida e as condições de acolhimento assistencial multidisciplinar nas unidades. Mais especificamente, pretendeu-se verificar se as unidades ofertavam os insumos básicos e necessários para a garantia dos direitos das pessoas que ali se encontram, além de avaliar a legalidade da manutenção daquelas pessoas em situação de privação de liberdade e as possibilidades de desencarceramento. Todas as inspeções foram não anunciadas, ou seja, o Estado de Alagoas não sabia previamente que o órgão visitaria o estado e nem em quais unidades o MNPCT realizaria a inspeção.

10. A equipe do Mecanismo adotou a metodologia que orienta as inspeções, baseada no protocolo do órgão, que envolve desde estudo prévio sobre o local, diálogos com a sociedade civil e com órgãos do Poder Público, escolha da equipe de inspeção e de especialistas convidados, uso dos instrumentais do MNPCT para esse tipo de instituição, registros fotográficos da unidade, requisição de documentos às direções das unidades, sistematização, análise e triangulação das informações coletadas. Durante as inspeções, a equipe entrevistou pessoas privadas de liberdade nas unidades, servidores das equipes técnicas multidisciplinares, servidores encarregados da custódia das pessoas privadas de liberdade (agentes socioeducativos e policiais penais) e as direções gerais, para o que utilizou roteiros de entrevistas semiestruturados.

11. Ao fim da missão, contando com o apoio do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e da OAB-AL, através da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, foi realizada

uma reunião de devolutiva que contou com diferentes representantes de órgãos do Poder Público estadual, visando apresentar os principais problemas identificados nas inspeções, requerer e recomendar providências urgentes em relação às situações mais graves e abrir um canal de diálogo para o fortalecimento de medidas de prevenção à tortura nos sistemas socioeducativo e prisional alagoano.

12. Embora quase a totalidade das unidades de privação de liberdade do sistema prisional esteja na capital do estado, a equipe do Mecanismo quis garantir a inspeção na única unidade que está localizada no interior do estado de Alagoas. A missão iniciou no dia 15 e foi finalizada no dia 20 de agosto de 2022. As unidades inspecionadas foram: o Presídio do Agreste, localizado no município de Girau do Ponciano; a Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira; o Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy; a Penitenciária de Segurança Máxima; o Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia; a Unidade de Internação Masculina Extensão A/B (Socioeducativo); a Central de Flagrantes I.A equipe fez também uma reunião institucional no Instituto Médico Legal, todos localizados no município de Maceió. O apoio logístico para deslocamento terrestre da equipe na missão em Alagoas foi realizado pela Polícia Rodoviária Federal de Alagoas, com fulcro no Art. 9º, § 4º, da Lei 12.847/2013.

1. PENITENCIÁRIA MASCULINA BALDOMERO CAVALCANTI DE OLIVEIRA

1.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

13. A Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira (doravante referida como Baldomero Cavalcante), localizada no Complexo Penitenciário de Maceió, foi a primeira unidade a ser inspecionada na missão ao Estado de Alagoas. A inspeção foi realizada no dia 15 de agosto de 2022, com chegada na unidade, aproximadamente, às 08h30 e saída às 18h30. Além da equipe de peritas/o da missão, participaram da inspeção dois especialistas convidados, a Dra. Karla Padilha, Presidente do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de Alagoas e representante do Ministério Público Estadual e o Sr. Messias da Silva Mendonça, Presidente do Grupo Gay de Maceió e presidente do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e promoção dos Direitos LGBTI+¹.

14. A equipe do MNPCT foi recebida pelo chefe da unidade, juntamente com demais integrantes da equipe. Na sala da direção, a equipe de missão apresentou o órgão, a equipe de inspeção, bem como as prerrogativas legais de seus integrantes.

15. A Baldomero Cavalcanti foi inaugurada no dia 11 de fevereiro de 1999. Destinada a presos condenados, possui capacidade de 773 vagas. A penitenciária possui 5 módulos, um desses destinados aos trabalhadores que trabalham internamente. Ainda dentro da unidade, porém fora desses módulos, há espaço destinado a presos que eram servidores de órgãos da segurança pública não militar (condenados ou provisórios); para presos que tenham diploma de curso superior² (condenados ou provisórios); a triagem (local destinado aos reeducandos recém chegados e também aqueles que não estão em convívio ou cometeram falta disciplinar, funcionando como uma ala disciplinar improvisada); o acolhimento (local destinado a idosos, pessoas com deficiência e/ou que necessitam de um acompanhamento de saúde mais próximo); e a Ala LGBT³.

¹ O MNPCT irá utilizar a sigla LGBTI+, considerando os debates desenvolvidos em duas Conferências Nacionais LGBT (2008 e 2011) onde a sigla que foi possível definir pelas organizações da sociedade civil presentes no debate e de maneira representativa foi a sigla LGBT. No entanto, considerando que mais de 10 anos depois da última conferência são observadas mudanças e o aparecimento de organizações em relação a categoria intersexo, adotamos a inclusão da letra I e do símbolo + que é responsável por abarcar outras identidades sexuais e de gênero dissidentes, mas que ainda não possuem representação coletiva.

² A previsão de cela especial para ensino superior é apenas para prisão provisória. Para presos sentenciados, esse critério é arbitrário e contraria a lei, inclusive misturando presos condenados e provisórios, contrariando o artigo 84 Lei de Execuções Penais (Lei 7210/84).

³ A Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS) e a direção da unidade utilizam a terminologia LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais.



Figura 1: Vista aérea da Baldomero, EPFSL, CPJ e PENSM. Fonte: Google.

16. De acordo com o mapa diário da população carcerária, no dia da inspeção, a unidade tinha 1.540 pessoas privadas de liberdade. Embora os dados disponíveis no SISDEPEN façam referência ao período de julho a dezembro de 2021, os dados disponibilizados na plataforma divergem quanto à especificação da quantidade de pessoas presas por regime.

17. Segundo o SISDEPEN⁴, das 1.661 pessoas presas, 132 estão em regime fechado e 1.529 em prisão provisória. No entanto, o mapa diário divulgado pela Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS) informa que são 1.393 em regime fechado e 147 em prisão provisória. Para além dessa inconsistência, podemos verificar que atualmente a superlotação da Baldomero Cavalcante excede em quase 100% a sua capacidade.

18. O primeiro lugar inspecionado foi a triagem. Trata-se de um local onde pessoas presas estão sem convívio ou receberam alguma medida disciplinar pela unidade. Ou seja, a triagem da unidade funciona não apenas como porta de entrada, mas também como um seguro improvisado. As pessoas que estão nesse local estão ainda mais desassistidas que as demais pessoas presas. Não há banho de sol; não há disponibilização de colchão nem de escovas de dente, inclusive ouvimos relatos de que eles utilizam as escovas de dentes que encontram nas celas quando chegam e as compartilham. As toalhas de banho são precários pedaços de tecido que, mesmo insuficientes, são divididos em partes menores para o compartilhamento com os custodiados que não recebem sacolas das famílias, ou seja, precarizando ainda mais a utilização da toalha. Em todo o espaço, não há nenhum ponto de iluminação. Como a equipe de inspeção teve a oportunidade de permanecer na unidade até o anoitecer, foi possível constatar a total escuridão em que ficam as pessoas nesse local.

4

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOWYwMDdlNmItMDNkOC00Y2RmLWVhYmQ0OTUwYTUwNDk5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.



Figura 2: Triagem da Baldomero. Fonte: MNPCT.

19. A Regra 43 das Regras de Mandela veda práticas ou sanções disciplinares que implicam tortura ou outra forma de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, especialmente o confinamento solitário indefinido ou prolongado; a detenção em cela escura ou constantemente iluminada; castigos corporais ou redução da alimentação ou água potável do recluso; castigos coletivos.

20. Reeducandos desta “triagem-castigo-seguro” relataram a presença recorrente de vetores como escorpiões, baratas e mosquitos. Foi informado que há muitíssimos mosquitos na unidade, “às vezes o teto da cela chega a ficar preto”, de tantos mosquitos. Os reeducandos relataram que por vezes **são obrigados a providenciar um fumaceiro improvisado dentro das celas a fim de espantar os mosquitos**, pois não foram tomadas providências eficazes para cuidar desta situação por parte da administração da unidade. Não são disponibilizados nem mesmo repelentes para evitar as picadas.



Figuras 3 e 4: Triagem da Baldomero. Fonte: MNPCT.

21. As pessoas que estão na triagem não possuem nenhum talher e para se alimentar utilizam a própria tampa da vasilha onde é acondicionado o alimento. O local insalubre, a desassistência material, somados ao tratamento dispensado às pessoas que lá se encontram estão em total desacordo com as normativas nacionais e internacionais, pois é desumano, cruel e degradante.



Figura 5: Forma como PPL's comem na triagem da Baldomero. Fonte: MNPCT.

22. Encontramos pessoas que estão na triagem há mais de 14 dias e que não têm acesso ao banho de sol, nem a nenhum tipo de visita.

23. Embora haja presos provisórios na unidade, não há local específico para essas pessoas. Durante a inspeção, em diferentes módulos, pudemos constatar pessoas em cumprimento de pena em regime fechado no mesmo módulo e cela de pessoas presas provisoriamente, em desacordo com o Art. 84, da LEP.⁵

24. Os 5 cinco módulos possuem uma estrutura física semelhante. Em cada módulo, existem 4 raios e, em cada raio, há 12 celas. Em cada cela, existem 4 camas feitas em concreto. As portas das celas possuem pequenas aberturas, dificultando a aeração adequada.

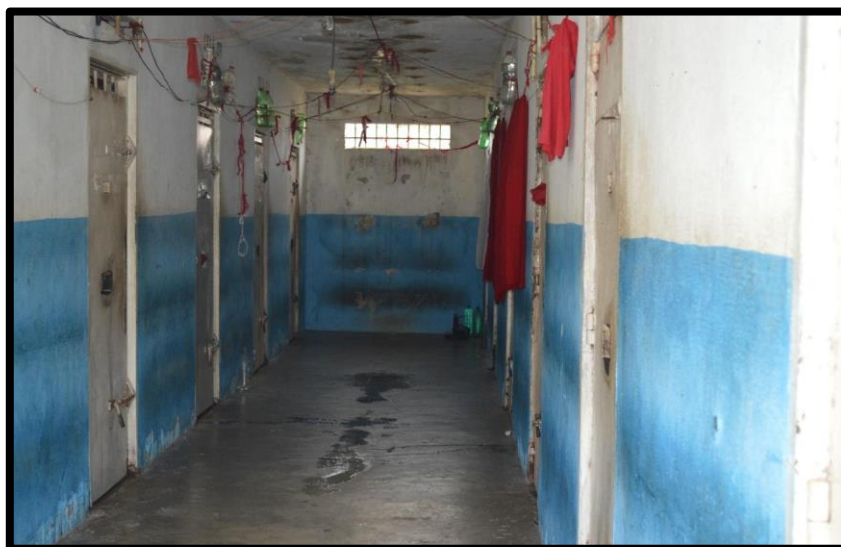


Figura 6: Raio de um dos módulos da Baldomero. Fonte: MNPCT.

25. As Regras de Mandela n.º 12 a 17 preveem padrões mínimos para os espaços de alojamento das pessoas privadas de liberdade, destacando-se os aspectos referentes à iluminação e ventilação:

Regra 14

Em todos os locais destinados aos reclusos, para viverem ou trabalharem: (a) As janelas devem ser suficientemente amplas de modo a que os reclusos possam ler ou trabalhar com luz natural e devem ser construídas de forma a permitir a entrada de ar fresco, haja ou não ventilação artificial; (b) A luz artificial deve ser suficiente para permitir aos reclusos ler ou trabalhar sem prejudicar a vista.

26. A estrutura predial dos módulos e das celas está em péssimas condições. Foi possível constatar inúmeros pontos de infiltração tanto dentro como fora das celas. Como medida para mitigar o vazamento interno e evitar que colchões que são colocados no chão sejam molhados, as pessoas presas colocam pedaços de sabão em barra nas rachaduras. Também foi identificado muitos fios elétricos expostos, podendo causar choques elétricos, curtos-circuitos e/ou incêndios.

⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm.



Figuras 7 e 8: Infiltrações e fios elétricos expostos. Fonte: MNPCT.

27. Como há superlotação, as 4 camas existentes nas celas desses módulos não são suficientes para acomodar todas as pessoas presas, tendo essas que dormir no chão. Contudo, não há colchão para todas as pessoas. Aquelas que tinham colchão nem sabiam informar a última vez que este item foi substituído pela unidade.



Figura 9: Colchões utilizados pelas pessoas presas. Fonte: MNPCT.

28. Foi possível identificar um cenário insalubre, caracterizado pela incompatibilidade entre a estrutura física da penitenciária e a sua capacidade de lotação, em desconformidade com o que dispõe o art. 85 da LEP. Sobre esse assunto, artigo 1º da Resolução do CNPCP n.º 5, de 25 de novembro de 2016, também recomenda que a capacidade total de vagas no sistema prisional, por unidade federativa, observe o critério universal de proporcionalidade do número de presos por 100.000 habitantes.

29. Várias pessoas presas relataram que as instalações sanitárias não funcionam adequadamente, inclusive comprovamos que vários vasos sanitários estão entupidos. Para se dar descarga no vaso sanitário é necessário jogar água utilizando um balde. Como a água não sai com força do cano na parede, para tomar banho é necessário ter o auxílio de um balde e uma vasilha para jogar a água no corpo.

30. Os 4 raios existentes se comunicam com um pátio que tem uma área descoberta e que possui tanques para lavagem de roupas. Também há uma área coberta. É nesse espaço que acontecem as visitas sociais. As pessoas presas, quando recebem o café da manhã, entre 7h30 e 9h, podem deixar suas celas para permanecerem nesse pátio até o fim da tarde, quando o jantar é fornecido, por volta das 16h, retornando posteriormente para as celas, sendo trancados pelas próprias pessoas presas que exercem a função de representantes.



Figuras 10 e 11: Solário e pátio do módulo. Fonte: MNPCT.

31. Mais próximo do setor de saúde, está localizado o módulo chamado **Acolhimento**. Nele local estão idosos, cadeirantes, alguns trabalhadores, totalizando 116 pessoas, sendo a capacidade de 79 vagas. São as pessoas que necessitam de um acompanhamento mais sistemático em razão de problemas de saúde.

32. As celas desse módulo, de igual forma à dos demais visitados, estão em péssimas condições de conservação e salubridade. São paredes com infiltrações e mofos, celas que

possuem capacidade para 10 (dez) pessoas tinham 19 (dezenove) pessoas, obrigando quem não possuía cama a dormir no chão.



Figuras 12 e 13: Módulo Acolhimento – cela e banheiro. Fonte: MNPCT.

33. Outra questão importante de destacar é a **situação dos cadeirantes** que estão nesse módulo. Considerando a superlotação da cela onde estão alojados, as pessoas que dormem no chão acabam atrapalhando a circulação dos cadeirantes que precisam transitar com suas cadeiras, dentro da cela, quando precisam ir ao banheiro. Alguns cadeirantes afirmaram já ter se acidentado em razão da falta de adaptação estrutural para suas necessidades. Também não há nenhum tipo de acessibilidade para essas pessoas usarem o banheiro com suas cadeiras de rodas, muito menos autonomia para fazerem suas necessidades fisiológicas no local. O vaso sanitário é revestido de concreto, dificultando que essa pessoa possa sentar-se. A descarga do vaso sanitário e o registro do chuveiro estão localizados numa posição que não permite o acesso por essas pessoas. Nos foi relatado que muitas vezes precisam fazer suas necessidades em sacolas e contam com a ajuda das outras pessoas para que seja dado o devido descarte. Observamos ainda que os cadeirantes simplesmente não têm acessibilidade, devido à estreita largura de passagem, que não permite a sua entrada com a cadeira de rodas. São situações que afrontam a dignidade da pessoa humana e configuram tratamento cruel, desumano e degradante.



Figura 14: Cella com cadeirantes no módulo Acolhimento. Fonte: MNPCT.

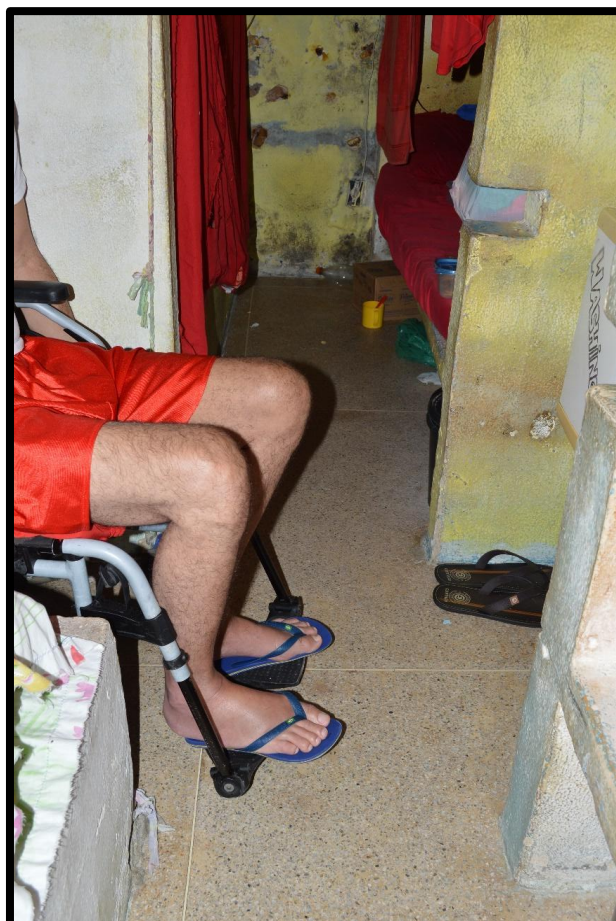


Figura 15: Espaço de circulação da cela com cadeirantes. Fonte: MNPCT.



Figuras 16:e 17: Medição do espaço de circulação da cela com cadeirantes. Fonte: MNPCT.



Figura 18: Banheiro sem adaptação para pessoa com deficiência. Fonte: MNPCT.

34. Em todos os espaços visitados, foi possível constatar a não disponibilização pelo Estado de materiais de limpeza com frequência e quantidade adequada para o asseio das celas. No kit de higiene, é disponibilizado uma barra de sabão para que cada pessoa presa lave as suas roupas de vestuário, cama e banho, pois a unidade não possui lavanderia. Como alternativa, as pessoas presas derretem parte desse material para que, na forma líquida, possam realizar a limpeza nas celas. A inexistência de materiais desinfetantes para a limpeza das celas

contribui para gerar maiores riscos de proliferação de mofo, fungos, doenças respiratórias e de pele.

35. Entre os módulos de 1 a 5 também existe um canal aberto onde o esgoto é despejado. Além do cheiro forte, também foi relatado a existência de muitos insetos como moscas, mosquitos, baratas e até animais peçonhentos como lacraias e escorpiões. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as baratas, por exemplo, é um agente transmissor de doenças causadas por bactérias, como a furunculose, lepra, tuberculose, poliomielite e diarreia⁶. Ter o acesso à água, local higienizado e com saneamento é um fator muito importante para o controle e eliminação de doenças. No entanto, não foi essa a realidade observada.



Figura 19: Vala de esgoto. Fonte: MNPCT.

36. Em matéria publicada em abril de 2021 pela imprensa local⁷, foi divulgado a ocorrência de um alagamento na unidade prisional após a ocorrência de uma chuva, afetando os módulos onde estão as pessoas privadas de liberdade e os locais de trabalho dos policiais penais. De acordo com a reportagem, que já tem mais de um ano, a SERIS tem realizado intervenções importantes, no entanto não foi possível identificar as medidas para resolver os problemas aqui apontados, como a manutenção de uma galeria de esgoto sanitário a céu aberto.

⁶

http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/virtual%20tour/hipertextos/up2/viver_sem_baratas.htm#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de,20%20esp%C3%A9cies%20de%20baratas%20do%20m%C3%A9sticadas.

⁷ <https://g1.globo.com/alagoas/noticia/2021/04/15/chuva-alaga-presidio-baldomero-cavalcanti-em-maceio.ghtml>.

1.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO LGBTI+

37. Outro espaço visitado foi a denominada Ala LGBT. Trata-se de uma única cela que, originalmente, pertencia à estrutura predial do módulo Acolhimento. Para a criação dessa Ala, a porta da cela foi fechada do lado do módulo Acolhimento e aberta uma nova passagem, que é acessada pelo corredor principal. Além da cela, há um espaço de solário e uma mesa com cadeiras de concreto, de acordo com a foto a seguir.



Figura 20:Ala LGBT. Fonte: MNPCT.

38. A cela (Ala LGBT) possui 12 camas de concreto. Na data da inspeção, havia 22 pessoas alojadas no local. Para acomodar os demais, era preciso colocar os colchões no chão. Porém, com vários pontos de infiltração no teto da cela, dormir no chão passa a ser ainda mais degradante em dias de chuva. Como o período de chuvas no estado tem sido longo, essa situação tem sido recorrente.



Figura 21:Única cela da Ala LGBT. Fonte: MNPCT.

39. O único vaso sanitário da cela não funciona. Para dar descarga, as pessoas precisam juntar água em baldes. No pátio externo, bem próximo onde as visitas são realizadas, há uma calha de esgoto a céu aberto e o odor no local é horrível.



Figura 22: Calha de esgoto dentro da Ala LGBT. Fonte: MNPCT.

40. O Brasil é pelo 13º ano consecutivo o país que mais assassina pessoas transexuais no mundo. Em 2021, houve “pelo menos 140 (cento e quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas”.⁸

41. O cenário nacional de violência contra a população LGBTI+ não apenas se reproduz no cárcere, mas também ocorre com mais vulnerabilidades.

42. Em entrevista com o diretor da unidade, informou que a atual Ala LGBT (criada há aproximadamente 5 meses) era anteriormente ocupada pelos custodiados denominados “mão de lodo”. Estes, são os custodiados que atuam em favor da administração prisional, realizando uma espécie de trabalho complementar dos servidores, tais como: realização de revistas nas celas, recolhimento de demandas de saúde, seleção e indicação de outros custodiados na participação de atividades laborais, educacionais, entre outros.

43. Ao entrevistar as pessoas custodiadas pertencentes à população LGBTI+, dentro e fora do espaço destinado a elas, informaram que o referido espaço não acolhe de fato esta população e que ainda persiste a permanência dos custodiados denominados “mão de lodo”. Durante a

⁸ <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.

inspeção, observamos que realmente haviam custodiados que não eram integrantes da população LGBTI+ sem qualquer explicação para a sua permanência naquele local específico.

44. O artigo 8º da Resolução nº 348/2020 do CNJ⁹ disciplina que se deve:

II – indagar à pessoa autodeclarada parte da população transexual acerca da **preferência pela custódia em unidade feminina, masculina ou específica**, se houver, e, na unidade escolhida, preferência pela **detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas**, onde houver; e

III – indagar à pessoa autodeclarada parte da população gay, lésbica, bissexual, intersexo e travesti acerca da preferência pela custódia no convívio geral ou em alas ou celas específicas.

45. Ou seja, a partir da Resolução do CNJ que dispõe sobre diretrizes para a custódia da população LGBTI+ é importante destacar que as unidades prisionais, sejam masculinas ou femininas, devem possuir um local específico e seguro para abrigar essa população a fim de garantir seu direito a escolher em que local desejam permanecer para seu cumprimento de pena. Insta destacar que a qualquer tempo a pessoa pertencente a população LGBTI+ pode solicitar a mudança de local.

46. Desta forma, a existência de um espaço específico, além de necessário, deve ser restringida apenas a população pertencente ao grupo LGBTI+, objetivando a garantia de seus direitos e de segurança durante a permanência no cárcere, já que esta população pertence ao grupo de pessoas vulneráveis na prisão.

47. As pessoas da população LGBTI+ entrevistadas informaram que alguns policiais penais respeitam seu nome social, no entanto, quando são chamadas para ir às audiências utilizam o nome que consta em seu documento de identificação, que eles/elas podem manter seus vínculos afetivos com companheiros (inclusive permanecendo juntos na mesma cela). Afirmaram que não há orientação sobre o tratamento de hormonioterapia na unidade.

48. Em relação às visitas, reclamaram das exigências para se ter acesso a visita de companheiros, pois é necessário possuir no mínimo a união estável. As entrevistadas disseram que podem utilizar vestimentas lidas socialmente como femininas apenas dentro da cela, pois utilizarem fora da cela são punidas e vão para o isolamento. É permitido o uso de itens femininos, como: pinças, maquiagem, secador de cabelo, chapinha, tintura de cabelo, batom, e a unidade fornece preservativos.

49. Uma reclamação uníssona foi referente às poucas oportunidades de trabalho que são somadas a questão de subjetividade dos representantes na escolha das pessoas que irão ocupar as poucas vagas existentes, bem como a homofobia dos demais reeducandos nos setores de trabalho.

50. Referente à manutenção dos cabelos compridos, obtivemos relatos da população LGBTI+ que também tiveram seus cabelos raspados, situação que impacta frontalmente no aniquilamento da subjetividade desta população e que resultou em vários relatos referentes ao uso de medicação controlada, devido a ideiação suicida.

51. A partir dos relatos coletados, é importante revisitar vários dispositivos que versam sobre a custódia de pessoas pertencentes a população LGBTI+, como a Resolução nº 348/2020

⁹ <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>.

do CNJ, a Nota Técnica n 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ¹⁰, Por uma Proteção Efetiva das Pessoas LGBTI Privadas de Liberdade Um Guia de Monitoramento da Associação para a Tortura (APT)¹¹, entre outros. As pessoas pertencentes a esta população têm o direito de serem chamadas pelo seu nome social independente de o possuírem em documento de identificação oficial, como traz a Nota do DEPEN: “Promover que todos(as) os (as) agentes prisionais e demais servidores(as) se reportem a pessoa fazendo uso do nome social, se o tiver”. Desta forma, resta nítido de que todos(as) os(as) servidores(as) devem chamar as pessoas pelo seu nome social em todas as oportunidades e não apenas em algumas situações.

52. A população LGBTI+ acaba sofrendo uma dupla segregação no cárcere a partir do pouco ou nenhum acesso a atividades diversas como trabalho e educação. É importante pensar a detenção deste grupo com as mesmas oportunidades de outros grupos ou público em geral para que não sofram uma (re)punição e um processo de cerceamento/isolamento extremos no seu cumprimento de pena.

1.3. ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E HIGIENE

53. A alimentação em todo o Complexo Penitenciário de Maceió é confeccionada por uma cozinha industrial localizada dentro desse complexo. A prestação do serviço é competência da própria SERIS e os profissionais que atuam na preparação das refeições são contratados por essa secretaria, sem processo seletivo público.

54. Tivemos a oportunidade de inspecionar essa cozinha industrial geral, a Unidade Central Produtora de Refeições, que **produz de 13 a 14 mil refeições por dia**. Logo na entrada da cozinha, **há lixo e esgoto a céu aberto**, o que exala um mau cheiro na entrada da central e atrai animais necrófagos, conforme a fotografia abaixo.



Figuras 23 e 24: Lixo a céu aberto ao lado da cozinha do Complexo. Fonte: MNPCT.

¹⁰ https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Nota_tecnica_n_9_-_depen_-_lgbt.pdf.

¹¹ https://www.apt.ch/sites/default/files/publications/apt_20181218_por-uma-protecao-efetiva-das-pessoas-lgbt-privadas-de-liberdade-um-guia-de-monitoramento-final.pdf.

55. Na cozinha central do complexo penitenciário, não há um controle de qualidade dos alimentos preparados. Reeducandos da Baldomero e de outras unidades do Complexo Penal de Maceió, como a Penitenciária de Segurança Máxima e da Penitenciária Feminina de Santa Luzia, foram uníssonos em relatar que **há certas comidas que não comem mais**, porque sempre sobrevivem problemas intestinais, como por exemplo, o macarrão com salsicha e molho de tomate, ficando sem se alimentar quando é servido esse tipo de refeição.

56. A alimentação na Baldomero é distribuída três vezes ao dia: entre 7h30 e 9h o café da manhã (composto por dois pães pequenos e café); às 11h o almoço (contendo arroz, feijão, macarrão, fígado ou carne ou galinha; não há distribuição de frutas e salada); e às 16h, o jantar (composto por salsicha, cuscuz ou pão e café). Observa-se que entre a última refeição do dia e a primeira do dia seguinte há um intervalo de aproximadamente 16h, impondo um período demasiadamente longo de jejum às pessoas presas, e ainda, é importante observar que além de terem apenas 3 refeições, o jantar possui alimentação equivalente a mais um café e não a alimentos mais robustos como os ofertados no almoço.

57. Além do enorme tempo em jejum, a quantidade e qualidade da alimentação fornecida também está longe de proporcionar os nutrientes necessários para essa população. No café da manhã e da tarde são entregues dois pães pequenos de sal pequenos sem margarina/manteiga e um copo de café. Nenhuma outra complementação é oferecida.



Figura 25: Pão oferecido no café. Fonte: MNPCT.

58. Em relação ao almoço e jantar, a grande reclamação é que as carnes oferecidas são malcozidas, principalmente a carne de frango. O fígado bovino também foi motivo de queixas em razão do seu aspecto e cheiro forte. No jantar, quando é oferecido o cuscuz, ele também

vem malcozido e as “misturas”, que, geralmente são alimentos ultraprocessados apresentam um cheiro e gosto ruins.

59. Outro fato grave relatado foi o de constantes casos de a comida já chegar azeda. Também foi reportado muitos casos de dores de barriga e infecção intestinal que as pessoas presas atribuem a má qualidade da alimentação.



Figura 26: Almoço das pessoas privadas de liberdade. Fonte: MNPCT.

60. Nota-se que o alimento é acondicionado em uma vasilha de plástico que é reutilizada. Após cada refeição, a pessoa presa deve lavar sua vasilha que, juntas com as demais, são novamente encaminhadas para a cozinha do complexo para acondicionar a próxima refeição. **Não há nenhum controle sobre a higienização dessas vasilhas.** Além da falta de materiais de higiene para realizar a correta limpeza dessas vasilhas, o acondicionamento, o traslado até a cozinha e sua manipulação pelas diferentes pessoas permitem que o alimento que foi preparado seja contaminado ao ser colocado nas mesmas.

61. Várias pessoas presas relataram por muitas vezes jogarem toda a comida fora. Uma pessoa ouvida pela equipe do MNPCT disse que são aproximadamente quatro tonéis de comida descartados quase diariamente.

62. O Estado de Alagoas, através da SERIS, precisa urgentemente alterar o modelo de entrega da alimentação através dessas vasilhas de plástico, substituindo por vasilhas descartáveis, de forma a garantir o acondicionamento ideal, evitando as possíveis contaminações. Diante de todas essas violações de direitos decorrentes da má alimentação proporcionada pelo Estado, que requer medidas urgentes, não conseguimos detectar nenhuma diretriz administrativa de mudança dessa situação no curto prazo.

63. É importante registrar que a alimentação dos profissionais que atuam na unidade é confeccionada em outra cozinha, mas ela também está localizada no Complexo Prisional de Maceió e elas são entregues em vasilhas descartáveis.

64. Ainda sobre a questão do mal acondicionamento dos alimentos, notamos a forma irregular nos quais os pães são distribuídos. Todos são colocados em uma caixa plástica e estes ficam expostos a vetores, enquanto aguardam para serem distribuídos.



Figura 27: Forma como os pães são transportados. Fonte: MNPCT.

65. Nas unidades prisionais da capital, a Portaria/SERIS n.º 493/2021 de 12 de maio de 2021¹², que regulamenta os procedimentos operacionais das unidades penitenciárias do estado de Alagoas, disciplina os itens (feira) que o familiar pode levar para a pessoa privada de liberdade uma vez por mês:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Biscoito salgado Água e Sal	04 (quatro) pacotes 400g
Biscoito doce tipo maizena	04 (quatro) pacotes 400g
Goiabada/bananada	01 (um) pote de até 600g
Leite em pó	02 (dois) pacotes 400g

¹² Disponível em <https://www.imprensaoficial.al.gov.br/storage/files/diary/2021/05/DOEAL-2021-05-13-COMPLETO-9wS8Cpkx1NPymJC-3ZJAa-xcXtwHHr1WPHO4QFCOscVJy0tgwwHt.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

Refresco em pó adoçado	10 (dez) pacotes 25g
Farinha de mandioca	01 (um) Kg
Margarina	01 (pote) de até 500g
Mortadela	01 (uma) embalagem de 400g
Banana	Até (uma) dúzia
Maçã	Até 06 (seis) unidades
Tangerina	Até 06 (seis) unidades

Fonte: Portaria/SERIS n.º 493/2021

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Sabão em pó	Até 01 (um) kg
Barbeador descartável	02 (duas) unidades (duas lâminas e corpo de plástico)
Desodorante cremoso transparente	01 (um) pote 50g
Escova de dentes tipo viagem	01 (uma) unidade
Gel dental	01 (uma) unidade 90g
Sabonete	04 (quatro) unidades 90g
Papel higiênico	04 (quatro) rolos sem o tubo
Detergente transparente	02 (dois) 500ml
Água Sanitária em garrafas pets	02 (dois) litros
Desinfetante translúcido	02 (dois) litros
Esponja	02 (duas) unidades

Fonte: Portaria/SERIS n.º 493/2021

66. Mesmo a SERIS autorizando a entrada da “Feira”, nota-se que muitos itens também não cumprem a função de complementar nutricionalmente a alimentação hoje disponibilizada pelo Estado, sem contar que sua entrada é permitida uma única vez ao mês. Na unidade feminina, são acrescentados 03 (três) pacotes de absorvente higiênico. Já na unidade Núcleo Ressocializador da Capital, a entrada de alimentos e produtos de higienização são regulados por portaria específica, por se tratar de “unidade penitenciária com projeto de Ressocialização e Inclusão Social diferenciado”, como relatado na referida portaria.

67. Além das reclamações das pessoas privadas de liberdade, a equipe do Mecanismo identificou a falta de variedade dos cardápios, não incluindo frutas, verduras e legumes. Importante destacar a existência de alimentos multiprocessados em uma dieta de baixo valor nutricional. Quando questionamos a nutricionista sobre a ausência de variedade alimentar como legumes, verduras e frutas, ela justificou tal ausência devido aos referidos alimentos se degradarem com alta facilidade. Justificativa que não é aceitável, pois se o Estado adotasse outro processo de armazenamento e conservação desses alimentos, utilizando o devido controle térmico, os alimentos conservariam as condições necessárias até o momento do seu consumo. Portanto, esse desrespeito à garantia do direito fundamental de acesso à alimentação adequada de forma contínua se converte em uma forma de tratamento cruel, desumano, degradante e de tortura.

68. As Regras de Mandela definem que “Todo preso deve receber da administração prisional, em horários regulares, alimento com valor nutricional adequado à sua saúde e resistência, de qualidade, bem-preparada e bem servida” (Regra 22 1).

69. Não foram relatados casos de restrição de acesso à água para higienização pessoal nesta unidade, porém, a água utilizada para higienização é a mesma que é utilizada para consumo humano, isto é, a água consumida vem diretamente do reservatório sem passar por processo de filtragem. Essa situação vai de encontro à Regra 22.2 das regras de Mandela, que define que “Todo preso deve ter acesso a água potável sempre que necessitar”.

70. A situação se agrava quanto àqueles reeducandos da Baldomero que não dispõem de visita para lhe prover assistência material e alimentação complementar. Com relação ao kit de higiene disponibilizado pela própria unidade, o Estado diz entregar uma vez ao mês um kit de higiene composto de 1 creme dental, 1 sabonete, 1 sabão em barra, 1 rolo de papel higiênico, 1 desodorante roll-on. Junto desse kit de higiene também é entregue uma embalagem de 250 gramas com margarina. Porém, há relatos de demora na entrega dos kits, há casos de dois meses de espera pelo kit, por exemplo. Reeducandos relataram situações em que oito rolos de papel

higiênico são disponibilizados para dividir para sessenta pessoas. Pessoas recém-transferidas para a unidade afirmaram não ter recebido o referido kit de higiene.



Figuras 28, 29, 30 e 31: Itens do kit de higiene disponibilizado pelo Estado. Fonte: MNPCT.

71. Uma queixa recorrente na população carcerária da Baldomero foi a proibição da entrada de cigarros. Anteriormente eram permitidos, hoje em dia não é permitida a sua entrada, porém, foi relatado que há meios de se conseguir através do pagamento de cem a duzentos reais por carteira de cigarro a terceiros, chegando um pacote de tabaco desfiado a custar mil reais nesse mercado extralegal estabelecido na unidade. A exploração econômica da população privada de liberdade não é uma novidade e acontece em outros estados além de Alagoas. Tais narrativas aqui veiculadas merecem a atenção do Ministério Público.

1.4. ATENDIMENTO DE SAÚDE, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

72. A atenção básica de saúde nesta unidade ainda não é executada de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Isso significa que, mesmo o Estado de Alagoas dispondo de mais de R\$ 5 milhões

em recursos federais para essa política¹³, as unidades prisionais não dispõem de equipes de atenção básica prisional (EABP), como prevê a PNAISP.

73. Desde 2019, a Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DPU) em Alagoas vem incidindo para a devida aplicação do recurso e consequente implementação das ações básicas de saúde do sistema prisional no estado.

74. A equipe de saúde da Baldomero dispõe de enfermeiro(a) plantonista 24h por dia na unidade. Duas psicólogas atendem de 2^a a 6^a feira em horário comercial. Os atendimentos médicos também ocorrem de segunda a sexta em horário comercial. Não há médico plantonista nos períodos noturnos nem nos finais de semana. Reeducandos da unidade informaram que não há atendimento médico durante o final de semana. Conversando com o setor de saúde, nos foi relatado por profissionais técnicos que não receberam treinamento específico para atuação no sistema prisional. Todo o corpo de profissionais técnicos da unidade é contratados e não tem estabilidade no cargo, há apenas policiais penais concursados na unidade.

75. Quando chegam reeducandos com marcas, por exemplo, de bala de borracha no corpo, apenas é registrado pelo setor de saúde que o reeducando chegou “com ferimento”, a narrativa do reeducando sobre as circunstâncias do ferimento (que em tese, podem ser relativas à tortura, por exemplo), não são agregadas ao registro. Também não é utilizado mapa de lesão pelos profissionais de saúde da unidade. A falta da correta documentação de lesões no âmbito da privação de liberdade corrobora a impunidade de possíveis crimes de tortura, torturadores, propiciando a continuidade de episódios de violência. A falta de estabilidade no cargo dos profissionais técnicos torna o seu vínculo com o serviço público frágil e desencoraja a realização de denúncias de tratamentos desumanos/degradantes e violentos contra a população prisional.

76. De acordo com os dados repassados pela direção da unidade, no mês de julho de 2022, foram realizadas 03 (três) consultas médicas externas e 120 (cento e vinte) na própria unidade. Consultas odontológicas foram 262 (duzentas e sessenta e duas). Consultas psicológicas foram 94 (noventa e quatro). Procedimentos de enfermagem somaram 66.000 (sessenta e seis mil). Chamou-nos a atenção esse número, pois nos meses anteriores esse tipo de atendimento foi de 1.495 (mil quatrocentos e noventa e cinco) em junho e 1.526 (mil quinhentos e vinte e seis) em maio.

77. O levantamento da unidade aponta que há 16 (dezesseis) casos de HIV entre as pessoas privadas de liberdade, 01 (um) caso de Hepatite, mas não se especifica qual, 10 (dez) casos de

¹³ <https://promocaodedireitoshumanos.dpu.def.br/drdh-al-cobra-aplicacao-de-recursos-federais-acumulados-ha-7-anos-na-saude-dos-presos-25989/>.

tuberculose, 89 (oitenta e nove) casos de hipertensão arterial e 29 (vinte e nove) casos de diabetes. Sífilis e Gonorreia são doenças recorrentes. Foi informado por profissionais técnicos que aproximadamente 250 (duzentas e cinquenta) pessoas fazem uso contínuo de medicamentos psicotrópicos.

78. Segundo entrevista com a equipe de enfermagem, dos 250 custodiados que fazem uso de medicamentos psicotrópicos, somente 15 têm medicação assistida e, quando existe um surto psicótico e não há médico presente (como nos finais de semana e à noite), a conduta é verificar a prescrição no prontuário e aplicar. Aos pacientes considerados agitados, agressivos e não colaborativos com a instituição, os profissionais teriam como recurso primeiro a aplicação de doses de medicamento (denominadas de SOS, uma mistura de *Haldol* com *Fenergan*).

79. A maneira como a medicação é controlada, assim como utilizada junto aos pacientes, é muito preocupante, pois revela, por um lado, a má administração dos medicamentos e, por outro, o uso do medicamento como instrumento de controle, ao invés da sua função terapêutica.

80. As medicações são separadas pela equipe de enfermagem e entregues nas alas, o que se mostra completamente inadequado, tendo em vista que a medicação pode virar moeda de troca dentro do sistema e principalmente por não haver checagem por parte da equipe de saúde de pacientes, principalmente dos que têm transtorno mental.

81. É sabido que os pacientes com transtorno mental têm pouca ou nenhuma crítica em relação à doença e à necessidade de adesão ao tratamento. As consequências da ingestão de forma inadequada ou não ingestão dos medicamentos pode proporcionar surtos cada vez mais graves, ocasionando às vezes tentativas de suicídio pelo acúmulo de medicamentos.

82. Mesmo no módulo Acolhimento, que concentra um número maior de pessoas com demandas de saúde que está localizado mais próximo da equipe de saúde - e por consequência recebe maior atenção por parte desta- a equipe do MNPCT ouviu inúmeros relatos sobre demandas de saúde em todos os locais visitados. Pessoas com doenças crônicas, como diabetes tipo 1, que necessitam de injeções diárias de insulina, e que por vezes não têm acesso à medicação, por não estar disponível na unidade, e em outros momentos, quando se tem a medicação não há a seringa para a aplicação. Ainda sobre a situação dos diabéticos, foi relatado que eles não têm uma alimentação diferenciada dos demais, situação grave que coloca em risco suas vidas.

83. Há pessoas que relataram estar aguardando cirurgias para reparação de traumas ortopédicos há anos, sendo submetidas a aguentar os sintomas de dor constantes, além da inviabilização de vários movimentos e a dependência de outras pessoas para realizarem tarefas simples do dia a dia. Outros com problemas visuais que há mais de 2 anos solicitam atendimento

com oftalmologista, mas ainda não foram atendidos. Também foram reportadas pessoas que já demandaram atendimento odontológico, mas não conseguem ser atendidas.



Figura 32: Pessoa presa com trauma ortopédico. Fonte: MNPCT.

84. Verificamos que as **demandas de saúde são recolhidas por pessoas presas** que atuam como representantes nos módulos. Esses transmitem para os policiais penais que, por sua vez, repassam para as equipes. O MNPCT considera que esse fluxo atribui à pessoa presa que atua como representante uma função e uma responsabilidade que não é dela, além de colocá-la em exposição diante dos demais internos, também propicia outras violações, inclusive impedimentos e arbitrariedades ou subjetividades na escolha de acesso aos atendimentos das equipes psicossocial e de saúde da unidade.

85. Várias pessoas privadas de liberdade informaram que solicitam atendimentos de saúde (médico e/ou odontológico), mas não obtém retorno. Na Baldomero, nos parece que há dois públicos carcerários distintos: aqueles que recebem atendimentos de saúde e psicossociais e aqueles que não são priorizados ou raramente recebem esse tipo de atendimento. Os reeducandos dos módulos do “fundo da unidade”, por exemplo, o Módulo 5, parecem sempre ser preteridos neste tipo de atendimento; nos foi relatado que reivindicações nesse sentido

acabam implicando em represálias por parte da segurança. Profissionais também confirmaram que raramente policiais penais trazem pessoas para atendimento advindas dos módulos mais afastados. Os que têm mais acesso aos atendimentos de saúde, jurídicos e psicossociais são os reeducandos do acolhimento, do COC (local destinado às pessoas presas que são da área de segurança pública, exceto militares), da Ala LGBT e do módulo de trabalhadores.

86. Perguntados sobre a possibilidade de assistência à saúde em casos graves no período noturno, ouvimos das pessoas presas que elas estão impedidas de solicitarem aos Policiais Penais, sob pena de sofrerem algum tipo de agressão.

87. Nos dados disponibilizados pela direção da Baldomero, em relação à assistência jurídica da unidade nos 30 dias anteriores à inspeção do Mecanismo, em relação à assistência jurídica da unidade, foram apresentados apenas catorze atendimentos a pessoas presas, o que é um número muito pequeno para uma população prisional de aproximadamente 1.500 pessoas e resulta em menos de um atendimento jurídico por dia útil num período de trinta dias.

88. Sobre essa questão, a equipe de inspeção ouviu muitos relatos de pessoas presas que estão sem informação sobre sua situação processual. Outros que informaram possuir progressões que já estão vencidas. Na Baldomero, há profissional da área do direito, que entre outras funções, acompanha a situação processual das pessoas privadas de liberdade. Esse profissional não tem a atribuição de atuar nos processos. No entanto, como se nota nos dados apresentados, apenas uma profissional para acompanhar as situações jurídicas de mais de 1.500 pessoas é impossível. Muitas pessoas que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de advogados particulares e deveriam ser assistidas pela Defensoria Pública relataram que nunca tiveram a oportunidade de serem atendidas por um defensor público na unidade.

89. Atualmente, há apenas um Defensor Público para dar conta de aproximadamente 14 mil processos de execução penal na 16ª Vara Criminal da Capital - Execuções Penais. Para a realização dos atendimentos em unidades prisionais, há Defensores auxiliares, porém, esses acumulam os trabalhos em outras Varas Criminais e nas Audiências de Custódia, gerando uma sobrecarga de trabalho. Esse cenário vai justificar a grande quantidade de pessoas ouvidas pelo Mecanismo Nacional que, embora tenham o direito constitucionalmente assegurado, seguem sem o devido acesso à justiça, merecendo maior atenção do Estado, uma vez que a DP-Alagoas não consegue atender a demanda das pessoas privadas de liberdade de forma satisfatória.

90. Os casos que a equipe de inspeção do Mecanismo identificou como mais urgentes, quanto à necessidade de atendimento jurídico foram encaminhados diretamente para o Defensor Público-Geral, com cópia para o juiz da 16ª Vara Criminal da Capital - Execuções Penais, para a adoção das providências cabíveis. Como outros órgãos de monitoramento e fiscalização, a

Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DP-AL) é um dos principais órgãos para identificar e dar os devidos encaminhamentos para a apuração dos indícios e/ou prática de tortura. E, ao estar presente no espaço prisional, sobretudo realizando inspeções, a DP-AL se torna uma das poucas oportunidades de efetivação de denúncia da população encarcerada.

91. Foi relatado pela área técnica que um dos principais fatores que afetam a saúde mental dos reeducandos é a grande ociosidade, devido à falta de oportunidade de estudo e trabalho para a grande maioria da população.

1.5. ACESSO À EDUCAÇÃO, TRABALHO E LAZER

92. A Baldomero dispõe na sua estrutura física de um espaço para realização de escolarização. São três salas destinadas para as aulas ministradas por professores da Escola Estadual Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues. Não foi identificada além dessas salas, espaço para os professores e coordenação da escola. No momento que a equipe de inspeção compareceu na escola, não havia pessoas privadas estudando e os professores já tinham encerrado o expediente.

93. As aulas são na modalidade de educação de jovens e adultos, de forma presencial, compreendendo os Ensinos Fundamental e Médio. De acordo com os dados disponibilizados, a escola possui 3 turmas no período matutino, das 9h às 12h, e 3 turmas no período vespertino das 13h às 16h.



Figuras 33 e 34: Espaço da escola. Fonte: MNPCT.

94. Ainda de acordo com os dados, atualmente são 141 pessoas matriculadas na escola. De toda a população prisional, esse quantitativo representa 9,15% das pessoas privadas de liberdade da unidade. Segundo dados da equipe técnica, são 220 pessoas analfabetas.

95. No espaço físico da escola há uma sala onde funciona um laboratório de informática. São nove computadores com acesso restrito à internet para realização de cursos livres ou de pós-graduação custeados pela pessoa presa.

96. Na escuta das pessoas privadas de liberdade, a equipe de inspeção ouviu uma série de reclamações sobre falta de ocupação dentro da unidade, ou seja, uma enorme maioria de pessoas estão em celas superlotadas e sem qualquer tipo de atividade escolar e de trabalho.

97. A relação atualizada de pessoas em atividades laborais na unidade, de acordo com os dados disponibilizados pela direção, é de 184 pessoas. Esse total não representa nem 12% de toda a população encarcerada na Baldomero. Os postos de trabalho interno na unidade, de acordo com os dados repassados, são atividades relacionadas a serviços gerais, manutenção predial, horta, entrega da alimentação, oficina de conserto de equipamentos, os músicos integrantes do coral e as representações nos módulos. Sendo uma unidade destinada para pessoas em cumprimento de pena em regime fechado e, considerando o elevado número de internos, há uma baixíssima oferta de trabalho. Por sua vez, não há postos de trabalho que observem as necessidades futuras das pessoas presas de acordo com as necessidades do mercado local, conforme previsto no art. 32 da LEP.

98. Para o MNPCT, é urgente o fomento das atividades que viabilizam a profissionalização, bem como a oferta de mais postos de trabalho na unidade, por entender que estas não podem ser retiradas da população encarcerada, conforme declara o art. 28 da LEP.

99. Desde 2017, através da Portaria n.º 02, de 10 de abril de 2017¹⁴, publicada pelo juiz da 16ª Vara Criminal da Capital - Execuções Penais, está instituído no sistema prisional de Alagoas a remição de pena através da leitura. Na Baldomero, são 59 (cinquenta e nove) pessoas privadas de liberdade que estão inseridas no projeto que se chama Lêberdade. De acordo com a portaria, o projeto será ofertado, “preferencialmente, aos apenados que não estejam selecionados para o trabalho interno, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei nº 7.210/84”¹⁵.

100. O projeto Lêberdade tomou como normativa, entre outras, a Recomendação nº 44 de 26/11/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A portaria que instituiu o projeto é de 2017. Porém, há a Resolução n.º 391, de 10 de maio de 2021 que atualiza os procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena

¹⁴ http://www.seris.al.gov.br/educacao-producao-e-laborterapia/projeto-leberdade/PORTARIA%20No%2002%20DE%2010%20DE%20ABRIL%20DE%202017_REMICaO%20PELA%20LEITURA.rtf/view.

¹⁵ http://www.seris.al.gov.br/educacao-producao-e-laborterapia/projeto-leberdade/PORTARIA%20No%2002%20DE%2010%20DE%20ABRIL%20DE%202017_REMICaO%20PELA%20LEITURA.rtf/view.

por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Por essa razão, esse Mecanismo recomenda que a Portaria nº 02/2017 seja atualizada, observando a referida, dotando o Projeto Lâberdade de procedimentos que ampliem o acesso à remição de pena, inclusive por meio de práticas sociais.

101. Além da estrutura física, a condição de lotação acima da capacidade na Baldomero é um importante fator que impossibilita que uma parcela maior de pessoas possa estudar e/ou estar inserido em algum posto de trabalho.

102. Quando perguntamos às pessoas presas sobre terem passado pela Comissão Técnica de Classificação (CTC), a resposta foi de total desconhecimento e de que, para conseguirem alguma vaga de trabalho, precisavam ter o aval discricionário do chefe (diretor) da unidade.

103. A equipe de inspeção do MNPCT teve a oportunidade de entrevistar vários profissionais da equipe técnica, mas não identificou algum que fizesse parte do CTC e seu fluxo de trabalho. No final da inspeção, em conversa com a direção da Baldomero, quando questionada, teve dificuldade de apontar os representantes da referida Comissão.

104. Quando não há formação de uma CTC nos moldes do previsto no art. 7º da LEP não é possível estabelecer uma individualização adequada da pena. O tratamento penal voltado às ações de reintegração social deixa de ocorrer, aumentando a situação de vulnerabilidade no cárcere. Sem deixar de mencionar as possibilidades de casos de favorecimento a determinado grupo de pessoas em detrimento dos demais. Foi informado que pessoas que cometeram crimes sexuais têm maior possibilidade de ir para o módulo trabalhador e, com isso, conseguir posto de trabalho, pois essa população em específico geralmente não deseja fugir da unidade. **É necessário o estabelecimento de critérios objetivos para o provimento de oportunidades de trabalho no âmbito da unidade**, a fim de se evitar a manipulação extralegal dessas vagas por parte de reeducandos e profissionais da unidade. Ainda, as pessoas que possuem penas muito longas dificilmente têm acesso a oportunidades de trabalho e estudo dentro da unidade.

105. Como já mencionado anteriormente, as pessoas presas deixam suas celas após o café da manhã para permanecerem na área interna do bloco. Este espaço possui uma parte coberta e outra descoberta, onde é possível a entrada de luz solar. Não há atividades programadas para essas pessoas. Algumas ficam se exercitando com pesos improvisados de garrafas pet cheias de água, outros caminhando. Foi dito por elas que, algumas vezes, a direção disponibiliza uma bola de futebol para jogarem internamente, mas não há uma regularidade.



Figura 35: Pessoas presas dentro do módulo. Fonte: MNPCT.

106. Embora exista dentro do perímetro da unidade uma área com traves para a prática de futebol, os entrevistados relataram que não utilizam o espaço para nenhuma prática esportiva e/ou de lazer.



Figura 36: Campo de futebol. Fonte: MNPCT.

1.6. CONTATO EXTERNO E FAMILIAR

107. Foi relatado à equipe de inspeção pelas pessoas privadas de liberdade que elas podem receber visitas de seus familiares duas vezes por um mês. No entanto, em modalidades diferentes. Observando um intervalo de 15 dias entre elas, a pessoa presa recebe uma visita social e uma visita íntima. Caso a pessoa não tenha companheira/o ou esta/este ainda não tenha

recebido a autorização para realização da visita íntima, a pessoa presa receberá apenas uma visita por mês.

108. De acordo com a Portaria/SERIS n.º 493/2021, em relação ao quantitativo de visitantes, “cada reeducando pode inserir em seu Cadastro de Visitas até 04 (quatro) familiares e apenas 02 (dois) podem entrar na unidade por vez, acompanhado de até 02 (dois) acompanhantes menores de idade”. A equipe de inspeção ouviu as pessoas presas e a informação repassada sobre o quantitativo de visitantes está de acordo com o previsto na Portaria. No entanto, o MNPCT considera que o quantitativo de 4 (quatro) familiares para compor o cadastro de visitas na unidade é um número baixo e que limita que uma pessoa presa que tenha um número maior de familiares possa visitá-la. Essa limitação é um fator que contribui para uma fragilização e até mesmo o rompimento de vínculos familiares.

109. As visitas sociais acontecem no pátio de cada módulo, de acordo com agenda prévia estabelecida pela unidade. Já as visitas íntimas, acontecem no interior de cada cela. A unidade não dispõe na sua estrutura física de um espaço reservado e que garanta a privacidade das pessoas para a realização dessa modalidade de visita. A única forma de obter um mínimo de privacidade é colocar lençóis em volta da cama, formando uma espécie de cortina de lençóis.

110. Na Portaria/SERIS n.º 493/2021, a entrada dos familiares para as visitas sociais ocorre das 9h às 13h e às saídas das 14h às 16h. A unidade dispõe de equipe de *body scan*. Não foram relatados casos de realização de revistas vexatórias nos dias das visitas de familiares, seja por parte das pessoas presas seja pela direção da unidade. No entanto, a equipe de inspeção recebeu a reclamação de que nos dias de as visitas os familiares demoram para serem liberadas do procedimento de revista mecânica, chegando por vezes no módulo aproximadamente às 12h e tendo que encerrar às 15h30, em desacordo com o previsto na portaria da SERIS.

111. Ainda sobre o procedimento de revista, mesmo não sendo relatado casos de revistas vexatórias à equipe de inspeção, o fato das famílias precisarem ficar sem comer ou ter que tomar medicação para evitar o aparecimento de manchas durante o procedimento de revista mecânica é um fator que merece atenção na observância do respeito à dignidade humana dessas pessoas, seja pela direção da unidade/SERIS seja pelos órgãos que possuem atribuição de fiscalização, como o Ministério Público Estadual (MP-AL) e o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), através, por exemplo, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF).

112. Como a quase totalidade das unidades prisionais do estado de Alagoas estão localizadas na capital (existe apenas uma no interior), há muitas pessoas presas que não possuem nenhum tipo de contato com seus familiares, nem mesmo através de cartas. Há cidades no estado que

estão a aproximadamente 300 km da capital, dificultando que os familiares se desloquem até Maceió. A Regra 59 das Regras de Mandela aponta que “Os presos devem ser alocados, na medida do possível, em unidades prisionais próximas às suas casas ou ao local de sua reabilitação social”. Tal medida não permite a manutenção dos vínculos familiares e o processo de reintegração social da pessoa privada de liberdade durante o cumprimento de sua pena deixa de existir.

113. Conversamos com muitos reeducandos que relataram dificuldade em fazer contato com a família, alguns afirmaram que a família desconhece que foram transferidos, inclusive pediram a membros do Mecanismo que fizessem contato com suas famílias para lhes avisar que haviam sido transferidos para a Penitenciária Baldomero Cavalcanti. A incomunicabilidade com as famílias também ficou bastante aparente a partir de um relato do caso de um reeducando que ficou cego durante a privação de liberdade e o fato não foi comunicado à família.

114. Em muitos estados, durante o período mais crítico da pandemia da COVID-19, foram adotadas alternativas para a manutenção dos vínculos familiares utilizando os contatos por meios virtuais (videochamadas). Mesmo não sendo o modelo ideal e nem devendo ser essa a única modalidade de contato das pessoas privadas de liberdade, a direção da unidade também deveria criar alternativas como essas para garantir o contato familiar daquelas pessoas que possuem parentes em localidades mais distantes e que não têm recebido as visitas com frequência. A visita é um direito da pessoa presa, conforme art. 41 da LEP e o Estado deve garantir os meios necessários para sua efetivação.

115. De acordo com a direção da unidade, a assistência religiosa é oferecida nas segundas, terças e quintas feiras em horários pré-estabelecidos para as instituições religiosas. Atualmente, as denominações Assembleia de Deus, Batista Koinonia, Católica, Congregação Cristã do Brasil e Universal do Reino de Deus possuem cadastro na unidade e realizam as atividades de cunho religioso.

1.7. USO DA FORÇA

116. A segurança da unidade é realizada por policiais penais de carreira e por agentes penitenciários temporários (contrato de prestação de serviço por tempo determinado), trabalhando em escala de 24h por 96h. Enquanto estiver de folga, o policial penal pode se colocar à disposição para acumular até 20h extras de trabalho na unidade prisional, que são remuneradas. De acordo com os dados repassados pela direção da unidade, cada plantão dispõe

de aproximadamente 12 (doze) policiais penais. Considerando possíveis ausências e aqueles que atuam na coordenação do plantão, esse número pode chegar a 8 (oito) profissionais.

117. Sobre esse assunto, a Resolução n.º 9 de 13 de novembro de 2009¹⁶, do CNPCP, determina que o número de agentes do estabelecimento penal deve respeitar a proporção de 1 agente penitenciário para cada 5 presos, por turno. No dia da inspeção, a proporção entre reeducandos e policiais penais era aproximadamente 1 policial penal para 128 reeducandos. Com um número tão baixo de agentes penais, além de gerar uma sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, maiores situações de estresse e insegurança, o funcionamento de atividades que demandam o deslocamento das pessoas presas na unidade também fica prejudicado, como por exemplo o deslocamento para assistência de saúde e acompanhamento psicossocial, que são direitos básicos. A desproporção entre o número de reeducandos e policiais penais vulnera tanto os profissionais quanto a população carcerária da unidade. O insuficiente número de profissionais de segurança também já foi denunciado nos meios de comunicação pelo sindicato da categoria.¹⁷ Profissionais de segurança da unidade demandam melhorias salariais, aumento de efetivo e investimentos em estrutura de trabalho. Também foi comentado por estes que o comportamento dos reeducandos da Baldomero é, em geral, tranquilo e não costuma haver muitos tumultos.

118. Atualmente, um concurso público para o provimento de 300 vagas para o cargo de policial penal, iniciado em 2021, se encontra nas etapas finais. O concurso anterior foi realizado no ano de 2006. Para a atuação no cargo de policial penal, entre outras competências, é exigido para o nível superior de escolaridade.

119. O sistema prisional de Alagoas, entre os policiais penais, destaca agentes para atuação num grupamento tático para a realização de escoltas, transferência, bem como atua em situações de crises dentro das unidades prisionais. O Grupo de Escolta, Remoção e Intervenção Tática (GERIT) possui sua base dentro do complexo prisional de Maceió, fora dos muros das unidades, e sua atuação se dá a partir do acionamento da chefia (direção da unidade) nas situações descritas.

120. A Baldomero possui um espaço para armazenamento do armamento letal e menos letal. Quando esses armamentos são utilizados, o policial penal preenche um comunicado e o chefe de segurança daquele plantão inclui as informações no relatório daquele dia. No entanto, como

¹⁶ <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-9-de-13-de-novembro-de-2009.pdf/view>.

¹⁷ <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/384094/baldomero-tem-15-mil-presos-para-cada-8-policiais-penais-diz-sindicato>.

o GERIT possui uma sede, o controle do material bélico utilizado por esse grupamento é de sua própria responsabilidade.

121. Os policiais penais efetivos e contratados pelo estado de Alagoas têm o direito à cautela de arma de fogo disponibilizada pelo Estado. Estas armas, em sua maioria, foram adquiridas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). Os agentes podem portá-las dentro das unidades prisionais.

122. Entre os documentos solicitados à direção da unidade pela equipe de inspeção do MNPCT estão a cópia do protocolo de uso da força na unidade. No entanto, a equipe não recebeu nenhum documento que tratasse expressamente sobre o uso da força na unidade prisional. O documento recebido como resposta à solicitação foi o regimento interno da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social que não faz nenhuma menção sobre o tema. Também consultamos a Portaria/SERIS nº 493/2021, que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos operacionais nas unidades penitenciárias do Estado de Alagoas e esta também faz nenhuma menção sobre Protocolo do uso da força.

123. Considerando as normativas internacionais das quais o Estado brasileiro é signatário, como o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979; os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, Cuba, de 27 de Agosto a 7 de setembro de 1999; os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas na sua resolução 1989/61, de 24 de maio de 1989; bem como a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua XL Sessão, realizada em Nova York em 10 de dezembro de 1984 e promulgada pelo Decreto n.º 40, de 15 de fevereiro de 1991 **é de extrema importância que o Estado de Alagoas disponha de legislação que oriente e padronize os procedimentos da atuação dos agentes penitenciários aos princípios internacionais sobre o uso da força.** A Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010 do Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República também estabeleceu diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública e deve ser considerada nesse processo de elaboração da normativa local.

124. Nas entrevistas com as pessoas privadas de liberdade, a equipe do MNPCT ouviu muitos relatos da atuação violenta de policiais penais, sobretudo do GERIT. As pessoas presas

informaram que quando as revistas nas celas são realizadas, muitos dos seus pertences são destruídos de maneira arbitrária pelos agentes. Foi relatado que até mesmo os cadeirantes da unidade sofrem violência policial. Também obtivemos o relato de um custodiado que, por motivos religiosos, teria feito votos para não cortar o cabelo e, quando ingressou na unidade, teve seus cabelos. Da perspectiva do MNPCT, a obrigatoriedade do corte de cabelo e barba é uma prática de tortura tendente à anulação da identidade da pessoa privada de liberdade, nos termos da conceituação da OEA - Convenção Interamericana para Prevenir e Combater a Tortura:

Art. 2: Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. **Entender-se-á também como tortura a aplicação sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima**, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica. Não estarão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam consequência de medidas legais ou inerentes a elas, contanto que não incluam a realização dos atos ou a aplicação dos métodos a que se refere este artigo.

125. O corte de cabelo sem o consentimento à revelia de preceito religioso da pessoa privada de liberdade constitui um ato tendente à anulação da personalidade, bem como representa uma violação de um direito religioso conforme as Regras de Mandela, regra n.º 2.1:

Estas Regras devem ser aplicadas com imparcialidade. Não deve haver nenhuma discriminação em razão da raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, patrimônio, nascimento ou outra condição. É necessário respeitar as crenças religiosas e os preceitos morais do grupo a que pertença o recluso.

126. Recebemos denúncias de que as pessoas que estão na triagem são vítimas de maus tratos, tanto físicos, como psicológicos.

127. Ainda sobre raspar os cabelos obtivemos relatos de pessoas da ala LGBTI+ que também tiveram seus cabelos raspados, situação que impacta frontalmente no aniquilamento da subjetividade desta população e que resultou em vários relatos referentes ao uso de medicação controlada devido a ideação suicida. Aliás, quando da inspeção, **muitos reeducandos que conversaram com o MNPCT davam retaliações como certas após o término da inspeção**, por estarem denunciando situações violadoras de direitos.

128. Foi informado que pessoas que fazem reclamações, por exemplo, pedindo atendimento de saúde podem ser agredidas, podem eventualmente ser ameaçadas de levar tiros de bala de borracha e “tomar bonde” (transferência) para o Presídio do Agreste. No período da noite, mesmo nos casos graves, ouvimos das pessoas presas que elas estão impedidas de solicitarem o atendimento de saúde aos Policiais Penais. Caso chamem a atenção durante a noite, a energia

elétrica dos módulos também pode ser desligada. Ainda, foi reportado, com relação à Baldomero, a utilização de cães para defecar e urinar em espaços comuns dos presos. Nota-se a lógica sistemática de maus tratos, tratamento desumano cruel, degradante e tortura comissiva, a partir do momento em que toda sua estrutura de funcionamento atua como uma sobre punição completamente à margem da lei perante as pessoas privadas de liberdade.

129. Uma das situações mais graves foi ter identificado pessoas presas com marcas em seus corpos que se assemelham com disparos de armamento menos letal (projéteis de impacto cinético - bala de borracha). A equipe teve a oportunidade de conversar reservadamente com algumas dessas pessoas. Um dos fatos relativos a esse uso potencialmente ilícito de armamento menos letal, no caso, disparo de bala de borracha foi o disparo ter sido realizado a uma distância menor que a distância mínima de segurança, contra pessoa que se encontrava trancada em uma cela. Segundo o Guia sobre Armas Menos Letais em Operações de Segurança Pública da ONU¹⁸

Projéteis de impacto cinético geralmente deveriam ser usados apenas em fogo direto com o objetivo de atingir a parte inferior do abdômen ou as pernas de um indivíduo violento e apenas com o objetivo de lidar com uma **ameaça iminente de ferimento a um agente de segurança pública ou a um membro do público**. (...). Attingir o tronco poderia causar danos a órgãos vitais e poderia haver penetração no corpo, **especialmente quando os projéteis são disparados a curta distância**. (ACNUDH, p. 36, 2020)

130. Projéteis de impacto cinético **disparados a uma curta distância carregam energia excessiva e, por esse uso irregular, eleva-se a letalidade do armamento**. Este tipo de munição geralmente é utilizada para dispersão de multidões em campo aberto. Seu uso em ambientes confinados, sem possibilidade de evasão e sem respeito a uma distância de segurança torna-se potencialmente ilícito. Segundo o Guia Visual para Equipamento Policial e de Segurança da Omega Research Foundation,

Os lançadores menos letais **são projetados principalmente para serem disparados à distância**, embora isso dependa do design do lançador e do tipo específico de munição usado. Se a munição de lançadores menos letais for destinada a partes vulneráveis do corpo, como a cabeça ou o peito, a munição disparada dos lançadores **pode causar ferimentos graves ou morte**. (Omega Research Foundation, p. 104, 2021).

131. Um dos casos ocorreu em maio deste ano e, inclusive, já vem sendo acompanhado pela Comissão de Defesa de Direitos Humanos da OAB-AL. Todos os casos registrados pelo MNPCT no dia da inspeção foram encaminhados para o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas para que o Ministério Público Estadual adote as providências cabíveis.

¹⁸ ACNUDH. Guia sobre Armas Menos Letais em Operações de Segurança Pública. Nova Iorque e Genebra, 2020.



Figura 38: Marcas dos disparos de munição menos letal nas nádegas de pessoa presa. Fonte: MNPCT.

132. Na armaria da unidade, foram encontradas munições de impacto cinético com validade vencida, como, por exemplo, esta da marca Condor (ref.: AM-404), vencida desde maio de 2021.



Figuras 39 e 40: Munição vencida. Fonte: MNPCT.

133. Os registros de disparos de balas de borracha disponibilizados pela unidade dão conta de que sua utilização é para “conter badernas” e a maioria deles foram realizados no módulo onde se encontram reclusos presos provisórios. Foi informado por profissionais técnicos que

não há protocolo de contenção na unidade. Foi informado por profissional de segurança que, caso haja necessidade de contenção ou, segundo ele, um preso entre em “surto”, ele, por exemplo, fará primeiramente uso do espargidor de pimenta, a título de “uso progressivo da força”. Inclusive, foi relatado por funcionários da equipe técnica que, às vezes, o uso é tanto dos espargidores que o cheiro chega nas salas de atendimento.

134. Uma questão importante refere-se à apuração e julgamento de faltas disciplinares na unidade. Foi relatado e a equipe de inspeção constatou pela análise de Processos Administrativos Disciplinares que a Defensoria Pública do estado não acompanha o Conselho Disciplinar. Quando uma pessoa não dispõe de defesa particular, é o assessor jurídico da unidade que realiza a defesa técnica da pessoa privada de liberdade, o que, na perspectiva do MNPCT, representa um desvio de função do mesmo. Sem deixar de mencionar que a defesa técnica das pessoas presas em PAD's não pode ficar a cargo de um servidor da própria unidade, por evidente conflito de interesse e ausência de autonomia para o exercício dessa defesa.

2. CENTRO PSIQUIÁTRICO JUDICIÁRIO PEDRO MARINHO SURUAGY (CPJ)

135. O Centro Psiquiátrico Judiciário Pedro Marinho Suruagy, doravante denominado CPJ, foi inaugurado em maio de 1978 e localiza-se no Complexo Penitenciário de Maceió. É a única unidade psiquiátrica judiciária do estado de Alagoas e foi inspecionada pela equipe do MNPCT no dia 16 de agosto. No dia da inspeção, fomos recebidos pelo chefe e subchefe da unidade, onde apresentamos nossos documentos oficiais, explicamos nossas prerrogativas legais e nossa metodologia de trabalho e, ao mesmo tempo, entregamos uma lista de documentos a serem providenciados para serem entregues ao fim da inspeção.

136. A unidade tem capacidade para 110 pessoas, distribuídas num espaço com dez alas idênticas, em formato de um semicírculo, que vão das letras A J e uma ala de apartamentos.



Figura 41: Vista aérea. Fonte: Google.

137. No dia da inspeção, o número de custodiados era de 105 pessoas, 96 (noventa e seis) homens e 9 (nove) mulheres. Em registro documental disponibilizado pela unidade, 36 (trinta e seis) pessoas estão com medida de segurança decretada. Os demais encontram-se com incidente de insanidade instaurado. Destes reeducandos com incidente de insanidade, 58 (cinquenta e oito) são presos provisórios e (11) onze são condenados.

138. Do total de custodiados, 5 (cinco) pessoas apresentam deficiência neurológica, segundo a direção. A direção da unidade informou existirem os seguintes critérios para separação das pessoas nas alas: sexo, medida de segurança, periculosidade e nível de escolaridade (em relação à escolaridade, essa diferenciação é ilegal, a não ser no caso de cela especial para quem está preso provisoriamente). Na ala “A”, encontram-se aqueles internos mais debilitados e os idosos. Na Ala “B”, encontram-se aqueles internos com medida de segurança (pacientes). Entretanto, quando da entrada nas Alas, a equipe de inspeção identificou que os pacientes de medida de segurança estão misturados com os demais pacientes psiquiátricos nas diversas alas.

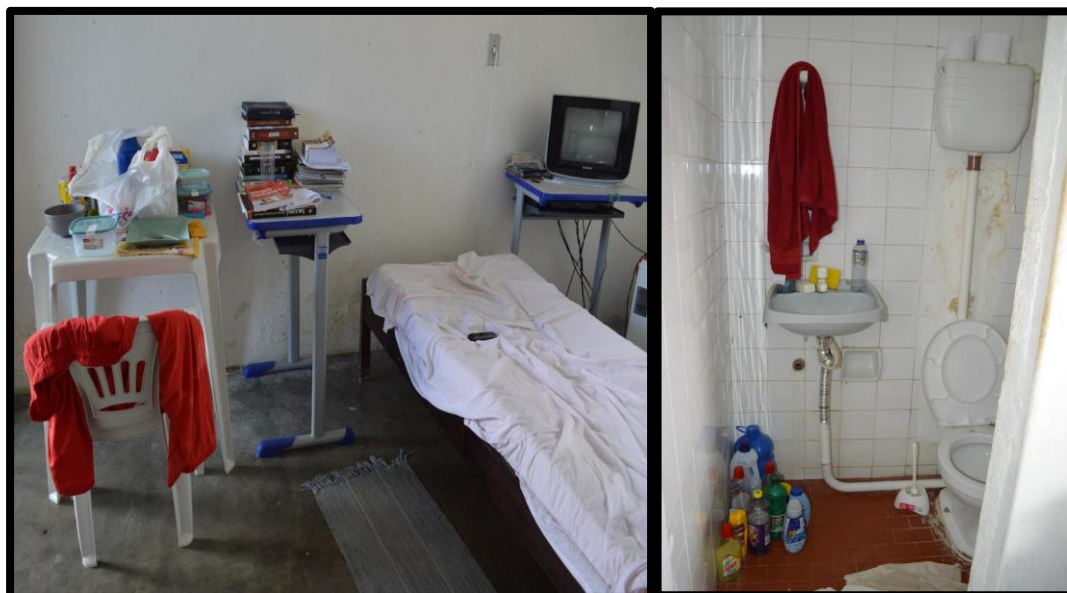
139. O paciente mais antigo se encontra há 17 anos na unidade. O CPJ conta com oitenta profissionais, dos quais quarenta são técnicos de saúde e psicossocial e quarenta são policiais penais. Ao todo é uma média de oito policiais penais por plantão.

140. A direção informou que há ações de qualificação profissional voltadas para os profissionais do CPJ com uma frequência trimestral, com temas como saúde mental, prevenção ao suicídio, prevenção à automutilação e urgência e emergência em saúde mental.

2.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

141. Das 10 alas idênticas, duas estão desativadas. Uma ala é feminina. A ala de apartamentos, fica num corredor, composto de três quartos individuais, destinados às pessoas

com nível superior e policiais. Em relação aos alojamentos das demais pessoas privadas de liberdade, as condições de habitabilidade do alojamento da ala de apartamentos são muito diferentes, bem como os acessos aos direitos que são bem distintos dos demais, apresentando um enorme contraste, como se pode observar.



Figuras 42 e 43: Apartamento. Fonte: MNPCT.

142. Segundo o setor psicossocial, a divisão de perfis na unidade é a seguinte: idosos (A), mulheres (J), apartamentos (pessoas com curso superior ou policiais), A e (pacientes), H e G são provisórios em surto, advindos das unidades prisionais, que tiveram incidente de insanidade instaurado pelo Juízo. Nas alas G e H ficam os reeducandos para tratamento psiquiátrico (as portas são de aço).

143. A existência de uma unidade mista é inadmissível, na medida em que pode contribuir para pessoas internadas sejam assediadas sexualmente ou, como em muitos casos já noticiados, vítimas de estupro. A situação de vulnerabilidade na qual se encontram especialmente as mulheres privadas de liberdade no CPJ é preocupante e requer providências imediatas dos órgãos de Estado competentes.

144. Não existe uma enfermaria para observação de casos mais graves, nem uma unidade de emergência para intercorrências clínicas, tampouco carro de emergência. Nos casos de necessidade de atendimento fora da unidade, se solicita a ambulância que fica no Complexo Penitenciário, juntamente com a escolta do GERIT.

145. Durante nossa inspeção, pudemos constatar a precariedade das instalações e a falta de manutenção periódica, que são fatores determinantes para a degradação da estrutura física da unidade. Esses fatores impactam o ambiente, ocasionando, para a pessoa privada de liberdade,

condições desumanas de habitabilidade. As falhas visíveis de manutenção na estrutura das edificações comprometem a segurança da unidade e colocam em risco permanente os servidores e as pessoas custodiadas. Os alojamentos dos pacientes e dos reeducandos são bastante sujos, há muitas infiltrações e toda a estrutura de alojamentos necessita de reformas urgentes.



Figuras 44, 45 e 46: Estrutura sem manutenção e suja dos alojamentos. Fonte: MNPCT.

146. As instalações sanitárias, na sua maioria, não são adequadas para possibilitar que todos os custodiados façam suas necessidades fisiológicas quando necessário e com higiene e decência. Da forma em que se encontram, propiciam condições desumanas e degradantes

extremadas, inviabilizando, neste espaço, condições mínimas de habitabilidade para o cumprimento da medida ou pena, levando-se em consideração o risco à segurança e saúde dos custodiados e servidores, como já exposto.

147. As pessoas privadas de liberdade relataram para a equipe de inspeção a existência de diversos animais vetores de doenças no interior da unidade, como ratos, baratas, mosquitos e escorpiões, situação que se agrava com a sujeira identificada em muitos dos alojamentos visitados.

148. Também chamou a atenção **a falta de estrutura de trabalho para os servidores**. Não há postos de trabalho com computadores para todos aqueles profissionais que necessitam, o que faz com que eles tenham que se revezar nos computadores. Os profissionais da unidade também não recebem adicional de periculosidade, nem insalubridade.

149. Os alojamentos para policiais penais também se encontram com muitos problemas estruturais, sem manutenção, há tetos com escoras que podem cair a qualquer momento e periclitam a vida e a integridade física daqueles que circulam pelo local, sobretudo os servidores e custodiados.



Figuras 47 e 48: Alojamento dos policiais penais. Fonte: MNPCT.



Figura 49: Banheiro dos servidores. Fonte: MNPCT.

2.2. ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E HIGIENE

150. A alimentação recebida pelos custodiados vem da cozinha central do Complexo Penitenciário. Conforme informações recebidas da direção, são quatro refeições, sendo o café da manhã servido entre 8h e 9h da manhã; o almoço entre 11h e 12h; uma fruta servida às 15h; e o jantar servido entre 16h e 17h. São aproximadamente 15 horas entre a última refeição do dia e a primeira do dia seguinte. Como se trata de pessoas que recebem menos assistência de familiares, a privação da alimentação sofrida se agrava ainda mais.

151. Em relação à garantia de fornecimento de dietas para as pessoas com restrições alimentares e/ou necessidades nutricionais especiais, a direção nos informou que a nutricionista comparece ao CPJ uma vez por semana e faz avaliação nutricional mensalmente. Recebemos cópias de documentos dos pacientes com dieta especial. A fiscalização da qualidade da comida é feita pelos próprios custodiados, que inclusive, neste ano sugeriram que o macarrão servido viesse sem o molho, devido a estar sempre azedo.

152. Pacientes da unidade afirmaram que a comida é ruim, **por vezes a carne vem crua, por vezes a comida vem azeda**, o que corrobora a narrativa de todas as outras unidades inspecionadas no Complexo Penitenciário de Maceió. Alguns não comem mais nem bisteca, nem calabresa, nem fígado, nem salame, porque sempre passam mal.



Figura 50: Almoço das pessoas privadas de liberdade. Fonte: MNPCT.

153. A disponibilização de água potável nas alas é feita pelos trabalhadores internos, segundo a direção, mas segundo os custodiados, eles tomam água direto da torneira.

154. São disponibilizados mensalmente kits de higiene que contém sabonete, shampoo, condicionador, absorvente, desodorante, pasta de dente, escova de dente. Preservativos também são disponibilizados.

155. A manutenção da limpeza é feita pelos trabalhadores do semiaberto de segunda a sexta-feira, principalmente na ala A, onde se encontram os pacientes com a funcionalidade mais prejudicada. A unidade não dispõe de lavanderia e todas as roupas são lavadas pelos próprios custodiados.

156. A unidade fornece somente o uniforme. Os calçados são recebidos em forma de doação e não existem roupas de cama e colchões suficientes, conforme observamos durante a inspeção e confirmado pela direção. A direção afirmou que a aquisição de novos colchões está aguardando licitação.

2.3. ATENDIMENTO DE SAÚDE, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

157. O quadro de técnicos da unidade conta com quatro médicos psiquiatras; dois médicos clínicos; dois enfermeiros; doze técnicos de enfermagem; dois auxiliares de enfermagem; um terapeuta ocupacional; dois assistentes sociais; dois psicólogos; uma nutricionista; um farmacêutico; dois dentistas; cinco profissionais da praxiterapia; dois fisioterapeutas. Há profissionais que trabalham em plantões de 24h, outros no horário das 8h às 16h nos dias úteis. Ainda, há consultas ginecológicas para as mulheres da unidade com uma frequência trimestral. Os dentistas atendem duas vezes na semana.

158. Em relação aos demais agravos de saúde, a equipe de enfermagem informou que não há casos entre as pessoas privadas de liberdade com tuberculose, hanseníase, hepatites e/ou sífilis. Há quatro pessoas com HIV que estão em tratamento e recebem a medicação necessária. A equipe de inspeção teve oportunidade de verificar o estoque de medicação e, de acordo com a enfermeira responsável, a unidade dispõe das medicações e insumos necessários para o trabalho da enfermagem.

159. Os medicamentos são administrados diretamente pelos profissionais de saúde (enfermagem), não sendo entregues por policiais penais ou outros internos. No entanto, uma questão identificada pela equipe de inspeção foi que a equipe de enfermagem, no momento do preparo da medicação, retira o comprimido da cartela e o armazena em um recipiente com o nome da pessoa privada de liberdade que irá tomá-lo. Essa prática contraria os procedimentos e normas de saúde que disciplinam que o medicamento deve ser mantido com sua identificação e em local adequado (protegido da luz, calor, umidade e sujidade).

160. Entre outras situações, manter o medicamento na sua embalagem original é mais um procedimento recomendado para que o profissional da saúde administre o medicamento de maneira segura àqueles a quem se destina.



Figura 51: Procedimento inadequado na administração dos medicamentos. Fonte: MNPCT.

161. Ainda durante a inspeção, a equipe do Mecanismo orientou a equipe de saúde, que se comprometeu a adotar o procedimento adequado a partir daquela data. O mesmo compromisso foi assumido pela direção da unidade, que posteriormente junto com os documentos faltantes, informou em mensagem eletrônica que, entre as recomendações urgentes, a equipe de saúde a partir do dia da inspeção passou a administrar medicação às pessoas privadas de liberdade no invólucro, identificando com o nome do medicamento, validade, nome do paciente e respectiva ala.

162. Em conversa com o assistente jurídico da unidade, a equipe do MNPCT foi informada que os pacientes têm suas medidas de segurança reavaliadas anualmente pelo Juízo.

163. Durante nossa inspeção recebemos reclamações dos pacientes de que não recebiam visita dos defensores públicos há muito tempo. Solicitamos o livro de registro de visitas à direção e constatamos que a última visita da defensoria pública na unidade tinha sido em 26/4/22, confirmando uma desassistência jurídica, levando-se em conta que a população do CPJ é predominantemente de baixa renda e não tem acesso a advogado particular em sua maioria.

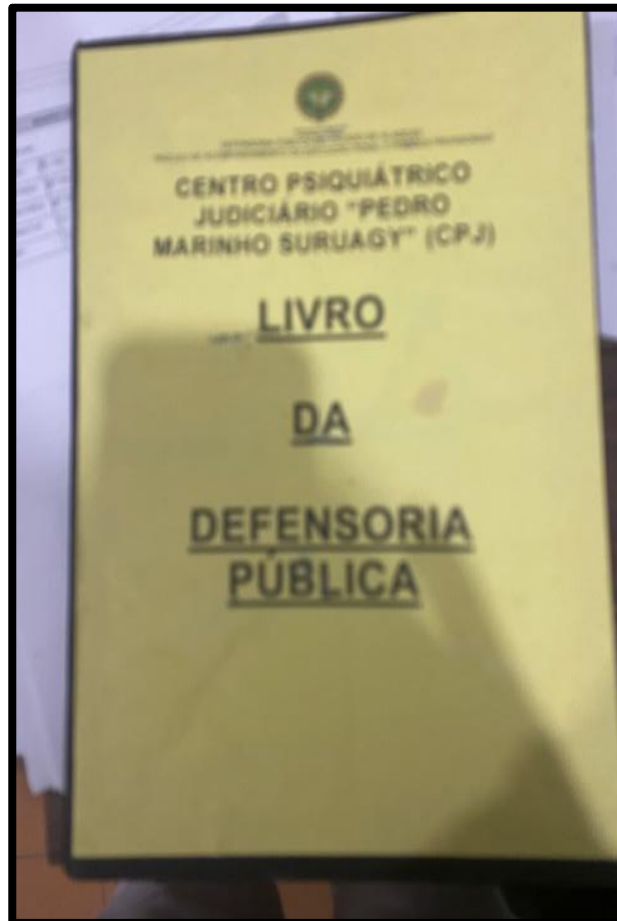


Figura 52: Controle dos atendimentos da Defensoria Pública. Fonte: MNPCT.

164. Em nossa inspeção pudemos observar que o protocolo de **Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE)** é um método científico de trabalho que proporciona melhoria significativa da qualidade da **Assistência** prestada ao paciente através do planejamento individualizado das ações de **Enfermagem** elaboradas pelo profissional **enfermeiro de** atendimento da enfermagem é realizado e se encontra nos prontuários.¹⁹

165. Na entrevista com o setor psicossocial, fomos informados que as psicólogas e assistentes sociais atendem de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, já o terapeuta ocupacional atende de segunda à quinta das 8h às 14h. Informaram que os atendimentos psicológicos são realizados a partir de demandas espontâneas, ou seja, através da manifestação do custodiado, enquanto em relação aos pacientes psiquiátricos, que são considerados mais urgentes, há uma busca ativa das demandas. A área da saúde possui plantões de 30 e 40 horas e os enfermeiros atendem 24 horas na unidade.

166. As profissionais do setor psicossocial são prestadoras de serviço da SERIS, já o Terapeuta Ocupacional é oriundo da SESAU, por intermédio de Processo Seletivo Simplificado

¹⁹ Resolução n. 358/2009 COFEN.

(PSS)²⁰ para o sistema prisional, pois o estado de Alagoas não possui profissionais de carreira (concursados) para a ocupação dos cargos técnicos de vários setores das unidades de privação de liberdade.

167. Sobre processos formativos para ingresso na unidade de privação de liberdade, informam que não receberam formação no início de seus trabalhos, mas com o tempo, tiveram acesso a vários cursos, tais como: custódia de pessoas LGBTI+, administração do sistema prisional, cuidados com a tuberculose, hepatite, entre outros.

168. Embora não tenham um regimento interno da unidade, informaram que todas as áreas de todos os setores possuem uma coordenação temática e que cada interno possui prontuários individuais, contendo informações sobre atendimentos realizados desde a porta de entrada, prontuário de saúde e Projeto Terapêutico Singular (PTS). Ainda sobre as rotinas do setor, contam que dividem as demandas de forma equitativa e que mensalmente conseguem atender todos os internos.

169. Em relação aos diálogos e fluxos de trabalhos com outros setores da unidade, informam que há fluidez e parceria, tanto com o setor de segurança quanto com os demais setores e direção. Contam que assim que chegam à unidade procuram o fiscal de plantão dos policiais penais e demais setores para saber das principais notícias e coletar informações importantes para iniciar seus atendimentos.

170. Estas relações são amplamente estreitadas a partir das reuniões multidisciplinares realizadas semanalmente (todas às quartas-feiras) entre as equipes psicossocial, de saúde, terapia ocupacional, fisioterapia, nutricionista e policiais penais (fiscais de plantão). Nestas reuniões o foco principal são as discussões sobre as situações mais críticas da unidade e que exigem das equipes alinhamento para solucionar tais questões.

171. Há seis meses, aproximadamente, iniciaram a elaboração do PTS. A partir da observação do PTS, verificamos que ele está sendo elaborado, munido de informações bastante detalhadas, e realmente individualizando o tratamento de cada paciente naquela unidade.

172. Sobre a conjuntura da Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), as profissionais relataram que os CAPS's do interior funcionavam de forma mais eficiente, contando com mais estrutura do que os CAPS's da capital. Ainda, informaram que, devido ao fechamento de dois hospitais psiquiátricos no estado, as sete²¹ residências terapêuticas de Alagoas (Maceió) resultaram

²⁰ O Processo Seletivo Simplificado (PSS) possui duração de um ano e pode ser renovado por igual período.

²¹ <https://maceio.al.gov.br/noticias/sms/servicos-residenciais-terapeuticos-recuperam-vidas-em-maceio>.

lotadas, desfavorecendo os processos de desinstitucionalização nos casos de pessoas sem vínculos familiares²².

173. A RAPS, criada pela Portaria GM/MS no 3.088/2011, tem o objetivo de acolher e acompanhar as pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas no âmbito do SUS. O estado de Alagoas é um dos estados do país que não tem uma RAPS eficiente para cumprir o que efetivamente preconiza a Política da Reforma Psiquiátrica, adotada pelo governo federal, desde 2011.

174. De acordo com informações divulgadas no site da SESAU, os

processos formais de solicitação e implantação dos Pontos de Atenção definidos na Rede de Atenção Psicossocial - RAPS estão em tramitação no Ministério da Saúde, no entanto, a reformulação da política de Saúde Mental durante os anos de 2017 e 2018 aliada às dificuldades financeiras alegadas pelos municípios para manter os serviços existentes e especialmente arcar serviços novos tem dificultado a estruturação da RAPS.²³

175. Em face desta problemática, a SESAU esclarece que a Coordenação Estadual de Saúde Mental tem atuado junto aos gestores municipais e ao Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial para discutir possibilidades de repactuação do desenho da rede em Alagoas para implantação dos pontos de atenção definidos na RAPS²⁴.

176. A rede é fundamental para que as Residências Terapêuticas (RT's) acabem, definitivamente, com as longas internações dos hospitais psiquiátricos, onde os pacientes passam os dias dopados, excluídos da vida social e presos, como se estivessem cumprindo pena.

177. As RT's integram a Rede de Atenção Psicossocial do Município, sendo administradas – por meio de convênio de cooperação – pela Associação de Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental de Alagoas, a Assuma. No total, são sete unidades, atualmente com 71 pessoas. Faltam unidades no interior do estado.

178. O número reduzido de RT's também implica diretamente no programa de desinstitucionalização, pois há que se considerar que muitos pacientes não têm família ou, se tem, muitas vezes a família tem dificuldade em aceitar de volta.

179. Conforme entrevista com a direção do CPJ (chefe e subchefe), diferentemente do que foi relatado pela equipe técnica, não existe articulação com a RAPS e tampouco com outros equipamentos comunitários/sociais de saúde e nem todas as pessoas possuem PTS. Atualmente, não está ocorrendo licença terapêutica para os pacientes em medida de segurança, conforme o

²² A área psicossocial informa que a maioria das pessoas internadas são rejeitadas pelos familiares.

²³ <https://maceio.al.gov.br/>. Acesso em 27 set. 2022.

²⁴ Plano Estadual de Saúde de Alagoas 2020/2023.

previsto na Lei 10.216/2001. Outro fator que chamou a atenção é a **ausência de uma equipe de desinstitucionalização instalada no CPJ**, então não há uma desinstitucionalização progressiva, não há um trabalho sistemático e focado na fase de desinstitucionalização dos internos.

180. Apesar de existir uma equipe multidisciplinar na unidade e estar em implantação um modelo mais assertivo de saúde mental, pudemos observar em nossa inspeção que, principalmente os pacientes de medida de segurança, vivem isolados e em condições degradantes, com total falta de higiene e, ao mesmo tempo, misturados com outros custodiados, o que contraria as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, onde os pacientes que cumprem medida de segurança deveriam receber um tratamento psiquiátrico adequado, preservando os direitos humanos e a dignidade, bem como garantir a qualidade de vida durante sua hospitalização, além de buscar reintegrá-los ao meio social. Alguns entrevistados apresentavam um déficit cognitivo muito prejudicado, dificultando a entrevista, outros talvez hiper medicados, dormindo o tempo todo durante nossa passagem pelas alas.

181. A Lei 10.216/2001 é imperativa ao afirmar que pessoas com transtornos mentais não podem ser internadas em instituições com características asilares. A legislação ainda define o que é instituição com características asilares, tomando como base de referência o desrespeito aos arts. 2º e 4º.

182. No art. 2º, dos incisos de I a IX, a legislação elenca os direitos que todas as instituições devem respeitar no tratamento com as pessoas com transtornos mentais, a saber:

Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX - **ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.** [grifo nosso].

183. Já, em seu art. 4º, a legislação afirma que:

A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. [grifo nosso].

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

184. Não existe na unidade protocolo de contenção mecânica ou química por escrito. Segundo a direção, eles nem possuem faixas de contenção. Na documentação recebida pelo MNPCT, no mês de agosto, 05 pacientes tiveram “surto” e foram medicados com prescrição deixadas no prontuário.

2.4. ACESSO À EDUCAÇÃO, TRABALHO E LAZER

185. Segundo o setor psicossocial, a unidade possui escola com atividades nos períodos matutino e vespertino. Os profissionais de educação são cedidos, através de uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação. A modalidade de ensino é presencial através do EJA apenas para o Ensino Fundamental. A realização de cursos superiores também é possível, através de iniciativa particular do custodiado. A participação no ENCCEJA e no ENEM também são garantidos pela unidade.

186. De acordo com documentação recebida da direção, dentre as pessoas internadas, 35 são analfabetas, 07 são alfabetizadas, 50 têm ensino fundamental incompleto, 01 ensino fundamental completo, 04 ensino médio completo, 03 ensino médio incompleto, 01 ensino superior completo, 01 ensino superior incompleto e dois sem informação.

187. O Projeto Lêberdade iniciará em breve e se refere à remição por leitura com apenas 10 vagas. Os critérios de escolha dos internos que participarão se basearão na aptidão de leitura e escrita.

188. Na área de Terapia Ocupacional a equipe psicossocial relatou que há atividades em grupo com a utilização de livros e feitura de artesanatos, sendo que os materiais são oriundos de doações. Ouvindo as pessoas custodiadas, tivemos informação divergente, ou seja, de que não há atividades para ocupar o tempo ocioso, de que não há atividades de artesanato. O solário é disponibilizado duas vezes na semana. Nos outros dias, as pessoas privadas de liberdade permanecem nas alas e/ou nos seus alojamentos.

189. Os postos de trabalhos existentes na unidade são na área de limpeza, entrega da alimentação e lavagem das marmitas (trabalho esse realizado exclusivamente pela ala das

mulheres). As mulheres que trabalham diariamente com a lavagem de marmitas, que são mais de duzentas vasilhas por dia, afirmam **não ter nesse serviço prestado a contabilização para fins de remição de pena**, caracterizando, no mínimo, como exploração da força de trabalho dessas mulheres.

190. Segundo a direção, os critérios utilizados para seleção das pessoas internadas que terão acesso ao trabalho são: não ser dependente químico, pessoas que respondem por determinados crimes, **pois acreditam que são pessoas com menos possibilidade de fuga**. Entendemos que estes critérios são arbitrários, discriminatórios e conferem privilégios a pessoas que cometeram certos tipos de delitos. Recomendamos a adoção de critérios objetivos e legítimos para se obter a possibilidade de trabalho no âmbito do CPJ. Atualmente existem três pessoas internadas que trabalham na unidade e mais três do semiaberto, que cumprem pena em outra unidade.

191. Em relação às atividades de lazer, constatamos que são poucas, se resumindo basicamente às atividades lúdicas da praxiterapia.



Figuras 53, 54, 55 e 56: Praxiterapia. Fonte: MNPCT.

192. Uma boa parte dos custodiados não tem acesso a TV nem nos alojamentos e nem em uma sala de convivência. Na ala feminina e nos apartamentos destinados aos custodiados especiais há aparelho de TV.

193. Nesse sentido, podemos dizer que o acesso às atividades de recreação, lazer não são igualitárias pois as pessoas cujas famílias não têm condições financeiras de trazer tvs, rádios, acabam sendo excluídos de uma participação em relação ao mundo exterior e divertimento, tendo em vista que o Estado não disponibiliza uma sala de convivência com televisor, para que haja uma interação entre os custodiados.

194. As atividades denominadas como praxiterapia acontecem no mesmo espaço que a fisioterapia, o que acarreta que uma atividade tenha que funcionar no contraturno da outra, diminuindo a disponibilidade da atividade para os internos na rotina do CPJ. Recomendamos à gestão da unidade, ainda durante a inspeção, a realização de uma separação dos espaços da fisioterapia e da praxiterapia, com biombos ou parede de gesso ou alvenaria, a fim de criar dois ambientes apropriados para o desenvolvimento das atividades distintas.



Figura 57: Praxiterapia e fisioterapia no mesmo ambiente. Fonte: MNPCT.

2.5. CONTATO EXTERNO E FAMILIAR

195. As pessoas internadas podem receber duas visitas mensais, mas não têm acesso a telefonemas, nem vídeo chamadas. De acordo com o setor psicossocial, não existe visita virtual e os telefonemas são realizados pela assistente social, que faz a ponte de diálogo com os familiares, ou seja, os pacientes não falam diretamente com suas famílias. Internos informaram que o telefone para fazer chamadas para as famílias ultimamente esteve quebrado.

196. De acordo com o setor psicossocial, há a realização de reuniões entre o setor de saúde, setor psicossocial e as famílias dos(as) internos(as) mensalmente. Esta reunião possui dois vieses: o acompanhamento das famílias sobre as questões de internação/detenção das pessoas

privadas de liberdade, bem como a construção de caminhos de desinstitucionalização delas. Esta informação foi corroborada pela apresentação de uma série de documentos pelo setor, tais como: fichas de atendimento inicial - porta de entrada, avaliação psicológica do ingresso, PTS, plano individual de saída (PIS)²⁵, planilha com programações mensais detalhadas de atividades dos internos e seus familiares, entre outros.

197. Uma grave situação encontrada por esse Mecanismo foi a situação de um interno que já se encontra com sua medida de segurança extinta, porém ainda se encontra na unidade. De acordo com o assistente jurídico, trata-se de uma pessoa que perdeu seus vínculos familiares e não há, até o momento, um local para acolhê-lo, como o Serviço Residencial Terapêutico (SRT), conforme previsto no SUS. O caso já é de conhecimento do Juízo responsável que, segundo o assistente jurídico, vem atuando no sentido de encontrar o melhor encaminhamento. Inclusive, no CPJ, essa pessoa não está nas alas com os demais e sim em um dos apartamentos.

198. A Pastoral Carcerária, a Igreja Universal e a Igreja Adventista desenvolvem atividades de assistência religiosa na unidade.

2.6. USO DA FORÇA

199. Quando questionamos o setor psicossocial sobre a aplicação de sanções disciplinares, contaram que se o ato for de indisciplina, são os policiais penais que definem sobre o isolamento. Se for questão relacionada a surto, as médicas definem. Em ambos os casos, o isolamento é realizado na própria cela do interno. Não há produção de PAD na unidade.

200. Em casos de ocorrência de surtos²⁶, o setor psicossocial informa que imediatamente mobilizam a equipe de saúde, acionam o médico, psiquiatra e policiais penais. Caso não haja médico no CPJ, procuram o médico que estiver mais próximo em alguma unidade do Complexo Prisional. Ainda sobre este tipo de episódio, referem que não existe nenhum tipo de “amarração” dos pacientes e que as equipes no máximo algemam o interno e/ou o trancam em sua cela.

201. Internos afirmaram já ter sofrido violência física e xingamentos de policiais penais. Foi relatado um episódio onde um paciente se recusou a entrar em seu alojamento e foi derrubado, algemado e levou tiros de bala de borracha.

²⁵ O PIS consiste em construir caminhos para encaminhar os internos a atividades laborais para que terminem de cumprir suas penas.

²⁶ Além de acionarem todas as equipes descritas informam que já possuem medicamentos pré-definidos para estas emergências.

202. **Os Policiais Penais lotados na unidade não têm preparo específico para lidar com o público paciente em saúde mental**, e pudemos notar, na prática, a falta de preparo dos mesmos quando, enquanto estávamos inspecionando, um paciente entrou em surto e começou a gritar e eles não conseguiram conter a situação e não demonstraram qualquer técnica para tentar acalmar os ânimos do paciente. Este paciente estava trancado em seu alojamento e afirmava estar há mais de treze dias segregado, enquanto esse “castigo” deveria durar no máximo, sete dias, de acordo com a gestão da unidade. A direção afirmou que os isolamentos podem ocorrer tanto por indisciplina como por surto.

203. Em nossa inspeção, pudemos observar que tanto os profissionais da área de saúde como os agentes penais necessitam de capacitação para o devido manejo com paciente psiquiátrico. Paciente psiquiátrico não deve receber “castigo”, não deve ser algemado, nem sob a justificativa de contenção mecânica para administração de medicação.

204. **É um dever do Estado garantir a correta capacitação dos trabalhadores no que tange à especificidade desse público**, que se distingue dos outros espaços de privação de liberdade por abrigar pacientes em medida de segurança e custodiados com transtorno mental, diferente das outras unidades penais do estado de Alagoas. Profissionais da segurança afirmaram não ter passado por formação específica para atender o público paciente em saúde mental.

205. Os profissionais devem estar conscientes de seus próprios sentimentos e estar ciente de que comportamento ameaçador e hostil são a manifestação clínica de um transtorno mental. É essencial que o profissional permaneça neutro e tome medidas que não sejam excessivamente permissivas ou punitivas. Algumas recomendações iniciais de atitudes relativamente simples de comportamentos podem ser de grande ajuda no manejo de pacientes agitados. Os profissionais devem se apresentar para o paciente, afirmando seu nome e seu papel na situação. Eles devem estar sempre disponíveis para ver o paciente e explicar o que está sendo feito.

206. Em nossa inspeção pudemos observar que tanto os profissionais da área de saúde como os agentes penais necessitam de capacitação para o devido manejo com paciente psiquiátrico. Paciente psiquiátrico não deve receber “castigo”, não deve ser algemado, nem sob a justificativa de contenção mecânica para administração de medicação.

207. O CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, tem valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. É o surgimento destes serviços que passa a demonstrar a possibilidade de organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. É função do CAPS prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando assim as internações em hospitais psiquiátricos; promover a inserção social das pessoas com transtornos

mentais através de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação e dar suporte à atenção à saúde mental na rede básica. É função por excelência do CAPS organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios.

208. Se retomarmos o conteúdo das entrevistas com a equipe técnica psicossocial em que é relatado a pouca efetividade dos CAPS's na capital e o número reduzido de residências terapêuticas no estado de Alagoas, podemos constatar que, para a Reforma Psiquiátrica proposta através da Lei n.º 10216/2001 ser efetivada, é necessária uma ação articulada pelo Governo do Estado, juntamente com as secretarias relacionadas, juntamente com demais órgãos/instituições e a sociedade civil.

3. PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA

3.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

209. A Penitenciária de Segurança Máxima (PenSM) está localizada no Complexo Penitenciário de Maceió. A inspeção foi realizada no dia 17 de agosto de 2022, com chegada na unidade, aproximadamente, às 08h30 e saída às 13h. Além da equipe de peritas/o da missão, participou da inspeção o especialista convidado, Roberto Barbosa de Moura, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL.

210. A equipe de inspeção do MNPCT foi recebida pelo chefe da unidade, que é policial penal de carreira. Na sala da direção, a equipe de missão apresentou o órgão, a equipe de inspeção, bem como as prerrogativas legais de seus integrantes. O chefe da unidade não acompanhou toda a inspeção em razão de compromisso fora da unidade, deixando o chefe da segurança como referência da equipe do Mecanismo Nacional. Ao fim da inspeção, não foi possível apresentar as demandas urgentes ao chefe da unidade, pois o mesmo ainda não havia retornado à unidade.

211. A PenSM teve sua construção finalizada no ano de 2015, mas passou a funcionar efetivamente no início do ano de 2017. A unidade prisional tem uma estrutura física modular, isto é, boa parte de sua estrutura vem pronta de fábrica. De acordo com a SERIS, esta unidade é responsável pela porta de entrada do sistema prisional de Alagoas. Por essa razão, é destinada a pessoas em situação de prisão provisória e já condenados.

212. A unidade tem capacidade prevista de 676 vagas, de acordo com o mapa da população carcerária, divulgado pela SERIS. São 4 módulos com 21 celas, com capacidade para 8

custodiados em cada cela e 1 cela para pessoas com deficiência. Os módulos A e C são destinados a pessoas privadas de liberdade provisoriamente e os módulos B e D são de reeducandos sentenciados. Há uma média de 200 pessoas por módulo. Há também a triagem com 18 celas, cada uma com capacidade para uma pessoa. Este local é destinado aos reeducandos recém-chegados; que aguardam transferência; e àqueles que não estão em convívio ou cometeram falta disciplinar.

213. Há o módulo do trabalhador que ocupa o espaço da escola que está desativada em salas sem camas. Foi informado que a unidade passará por uma reforma, onde serão criadas mais 306 vagas, distribuídas em dois pavilhões. Foi informado pela direção que a unidade passará por uma reforma, onde serão criadas mais 306 vagas, distribuídas em dois pavilhões.



Figura 58: Vista aérea da PenSM. Fonte: Google.

214. No dia da inspeção, de acordo com os dados repassados pela direção da unidade, havia 827 pessoas privadas de liberdade. Esse total representa uma taxa de ocupação de mais de 122%, ocasionando que muitas pessoas presas tenham que ocupar uma cela com até 12 pessoas. Aquelas que não tem cama dormem no chão, em muitos casos, em pedaços de colchão. Aproximadamente 50% desse total eram de pessoas em prisão provisória. Esse dado é corroborado pelos dados do CNJ²⁷, que apontam que há no estado de Alagoas 8.362 pessoas privadas de liberdade das quais, aproximadamente 65% estão provisoriamente. Esse percentual é muito superior à média nacional, que de acordo com os dados do mesmo órgão, é cerca de 44%.

215. No espaço da triagem, toda a sua estrutura física está em péssima condição de habitabilidade. A equipe do Mecanismo encontrou muitos locais com vazamentos hidráulicos,

²⁷ <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>.

muito lodo e mofo. As pessoas presas relataram que o local também tem muitos insetos, mosquitos, ratos e escorpiões. Há vaso sanitário que não funciona, obrigando a pessoa a realizar sua necessidade em alguma vasilha e arremessar para fora da cela.



Figuras 59 e 60: Lodo e restos de insetos. Fonte: MNPCT.

216. Houve relatos de que na triagem, que também é usada como castigo e seguro, é obstada, por vezes, a entrada de alimentos complementares e visitação. Muitas celas não tinham colchões e há relatos de até 18 pessoas numa cela que só comporta quatro pessoas, outro caso com 13 pessoas em cela projetada para um interno, todos dormindo no chão. Há relatos de pessoas que chegaram a passar 52 dias na triagem, a título de reprimenda, nestas condições.

217. As celas dessa unidade não dispõem de pontos de energia e não há iluminação interna. Quando anoitece, as pessoas ficam numa total escuridão, submetendo-as a tratamento cruel, desumano e degradante. A falta de iluminação noturna expõe ainda mais os reeducandos a picadas de bichos peçonhentos, como por exemplo escorpiões. A Regra de Mandela nº 14, por sua vez, prevê que “Em todos os locais onde os presos deverão viver ou trabalhar: (...) (b) **Luz artificial deverá ser suficiente para os presos poderem ler ou trabalhar sem prejudicar a visão**” [grifo nosso]. Os espaços estruturais de iluminação foram cimentados, conforme fotografia abaixo:



Figura 61: Ponto de iluminação cimentado. Fonte: MNPCT.

218. As Regras de Mandela, ainda, em sua regra n.º 43, item 1, alínea C, dispõe que deve ser proibida a prática de cela escura. Também foram reportadas muitas picadas de mosquito, sem que houvesse nenhuma ação para combater a presença deste vetor de doenças na unidade.

219. Todas as portas das celas são uma chapa de metal e possuem uma pequena portinhola que é aberta pelo corredor. Não há nenhuma abertura na porta ou na parede para que ocorra a ventilação cruzada dentro das celas.

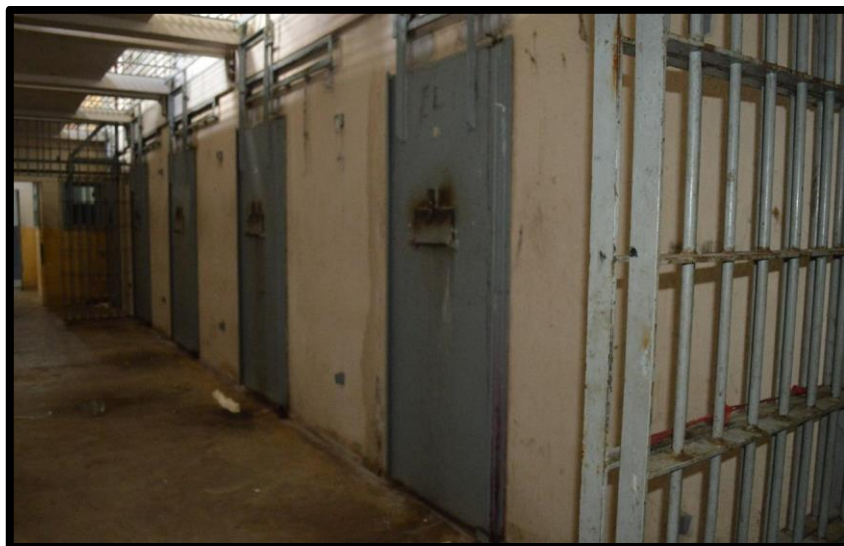


Figura 62: Portas das celas sem ventilação cruzada. Fonte: MNPCT.

220. Sobre as acomodações das pessoas privadas de liberdade, a regra 13 das Regras de Mandela diz que:

Todos os ambientes de uso dos presos e, em particular, todos os quartos, celas e dormitórios, devem satisfazer as exigências de higiene e saúde, levando-se em conta as condições climáticas e, particularmente, o conteúdo volumétrico de ar, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação²⁸.

221. Encontramos **peças em isolamento por três meses na triagem/castigo, sem visita e sem banho de sol**. O solário do espaço da triagem está em completo abandono, demonstrava falta de manutenção e ociosidade. As paredes e o chão estavam cobertos com lodo, o espaço tinha muita sujeira. Havia pia sem torneira, vaso sanitário com água há muito tempo parada sem possibilidade de uso, indicando que o espaço não é utilizado para a finalidade a que se destina.



Figuras 63, 64, 65 e 66: Solário da triagem. Fonte: MNPCT.

222. A abertura de todas as celas da unidade é realizada pelos policiais penais na parte superior, sem contato direto com as pessoas privadas de liberdade. Como as pessoas presas, no momento da inspeção, se encontravam no solário, a escuta de parte dessa população se deu na entrada dos módulos.

²⁸ <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>.



Figura 67: Raio do módulo. Fonte: MNPCT.

223. Em cada um dos módulos há um espaço para a realização do banho de sol. É nesse local que também são realizadas as visitas sociais, no entanto, não há local para todas as pessoas se sentarem nos dias de visita. Há banheiros em que a descarga do vaso sanitário não funciona, sendo necessário juntar água em vasilhas para sua utilização. Foi reportado que, quando chove, alaga todo o solário e as pessoas são obrigadas a ficar num ínfimo espaço. Quando é dia de visita é ainda pior, pois ficam 200 reeducandos e suas visitas num lugar onde só tem três sanitários, um chuveiro e uma torneira.

224. A unidade dispõe de um espaço físico próprio (12 quartos) para a realização das visitas íntimas. Na data da inspeção a equipe constatou que o local estava passando por uma pintura. Trata-se de espaços privativos, com camas em concreto, um banheiro com pia, vaso sanitário sem assento e um cano (não é um chuveiro) para o banho. Em razão do trabalho de pintura, os colchões estavam nos corredores.



Figuras 68 e 69: Espaço para visitas íntimas em manutenção. Fonte: MNPCT.

225. De acordo com os dados divulgados pelo CNJ²⁹, no Relatório Mensal do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP) da inspeção realizada no dia 30 de agosto de 2022 pelo TJ-AL, as condições do estabelecimento penal foram consideradas com péssimas, situação reiterada por esse Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

3.2. ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E HIGIENE

226. Além de enfrentar as questões relacionadas à estrutura física, as pessoas que estão nesse local também estão privadas da assistência mínima do Estado. A equipe de inspeção encontrou pessoas dormindo sobre pedaços de colchão. Enquanto no módulo do trabalhador foram encontradas pilhas de colchões próprios para uso.



Figuras 70 e 71: PPL sem colchão (esquerda). Módulo do trabalhador com colchões (direita). Fonte: MNPCT.

²⁹ https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php.

227. Os lençóis são pedaços de tecido em farrapos. Para se secar após o banho, as pessoas presas utilizam restos de toalhas de banho que são menores que uma toalha de rosto.



Figuras 72 e 73: Farrapo de lençol (esquerda). Restos de toalha de banho (direita). Fonte: MNPCT.

228. É importante reiterar que o asseio e higiene dos espaços de privação de liberdade é condição para a não proliferação de doenças. A permanência de pessoas privadas de liberdade em espaços extremamente sujos e sem possibilidade de limpeza por falta de assistência material (disponibilização de material de limpeza) torna a execução da pena uma experiência degradante, violadora e indigna, que não atende aos fins da ressocialização. Assim, os órgãos e instituições do Poder Executivo estadual devem observar as disposições do artigo nº 12 da LEP, segundo a qual "A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas".

229. Assistência que também é garantida na Regra 21 das Regras de Mandela, ao mencionar que "Todo prisioneiro deve, de acordo com os padrões locais e nacionais, ter uma cama separada, e roupas de cama suficientes que devem estar limpas quando distribuídas, ser mantidas em boas condições e ser trocadas com a frequência necessária para garantir sua limpeza"³⁰.

230. A alimentação na PenSM é produzida no Complexo Prisional e é distribuída três vezes no dia: às 9h30 é entregue o café da manhã, composto por 2 pães pequenos sem acompanhamento e 1 copo de café; entre 11h30 e 12h é entregue o almoço; e entre 16h e 17h é entregue o jantar.

³⁰ <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>.

231. As pessoas privadas de liberdade informaram que as proteínas servidas tanto no almoço e quanto no jantar são de péssima qualidade. O fígado bovino tem cheiro e aspecto de estragado, o frango é malcozido e a salsicha colocada no molho do macarrão também não apresenta gosto agradável.

232. Assim como nas demais unidades do Complexo de Maceió, a alimentação não apresenta uma variação nutricional, constando em sua maioria de arroz, feijão e macarrão. Não são oferecidas frutas, legumes e/ou verduras.

233. O mesmo problema identificado pela equipe do Mecanismo em outras unidades prisionais sobre a utilização de vasilhas de plástico para o acondicionamento das refeições também é uma realidade na PenSM. **Nesta unidade, as vasilhas mal higienizadas passam a noite expostas ao relento, em lugar próximo a um bueiro onde circulam ratos**, conforme fotografia abaixo. A imensa infestação de ratos na unidade foi ressaltada também pelos profissionais.



Figura 74: Ratos saindo de bueiro, dentro da unidade. Fonte: CDDH/OAB.

234. Além dos registros de constantes episódios de comida azeda, as pessoas presas também relataram muitos casos de desconforto intestinal após a ingestão de certos alimentos entregues pela unidade. Como já mencionado anteriormente, o mau acondicionamento dos alimentos em vasilhas mal higienizadas, pode contribuir significativamente para casos de contaminação dos alimentos e, conseqüentemente, problemas de saúde.



Figura 75: Almoço das pessoas privadas de liberdade. Fonte: MNPCT.

235. Ainda sobre a alimentação, os relatos de insuficiência alimentar foram bastante recorrentes. Muitos internos relataram que acordaram na madrugada com fome e não tinham nada para comer.

236. Na Penitenciária de Segurança Máxima não é disponibilizada água potável para beber. A mesma água que é disponibilizada para a higienização pessoal e da cela também é a água para consumo humano, violando a já mencionada regra de Mandela sobre a disponibilização de água potável à pessoa presa.

237. Sobre o kit de higiene disponibilizado pelo Estado, foi informado que há frequentes atrasos na entrega dos kits, que deveria ser mensalmente, porém, no espaço de 3 meses acabam recebendo apenas dois kits, devido a esses atrasos. O kit é composto por 1 creme dental, 2 sabonetes, 1 sabão em barra, 2 rolos de papel higiênico, 1 desodorante roll-on, 1 barbeador. Junto desse kit de higiene também é entregue uma embalagem de 250 gramas com margarina. Dois rolos de papel higiênico por mês são manifestamente insuficientes para as necessidades fisiológicas de uma pessoa durante mais de um mês, que é a frequência de fato com que esse kit é entregue.



Figura 76: Itens do kit de higiene entregues pelo Estado. Fonte: MNPCT.

238. Na triagem-castigo as condições de desassistência material são mais intensas. Contam que chegaram ao local e pegaram uma escova de dentes que estava na cela para utilizarem e compartilharem em quatro pessoas. Também relataram compartilhar o uso de pequenos trapos (toalhas) e colheres.

239. Na triagem também nos mostraram que possuem apenas uma cueca e um uniforme tendo que passar períodos sem poder higienizar as roupas e/ou ficam despidos/nus até que as roupas sequem. Esta situação configura tratamento cruel, desumano e degradante infringindo vários dispositivos que garantem os direitos básicos dos custodiados como vestuário, tais como a Lei de Execução Penal no artigo 12³¹ e 41³² bem como a regra 19 das Regras de Mandela³³.

3.3. ATENDIMENTO DE SAÚDE, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

240. De acordo com a equipe de enfermagem, a equipe de saúde é composta por 1 psiquiatra, 1 infectologista, 3 enfermeiras/dia e 8 técnicas de enfermagem plantonistas, 2 clínicos gerais, 1 fisioterapeuta, 1 dentista, 2 assistentes sociais e 2 psicólogas. À noite existe uma enfermeira plantonista para todo o Complexo. No entanto, um servidor de outro setor informou à equipe de inspeção que não há médico na unidade. Essa situação ficou constatada nos inúmeros relatos das pessoas privadas de liberdade acerca da desassistência de atendimento médico, além da

³¹ **Art. 12.** A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

³² **Art. 41** - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário.

³³ **Regra 19** 1. Deve ser garantido vestuário adaptado às condições climáticas e de saúde a todos os reclusos que não estejam autorizados a usar o seu próprio vestuário. Este vestuário não deve de forma alguma ser degradante ou humilhante. 2. Todo o vestuário deve estar limpo e ser mantido em bom estado. As roupas interiores devem ser mudadas e lavadas tão frequentemente quanto seja necessário para a manutenção da higiene.

direção da unidade não disponibilizar a maioria dos documentos solicitados pelo MNPCT, inclusive aqueles que deveriam registrar os atendimentos de saúde e psicossocial. Tal negativa constitui violação de prerrogativa do Mecanismo e faz com que a unidade não consiga comprovar a existência de tais atendimentos.

241. A PenSM não conta com equipes de atenção básica prisional (EABP), como prevê a PNAISP. Os profissionais de saúde que prestam serviço na unidade são contratados pela própria SERIS, através de seleção de currículo e alguns pela SESAU, através de Processo Seletivo Simplificado.

242. Em relação ao número de atendimentos de saúde, psicossocial e jurídico das pessoas presas na unidade, o único dado disponibilizado pela direção foi o total de atendimentos jurídicos. Do total de 827 homens, nos últimos 30 dias apenas 18 atendimentos foram realizados. Se considerarmos 22 dias úteis no mês, esse quantitativo não representa nem 1 atendimento por dia. Ainda sobre atendimentos jurídicos, foi reportado que advogados particulares enfrentam muitas dificuldades para realizar atendimentos. Foi informado um caso em que um advogado particular se dirigiu cinco vezes à unidade e não conseguiu realizar o atendimento porque “não tem efetivo para conduzir o preso”, segundo a administração da unidade. Dos atendimentos que são realizados, estes são feitos em pé pelo advogado e “precisa ser rápido”, pois são realizados um de cada vez. O Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) em seu art. 7º, determina que:

São direitos do advogado:

III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;

243. O tratamento dispensado aos advogados pela PenSM viola o Estatuto da Advocacia, prejudicando a comunicação entre o reeducando e seu representante processual. Outrossim, também constitui violação de direito do reeducando, obstruindo a regular realização do direito à assistência jurídica.

244. A equipe de inspeção recebeu muitas reclamações sobre a ausência de assistência em saúde. Encontramos uma pessoa privada de liberdade com um furúnculo na axila sem o devido acompanhamento. Ainda foi relatado à equipe do Mecanismo que, para conseguir atendimento em saúde, é preciso estar morrendo, e mesmo quando as pessoas presas chamam a atenção solicitando atendimento há casos de policiais penais que entram na cela com violência e desrespeito.



Figura 77: PPL com furúnculo sem atendimento de saúde. Fonte: MNPCT.

245. Outro caso registrado foi de uma pessoa presa que, de tanto esperar por um atendimento odontológico, e em razão da dor, arrancou o dente com a própria mão. Também foi identificado uma pessoa presa que foi transferida de outra unidade e que lá tomava medicação controlada, mas que, após a chegada na PenSM, sua distribuição foi interrompida sem que a mesma fosse atendida por profissional da área médica para essa mudança. Há muitos relatos de pessoas com a boca inflamada, dentes cariados, infecções sem o tratamento adequado e nem mesmo a disponibilização de analgésico para aliviar a dor. Familiares relataram dificuldade para conseguir a entrada de medicamentos para tratamentos de saúde para os reeducandos, mesmo com receita.

246. O direito à saúde é um direito de todos e dever do Estado e que alcança as pessoas privadas de liberdade, conforme disposto no art. 41 da LEP. E, conforme garante o art. 14, “A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico”.

247. Em conversa com profissionais do setor de odontologia da unidade, a equipe de inspeção foi informada que a equipe é formada por 2 (duas) técnicas em saúde bucal e 1 (uma) dentista. A forma de contratação das auxiliares é distinta - uma é contratada pela SESA, através de processo seletivo simplificado e com jornada de trabalho de 20h semanais, e a outra é contratada pela SERIS, através da entrega de currículo e com jornada de trabalho de 40 horas semanais. Como a dentista não se encontrava na data da missão, não foi possível confirmar sua forma de contratação.

248. Os atendimentos odontológicos são realizados nas terças, quartas e quintas-feiras, sempre pela tarde a partir da demanda enviada pela equipe psicossocial. Os procedimentos

realizados são extração, restauração e limpeza dentária. Em média, de acordo com as técnicas, são realizados 7 (sete) atendimentos por tarde. Como são muitas demandas, as profissionais informaram que não é possível realizar o trabalho preventivo, mas apontaram que se existisse outro profissional de odontologia para o horário da manhã, as demandas seriam mais bem saneadas.

249. As demandas urgentes de saúde identificadas pela equipe de inspeção foram nominadas e a solicitação de providências foi direcionada ao Procurador-Geral de Justiça do Estado a fim de instar o governo do Estado e a SERIS para a adoção das medidas necessárias que garantam o devido atendimento em saúde.

250. Muitas pessoas afirmaram que os atendimentos de saúde de urgência só acabam acontecendo em último caso. Houve relato de pessoas que foram conduzidas para a enfermaria fora do horário de atendimento e que apanharam ao chegar; quem estava aguardando não era profissional de saúde, era profissional da segurança, que desferiu tapas na cara contra reeducandos e os reconduziu para seus módulos sem atendimento de saúde.

251. Em relação aos atendimentos com os setores do serviço social e psicologia, muitas pessoas presas relataram a dificuldade de conseguir atendimento. Informam que repassam os nomes, mas nunca são chamados. Uma pessoa que se encontrava na triagem declarou que está há aproximadamente 3 anos na unidade, mas nunca teve contato com a família e não recebeu a atenção devida do setor de serviço social para a garantia dessa comunicação. A unidade não disponibilizou registro, controle ou qualquer comprovação de atendimentos de assistente social, nem informou por que não disponibilizou. Aliás, a Penitenciária de Segurança Máxima não disponibilizou nem a metade dos documentos de controle solicitados pelo MNPCT e nem apresentou justificativa para não o fazer.

252. Em entrevista com os profissionais, fomos informados que as demandas são espontâneas, trazidas pelos representantes de módulos através dos agentes penais. Atualmente, estão em acompanhamento médico 8 pacientes com HIV, 4 com tuberculose e 1 com sífilis. Existem 110 pacientes em uso de medicação psiquiátrica.

253. Ouvimos as pessoas presas e nas entrevistas houve muitas reclamações em relação ao atendimento precário da saúde. Semanalmente recebem por ala uma cartela de paracetamol e uma pomada para “coceira”, que devido ao grande número de casos de problemas de pele é insuficiente. Outra reclamação que foi repetida em várias alas foi a dificuldade de receber medicação corretamente.



Figuras 78 e 79: PPL machucado na sola do pé (esquerda). PPL com problema de pele (direita). Fonte: MNPCT.

254. O vínculo das funcionárias do setor psicossocial é precário e sem estabilidade, pois as servidoras não são concursadas, uma vez que no estado de Alagoas inexiste a carreira para tais áreas. Esta é uma situação que preocupa este Mecanismo Nacional, já que a partir desse vínculo as possibilidades de denúncia de práticas abusivas, de violência e até tortura são comprometidos em razão de colocar em risco manutenção dos seus empregos.

255. O horário de expediente da psicologia e assistência social ocorre de segunda à sexta-feira das 8hs às 17hs (40 horas semanais) e das 8hs às 14hs (30 horas semanais), respectivamente.

256. Em entrevista com a psicóloga e assistente social, quando questionadas sobre o regimento interno da unidade, informaram que o setor de serviço social possui um esboço referente apenas a esta área e o setor de psicologia possui alguns instrumentos orientadores que ficam com a Coordenação da área.

257. Os setores de psicologia e assistência social da unidade trabalham de forma bastante coordenada e possuem uma diversidade de documentos para o desenvolvimento de seu trabalho diário na unidade.

258. Entre estes documentos estão: documento referente à avaliação psicológica e social do ingresso - porta de entrada (com dados de identificação, história atual e pregressa, setor para questões de saúde, situação processual, histórico profissional, observação sobre as condições do indivíduo no momento da detenção, dados referentes à documentação do interno); lista de atendimentos diários realizados pelos setores (com dados sobre a unidade, data, psicólogo(a)/assistente social, nome do reeducando e módulo); termo de recebimento de preservativos e lubrificante (dados sobre a unidade, módulo, data e quantidade - setor de psicologia); ficha de encaminhamento para outros setores (dados sobre psicólogo(a) /assistente social, unidade, nome oficial, nome social, filiação, queixa, setor do encaminhamento, descrição do encaminhamento, data); relatório mensal, ficha de inscrição para processo seletivo

do NRC (Núcleo Ressocializador da Capital - setor de psicologia); termo de responsabilidade quando o reeducando se nega a ter atendimento psicológico e termo de recusa para atendimentos do setor de assistência social; plano individual de saída (PIS)³⁴; requerimento de visita assistida e autodeclaração de gênero de pessoas LGBTI+ (ambos do setor social).

259. Informaram ainda que realizam, em média, de 80 a 120 atendimentos por mês no setor psicossocial. Às segundas, quartas e sextas-feiras são realizados os atendimentos com os familiares dos custodiados na unidade.

260. Contam também que quando os custodiados vêm do PSMI sem o formulário de entrada preenchido, o setor elabora o referido documento. Relatam a dificuldade de cadastro em relação às carteirinhas para visitantes e que este procedimento é feito na Chefia Especial de Unidades Penitenciárias (CEUP) pela administração.

261. Sobre a estrutura de trabalho, informaram que possuem apenas um computador para todo o setor de saúde e um telefone (que pouco funciona) para o serviço social. Contam que a relação interdisciplinar é bastante fluida assim como com os custodiados.

3.4. ACESSO À EDUCAÇÃO, TRABALHO E LAZER

262. A direção da PenSM não disponibilizou ao Mecanismo as listagens de pessoas presas que participam de atividades educacionais e oficinas e as de pessoas presas que participam de atividades de trabalho da instituição

263. Durante a inspeção, a equipe identificou que o local destinado à escola é utilizado como alojamento improvisado para as pessoas presas que exercem trabalho interno na própria unidade. Nas salas, que estavam sendo pintadas no dia da inspeção, por possuírem pontos de energia, dispunham de ventiladores, televisor, conferindo tratamento diferenciado para esse grupo.

³⁴ O PIS é realizado por equipe multidisciplinar: assistente social, setor de enfermagem e psicóloga.



Figuras 80, 81 e 82: Espaço da escola usado como módulo do trabalhador. Fonte: MNPCT.

264. Outra questão importante do uso irregular das salas destinadas à escola é a total inviabilização da prática do ensino regular na unidade. Os internos informaram/denunciaram que a escola não funciona por falta de efetivo. Em notícia veiculada esse ano na mídia local³⁵, a oferta da educação formal iniciou em 2022 para apenas 13 alunos. No entanto, de acordo com o relatório do mês de agosto de 2022 do CNIEP, divulgado pelo CNJ³⁶ **não há nenhuma vaga de estudo sendo oferecida na unidade no momento**. Esse dado contribui para as declarações que a equipe de missão recebeu das pessoas presas de que não há nenhuma atividade escolar, laboral e/ou de esporte e lazer na PenSM. A equipe psicossocial da unidade informou que

³⁵ <https://www.correiodosmunicipios-al.com.br/2022/02/pela-primeira-vez-penitenciaria-de-seguranca-maxima-de-al-oferece-educacao-formal-aos-custodiados/>.

³⁶ https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php.

implantou o Lêberdade com a quantidade de 4 (quatro) livros, disponibilizando para 3 (três) pessoas. Para o quantitativo de pessoas sentenciadas na unidade, de mais de 400 pessoas sentenciadas, a situação apresentada equivale à não existência da possibilidade de remição através da leitura, pois a parcela atendida é insignificante.

265. Houve relatos de pessoas analfabetas que desejam aprender a ler e escrever e não tem nenhuma ajuda ou **oportunidade de alfabetização** no âmbito da unidade. De acordo com os dados socioeconômicos dos socioeducandos fornecidos pela administração da instituição, **há, pelo menos, oitenta e quatro reeducandos analfabetos na unidade e essas pessoas não têm qualquer perspectiva de serem alfabetizadas durante o seu cumprimento de pena.**

266. A inexistência de posto de trabalho na unidade não se justifica pela falta de espaço, pois em cada módulo existe um galpão no qual se poderia instalar unidades fabris de acordo com a realidade local. Tamanha ociosidade da população carcerária da unidade afeta a saúde mental dos reeducandos e afasta a unidade da perspectiva da ressocialização pelo estudo e pelo trabalho.

267. No relatório do mês de agosto de 2022 do CNIEP³⁷, do total de 827 homens, apenas 27 estão realizando algum trabalho internamente no PenSM. Esse número representa pouco mais de 3% do total das pessoas privadas de liberdade nessa unidade.

268. O Mecanismo Nacional observa a necessidade premente de fomento das atividades de trabalho, sobretudo as que viabilizem a profissionalização, bem como a oferta de postos de trabalho interno e externo na unidade, por entender que estas oportunidades não podem ser retiradas da população encarcerada, conforme declara o art. 28 da LEP, pois que representam a verdadeira possibilidade de realização de uma ressocialização efetiva.

3.5. CONTATO EXTERNO E FAMILIAR

269. As pessoas privadas de liberdade informaram que elas podem receber visitas de seus familiares duas vezes por mês, observando as diferentes modalidades. No mês, em um intervalo de 15 dias, a pessoa presa recebe uma visita social e uma visita íntima. Isso é, caso a pessoa presa não tenha companheira/o ou esta/este ainda não tenha recebido a autorização para ter a visita íntima, a sua visita social será de mês em mês.

270. Além do grande espaço de tempo entre as visitas, outra questão apontada pelas pessoas custodiadas nessa unidade é a não observância do horário de início das visitas. Em geral,

³⁷ https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php.

começam por volta das 10h, contrariando a Portaria da SERIS, que disciplina o horário de início às 9h. Há queixas também informando que só é permitida em dia de visita a entrada de uma vasilha de apenas dois litros de alimento preparado para a família visitante e a pessoa reclusa, o que, no mais das vezes, é insuficiente para a refeição de dois adultos e uma criança, por exemplo. Esta quantidade de comida faz com que tanto o visitado quanto os visitantes passem por uma privação alimentar desnecessária. Reitera-se que o contato com a família e objetos afetivos, como por exemplo, a refeição preparada por familiares são aspectos importantes para o processo de aproximação familiar, essencial para ressocialização dos indivíduos.

271. Os relatos de desrespeitos com os familiares das pessoas presas por parte dos policiais penais foram recorrentes. Os desrespeitos incluem xingamentos e tratamentos humilhantes. Para evitar qualquer questão no momento de passarem pelo *body scan* muitas pessoas ficam sem se alimentar por até 24 horas antes das visitas, além de ingerirem medicamentos laxantes e antigases para possíveis manchas não sejam confundidas com objetos ilícitos. Isso faz com que muitos familiares passem mal durante a visita, o que é um tratamento indigno e violador para com essas pessoas. Ainda, profissionais da unidade relatam manusear o *body scan* sem a utilização de EPI 's adequados, como por exemplo, coletes protetores e protetores de tireoide.

272. Outros casos de pessoas que, mesmo aguardando o procedimento de entrada para a visita, mas por ter alcançado o horário limite de entrada às 13h (mesmo o visitante tendo chegado às 8h) foram impedidas de entrar na unidade, sem nenhum respeito, desconsiderando sobretudo aquelas que residem no interior do estado. A direção foi informada pela equipe do MNPCT sobre reclamação recorrente em relação a determinada equipe que dificulta a entrada dos visitantes, tendo tido relatos de alguns dias em que chegaram 100 familiares e só entraram 14 e outros em que entraram só 24. Isso é ultrajante, levando em conta que muitas famílias dependem de condução de prefeituras, dormem em frente ao presídio, trazem comidas para seus familiares e voltam sem poder visitar.

273. Outra queixa frequente em relação aos visitantes foi sobre o manejo das feiras no momento da revista, misturando água sanitária com as roupas e comida.

274. Sobre a existência da intitulada “visita assistida” a equipe psicossocial informou que o custodiado tem direito a apenas uma visita desta categoria enquanto estiver cumprindo pena. Esta visita tem a duração de até 10 minutos, a quantidade de visitantes é ilimitada, é destinada a aquelas pessoas que não conseguem fazer a carteirinha, que têm dificuldades em ter documentos e pessoas que não se enquadram nas categorias de visitantes permitidos como mãe socioafetiva ou avós. No entanto, essa discriminação contraria dispositivo da LEP que garante

direito de a pessoa presa receber visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (Art. 41, inciso X).

275. Uma das pessoas presas declarou, por sua vez, que possui uma mãe cadeirante e só é permitida a realização de visita assistida por 5 minutos a cada 3 meses. A justificativa para esse procedimento é que a familiar não pode entrar com a sua cadeira. No entanto, a equipe do MNPCT observou a existência de cadeiras de rodas dentro da unidade que poderiam ser utilizadas, garantindo os procedimentos de segurança, mas sobretudo o direito da pessoa presa da visita social como as demais pessoas, sem discriminação.



Figuras 83: Cadeiras de roda dentro da unidade. Fonte: MNPCT.

276. A visita assistida nesse modelo contribui para incomunicabilidade da pessoa presa, pois restringe o contato familiar a um tempo muito reduzido e favorece o rompimento dos vínculos familiares. A Constituição Federal de 1988, prevê, em seu artigo 5º, a vedação à tortura e a tratamentos desumanos e degradantes, assim como a garantia de informar às pessoas presas seus direitos e **de serem assistidas por sua família** e advogado. Em seu art. 136, a carta constitucional ainda **veda a incomunicabilidade da pessoa presa**.

277. Outra questão identificada pela equipe de inspeção do Mecanismo e que não foi encontrada em nenhuma normativa sobre os processos de visitação diz respeito ao **tratamento diferenciado para os familiares de pessoas presas que estão no módulo do trabalhador**. **Ouvimos relatos de que são entregues fichas para esses familiares e para os demais é realizado sorteio de vagas remanescentes**. Como a direção não se encontrava no momento final da inspeção, não foi possível verificar a informação diretamente com a mesma. Contudo, diante das demais situações apontadas, a direção da PenSM deve observar os normativos

internacionais, nacionais e locais em relação ao direito da pessoa presa a receber sua visita, corrigindo os eventuais ilícitos existentes.

278. Foi relatado ao MNPCT na inspeção pelas pessoas privadas de liberdade que, para aquelas pessoas que não têm visita, não é garantido pela unidade nenhuma outra forma de comunicação com sua família, destacando a situação dos internos na triagem/seguro que ficam **completamente cerceados** de qualquer contato com seus familiares e mundo externo. Não são garantidas a realização de ligações telefônicas, videochamadas e/ou o envio e o recebimento de correspondências para os familiares, sobretudo aqueles familiares que são de outras cidades ou estados e não têm condições de realizar a visita. Também não foram apresentadas listagens de visitas dos órgãos de controle externo de monitoramento e fiscalização no último semestre.

279. Na Penitenciária de Segurança Máxima, é obrigatório o uso de fardamento, porém apenas o primeiro fardamento é dado pelo Estado, os demais são comprados pela família e entregues quando da visita.

280. Um outro ponto que chamou a atenção foi a **falta de comunicação** da situação do reeducando para a família em **caso de problemas de saúde**. Obtivemos um relato onde uma pessoa que estava presa há alguns meses vinha muito doente, nada foi comunicado à família por parte dos profissionais da unidade, nem a pessoa teve o atendimento médico adequado enquanto esteve custodiada. Esta pessoa foi liberada para cumprir prisão domiciliar e **veio a falecer 24 horas após ter saído da prisão**, aparentemente, foi liberado para morrer em casa e nada tinha sido anteriormente comunicado à família. Um outro relato no mesmo sentido diz respeito a um reeducando que teve uma infecção, começou a urinar sangue e a situação periclitante de saúde dele não foi comunicada à família por Assistente Social ou qualquer outro profissional.

281. Segundo o setor psicossocial, existe o Projeto Carta que é destinado aos presos de outros estados e consiste na escritura de cartas pelos custodiados que depois é repassada aos familiares por e-mail e a resposta é lida pelo setor psicossocial, ou seja, o interno só recebe as informações através do setor e não têm o acesso direto com a comunicação de seus familiares. No entanto, nas entrevistas com os custodiados não houve menção sequer ao referido projeto.

282. Certamente, uma das bases fundamentais do processo de ressocialização reside na manutenção dos laços familiares. Desta forma, a perspectiva de estarem longe de seus familiares geograficamente deveria ser atenuado pela comunicação direta com eles a fim de proporcionar esta proximidade afetiva.

3.6. USO DA FORÇA

283. Assim como nas demais unidades, são os policiais penais de carreira e os agentes penitenciários temporários (contrato de prestação de serviço por tempo determinado) os responsáveis por manter a segurança interna e a custódia das pessoas privadas de liberdade na PenSM. A escala de trabalho desses agentes é de 24h por 96h. Os policiais penais reportaram que eles mesmos que tem de comprar o fardamento para trabalhar, não é disponibilizado pelo estado, eles apenas recebem os coturnos. Alguns informaram fazer mais de dez anos que fizeram curso de reciclagem profissional.

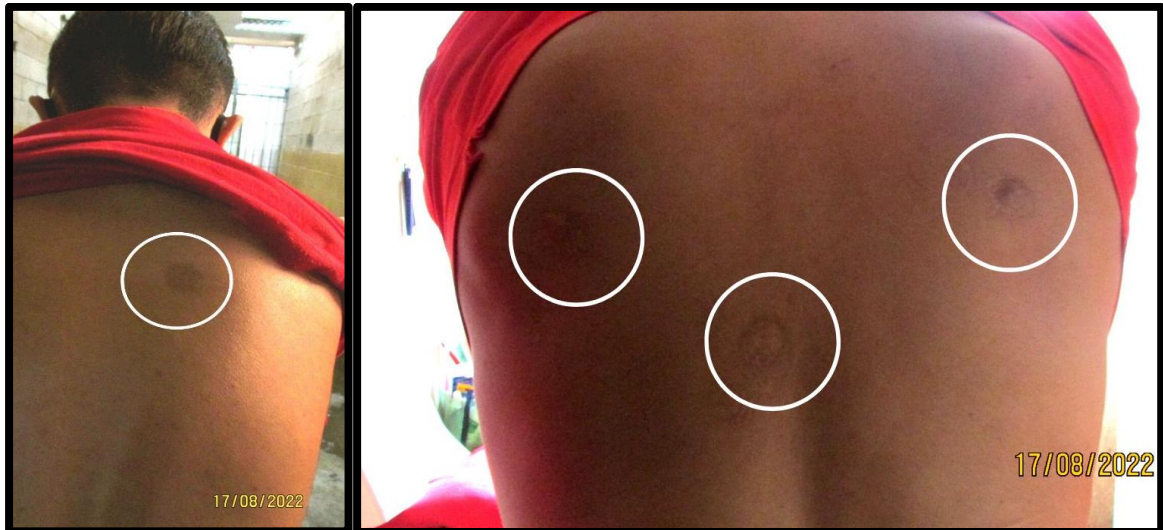
284. Durante as entrevistas, recebemos muitas queixas em relação a espancamentos realizados com toalhas molhadas pelos policiais penais, onde os custodiados ficam nus.

285. Foi reportado o uso de spray de pimenta no interior das celas, trancadas, **sem possibilidade de evasão**. O Espargidor é acionado pela janela, por trás da cela. Conforme o Guia sobre Armas Menos Letais em Operações de Segurança Pública das Nações Unidas³⁸,

Irritantes químicos não deveriam ser usados em situações de resistência puramente passiva. De acordo com o **princípio da necessidade**, uma vez que uma pessoa já esteja sob o controle de um agente de segurança pública, nenhum uso posterior de irritantes químicos será lícito. **Os irritantes químicos não deveriam ser usados em ambientes fechados**, sem ventilação adequada, ou **onde não haja uma saída viável**, devido ao risco de morte ou ferimentos graves por asfixia. (ACNUDH, p. 28, 2020).

286. Temos, portanto, um uso potencialmente ilícito e inapropriado de irritantes químicos de mão a partir do momento em que o espargidor é utilizado dentro de uma cela trancada, sem possibilidade de fuga. **Encontramos pessoas com muitas marcas de bala de borracha tanto na triagem como em outros módulos da unidade**. Uma pessoa relatou ter levado sete tiros de bala de borracha no interior da unidade. Esses disparos se dão até mesmo quando os reeducandos estão em posição de revista geral, sentados no chão e com a mão na cabeça.

³⁸ ACNUDH. Guia sobre Armas Menos Letais em Operações de Segurança Pública. Nova Iorque e Genebra, 2020.



Figuras 84 e 85: PPL's com marcas de balas de borracha/impacto cinético. Fonte: MNPCT.

287. Na triagem-castigo, reclamações são reprimidas com retirada de lençóis e colchões, deixando os reeducandos dormirem na pedra fria. Xingamentos também são comuns no trato com os reeducandos, por parte dos profissionais da segurança.

288. Na Penitenciária de Segurança Máxima foram relatados o uso de diferentes tipos de bombas: **uma bomba que dispara esferas de borracha e uma bomba de estilhaços que cortam. Essas bombas são jogadas dentro das celas trancadas, quando está cheio de pessoas.** Este tipo de armamento é regularmente usado em campo aberto, com possibilidade de evasão para aquelas pessoas que estão sendo repelidas. Seu uso em ambientes confinados, sem possibilidade de evasão, eleva a letalidade do armamento e torna seu uso potencialmente ilícito. Segundo o Guia Visual para Equipamento Policial de Segurança³⁹ da Omega Research⁴⁰:

Projéteis de impacto cinético são projetados para causar trauma contuso ao invés de penetração (**embora eles frequentemente penetrem na pele, especialmente quando disparados em curto alcance**); seu efeito desejado é obter complacência por meio da dor. (...). A munição [de impacto cinético] com vários pequenos grânulos apresenta um risco particularmente alto de causar lesões oculares e lesões por penetração e **não deve ser usada.** (Omega Research Foundation, p. 76, 2021).

³⁹ OMEGA RESEARCH FOUNDATION. Guia Visual para Equipamento Policial de Segurança. Manchester, 2021.

⁴⁰ A Omega Research Foundation é uma organização independente de direitos humanos sediada no Reino Unido que fornece pesquisa rigorosa, objetiva e baseada em evidências sobre a fabricação, comércio e uso globais de equipamentos militares, de segurança e policiais (MSP). A Omega forneceu treinamento e desenvolveu recursos sobre equipamentos MSP para órgãos de monitoramento de prevenção à tortura, como o Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (SPT) e Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e Desumanos ou Degradantes Tratamento ou Penas (CPT), bem como a nível nacional para Mecanismos Preventivos Nacionais estaduais ao abrigo do Protocolo Opcional da ONU da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes(OPCAT).

289. **O uso de granadas de impacto cinético com projéteis de borracha ou estilhaços, jogados dentro de celas superlotadas é uma prática desumana e extremamente violadora que não pode ser vista como algo lícito.** Esta prática descaracteriza o armamento menos letal, elevando seu potencial letalidade, pois que seu uso se dá de forma irregular. Lesões causadas por armas de impacto cinético lançadas, que em alguns casos podem ser fatais, incluem contusões, fraturas ósseas, sangramento interno e danos aos órgãos, dano temporário ou permanente à visão, concussão (lesão no cérebro) e outros ferimentos na cabeça (Omega Research Foundation, p. 76, 2021).

290. Muitos reeducandos informaram sobre xingamentos constantes por parte dos policiais penais, onde são chamados de vários nomes, falam de suas mães, caso alguém reclame corre o risco de ir de castigo para a triagem. Ainda, os procedimentos do GERIT na unidade incluem a destruição de colchões, lençóis e de itens pessoais dos reeducandos, como por exemplo, artesanatos confeccionados por eles.

4. ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO SANTA LUZIA

4.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

291. O Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia (EPFSL) está localizado no Complexo Penitenciário de Maceió. A inspeção foi realizada no dia 17 de agosto de 2022, com chegada na unidade, aproximadamente, às 14h e saída às 18h30. Além da equipe de peritas/o da missão, participou da inspeção o especialista convidado, Roberto Barbosa de Moura, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL.



Figura 86: Vista aérea da EPFSL. Fonte: Google.

292. No início da inspeção, a equipe do MNPCT foi informada que a chefe da unidade não se encontrava no estabelecimento, situação que não inviabilizou os trabalhos desse Mecanismo a partir da atenção dispensada pela assessoria da chefia que estava responsável pela unidade naquele momento. Na sala da direção, a equipe de missão apresentou o órgão, a equipe de inspeção, bem como as prerrogativas legais de seus integrantes. Pouco tempo depois, a chefe da unidade chegou e acompanhou o restante da inspeção. Ao final, a equipe teve a oportunidade de apresentar as demandas urgentes à direção e receber parte da documentação solicitada. Os demais documentos foram encaminhados posteriormente ao MNPCT por meio digital.

293. O EPFSL foi inaugurado em setembro de 2002, mas sofreu ampliação no ano de 2015. A unidade prisional também tem uma estrutura física modular, como a Penitenciária de Segurança Máxima masculina, isto é, boa parte de sua estrutura física já vem pronta de fábrica. É a única unidade prisional do estado de Alagoas destinada à custódia de mulheres, tanto em regime provisório como de mulheres sentenciadas.

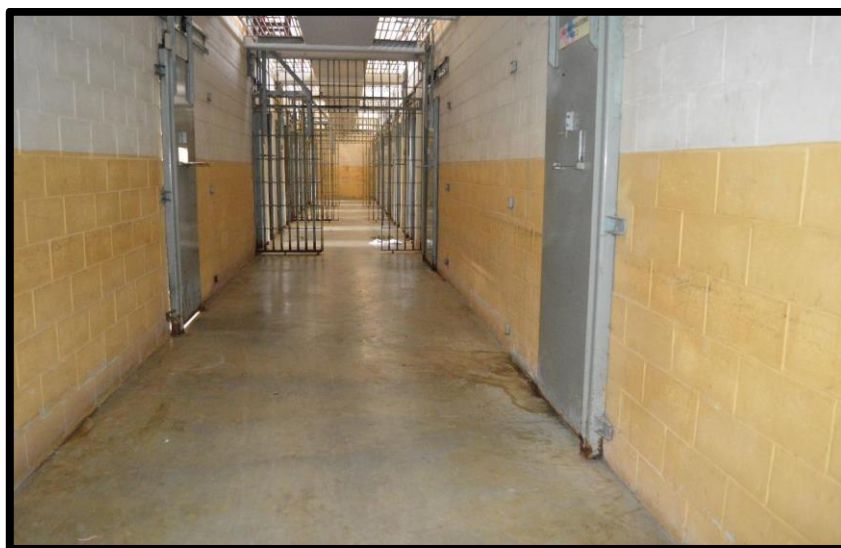


Figura 87: Raio do módulo da unidade. Fonte: MNPCT.

294. Segundo a direção, a capacidade da unidade é de 221 vagas. Está dividida em dois módulos: 1 e 2, e o critério de separação das custodiadas é baseado no tipo de regime: provisórias e sentenciadas, respectivamente. Além destes, há um local de triagem que possui celas para as custodiadas classificadas no perfil de seguro, duas celas destinadas ao cumprimento de medida disciplinar, duas celas para de acolhimento das recém-chegadas e duas celas para a visita íntima, além da ala materno-infantil, que possui 6 camas hospitalares, destinada para as mulheres presas gestantes e/ou lactantes e o recém-nascido nos primeiros meses de vida.

295. Não havia mulheres com filhos na unidade na data da inspeção. Na ala materno-infantil se encontravam 2 mulheres grávidas. De acordo com a chefe da unidade, crianças recém-nascidas podem permanecer com a mãe na unidade por até 6 meses.

296. Sobre o seguro, a diretora informou que é destinado para as infrações médias e graves. Ainda relatou que em crimes de infanticídio e similares, a custodiada passa 15 dias na triagem/seguro para se adaptar e mais 15 dias para trabalharem uma forma de aceitação dela com as demais custodiadas, ou seja, a permanência no seguro para os casos de crimes mais graves chega a **30 dias**.

297. É importante destacar que durante este período as custodiadas **não recebem visitas e nem têm acesso ao banho de sol**. De acordo com as Regras de Mandela:

Regra 44 Para os efeitos tidos por convenientes, o confinamento solitário refere-se ao confinamento do recluso por 22 horas ou mais, por dia, sem contato humano significativo. **O confinamento solitário prolongado refere-se ao confinamento solitário por mais de 15 dias consecutivos.**

Regra 45 1. O confinamento solitário deve ser somente utilizado em **casos excepcionais, como último recurso e durante o menor tempo possível**, e deve ser sujeito a uma revisão independente, sendo aplicado unicamente de acordo com a autorização da autoridade competente. Não deve ser imposto em consequência da sentença do recluso. [grifo nosso].

298. Ou seja, este longo período de cerceamento de contato está em total desacordo com as Regras de Mandela. Ainda é importante registrar que a utilização do isolamento por longos períodos, somada à incomunicabilidade, resultam na prática de tortura psicológica.

299. No dia da inspeção, de acordo com os dados repassados pela direção da unidade, havia 149 mulheres privadas de liberdade. As mulheres em regime fechado representavam cerca de 54% (80 mulheres) e 69 mulheres se encontravam em prisão provisória. As mulheres em regime semiaberto não se encontram em unidade prisional e estão em monitoração eletrônica. Do total de 8.362 pessoas privadas de liberdade no estado de Alagoas, segundo os dados do CNJ⁴¹ a população de mulheres presas representa cerca de 3,81% (319 mulheres). Em comparação com o total da população de mulheres presas no Brasil (cerca de 5,4%), a taxa está um pouco abaixo, mas não há nenhuma razão para que os órgãos competentes não cumpram as normativas nacionais e internacionais relacionadas a esse público.

300. Ao adotar como parâmetro normativo internacional para tratar dessa temática as Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (2010) e dispositivos da legislação brasileira (Código de Processo Penal, art. 318, e Lei de Execução Penal, art. 117, IV), que estipulam o

⁴¹ <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>.

não encarceramento de mulheres gestantes, com filhos (as) pequenos (as) ou dependentes, este Mecanismo afirma a proposta de lançar um olhar diferenciado para as especificidades de gênero nos sistemas de privação de liberdade feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário e que deem celeridade ao processo de saída dessas mulheres desse sistema. Especialmente a Regra nº 64 de Bangkok, afirma que:

Penas não privativas de liberdade para as mulheres gestantes e mulheres com filhos/as dependentes serão preferidas sempre que for possível e apropriado, sendo a pena de prisão considerada apenas quando o crime for grave ou violento ou a mulher representar ameaça contínua, sempre velando pelo melhor interesse do/a filho/a ou filhos/as e assegurando as diligências adequadas para seu cuidado.

301. O sistema penitenciário brasileiro (e no estado de Alagoas não tem sido diferente) segue sendo construído por homens e para homens, e apenas (mal) adaptado às mulheres. A mulher encarcerada no Brasil permanece sendo submetida a uma condição de invisibilidade. Essa condição de invisibilidade que é sintomática e legítima e intensifica as marcas da desigualdade de gênero à qual as mulheres em geral estão submetidas na sociedade brasileira. Para aquelas que se encontram na base da pirâmide social, em razão da sua condição socioeconômica, como é o caso das mulheres encarceradas, o cenário é ainda mais desolador.

302. A equipe esteve no espaço da triagem-seguro-castigo. Na data da inspeção, o espaço estava passando por uma pintura e não havia nenhuma mulher presa naquele local. As pessoas desse módulo se encontram provisoriamente numa cela separada em outro módulo da unidade. As celas da triagem-seguro-castigo contam com uma ou duas camas em concreto e, no fundo da cela, há um vaso sanitário em metal, uma ducha para banho e uma pia em concreto.



Figuras 88 e 89: Banheiro de cela da triagem. Fonte: MNPCT.

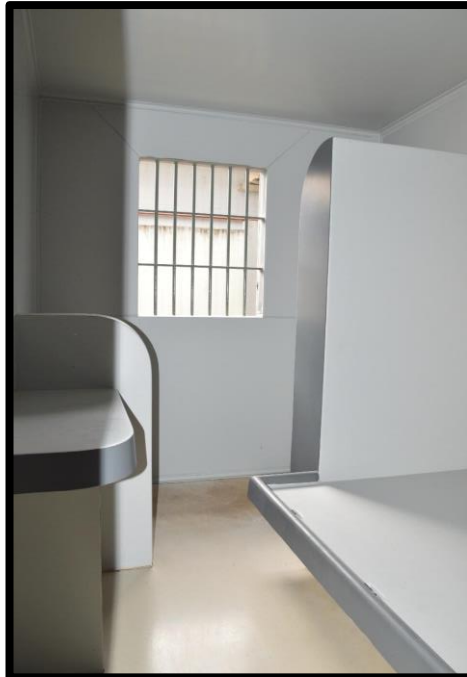


Figura 90: Cela da triagem. Fonte: MNPCT.

303. O único pequeno ponto de iluminação interna da cela, que já é insuficiente, foi pintado, dificultando a iluminação artificial.

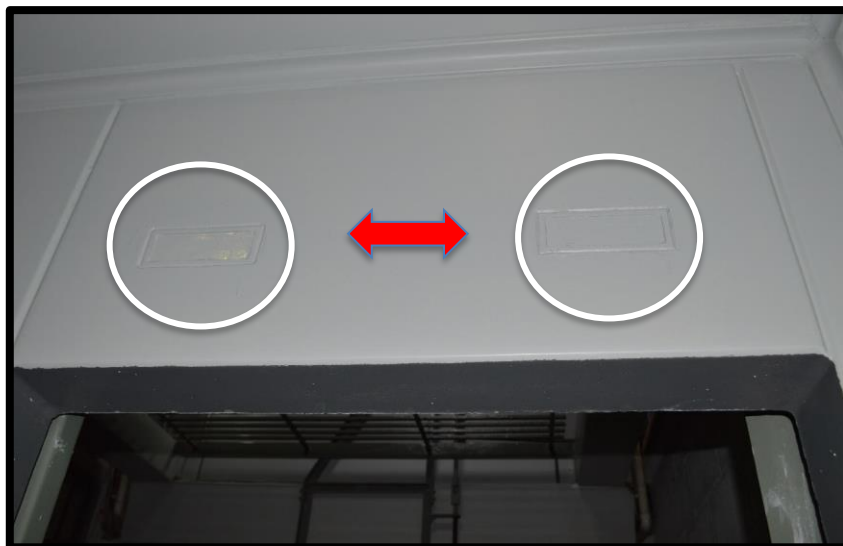


Figura 91: Bloqueio da iluminação com tinta. Fonte: MNPCT.

304. Assim como para as demais unidades do estado que apresentam o mesmo modelo arquitetônico, o MNPCT reforça a regra nº 14 das Regras de Mandela, que prevê que “Em todos os locais onde os presos deverão viver ou trabalhar: (...) (b) **Luz artificial deverá ser suficiente para os presos poderem ler ou trabalhar sem prejudicar a visão**” [grifo nosso].

305. As mulheres que estão na cela de um dos módulos que está servindo de triagem-seguro-castigo totalizavam 9 na data da inspeção, para um total de 8 camas. Uma delas estava dormindo no chão. Havia mulheres que estavam lá há aproximadamente 17 dias. A triagem é um espaço de isolamento extremamente rígido. Não há banho de sol para quem está na triagem e esse intervalo de tempo pode durar mais de duas semanas. As custodiadas que estão neste local podem ter apenas contato com seu advogado/defensor, que por sua vez pode levar a sacola apenas com itens de higiene. A incomunicabilidade com suas famílias provoca muita angústia, depressão e até ideações suicidas, segundo relatos das custodiadas. Este cenário configura-se na prática de tortura psicológica e deve ser imediatamente modificado.

306. As oitivas das mulheres aprisionadas neste espaço foram marcadas por fortes emoções e muito medo de dialogar, devido à possibilidade da ocorrência de retaliações por parte das policiais penais. Esta situação criou um alerta para este MNPCT em relação à ocorrência de possíveis represálias.

307. Nos dois módulos existentes, a quantidade de celas tem uma pequena variação. São 12 celas em um e 14 em outro. Com exceção da cela adaptada para pessoas com deficiência, que dispõe de 2 camas de concreto, as demais celas possuem 8 camas de concreto. Mas, em todas as celas, o banheiro fica no fundo da cela e é composto por um vaso sanitário de metal, uma ducha para banho e uma pia em concreto.

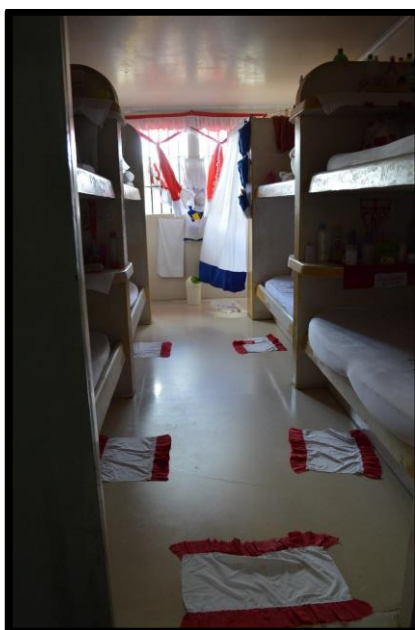


Figura 92: Cela do módulo. Fonte: MNPCT.

308. A equipe do MNPCT notou que o banheiro da cela para pessoas com deficiência não está totalmente adaptado. Dependendo da restrição que uma mulher com deficiência em

situação de cárcere possua, ela não terá nenhuma autonomia para tomar seu banho, uma vez que o registro da ducha para banho se encontra numa altura que inviabiliza totalmente essa atividade.



Figura 93: Registro de chuveiro não acessível em cela para pessoa com deficiência. Fonte: MNPCT.

309. Também encontramos infiltrações nas celas, que foram emendadas com sabão pelas próprias reeducandas.



Figura 94: Infiltrações na cela cobertas com sabão. Fonte: MNPCT.

310. Uma queixa recorrente foi com relação à estrutura do presídio, que é uma estrutura extremamente fechada e isolante. A unidade obedece às diretrizes de construção do modelo de segurança máxima, isto é, as mulheres estão custodiadas em uma unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) ainda que não possuam este perfil. O estado de Alagoas possui

uma unidade feminina, o que interrompe o contato de uma grande parcela das custodiadas com seus familiares, e ainda as (re)pune, pois elas estão submetidas ao regime mais rígido existente. De acordo com a regra 41(a) de Bangkok a avaliação de risco e a classificação de presas que tomem em conta a dimensão de gênero deverão: “Considerar que as mulheres presas apresentam, de um modo geral, menores riscos para os demais, assim como os efeitos particularmente nocivos que podem ter para as presas medidas disciplinares rigorosas e altos graus de isolamento”.

4.2. ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E HIGIENE

311. A alimentação na unidade feminina também é produzida no Complexo Prisional. Sua distribuição acontece três vezes ao dia: entre 8h30 e 9h é entregue o café da manhã, composto por 2 pequenos pães e 1 copo de café; entre 12h e 13h é entregue o almoço; e entre 16h30 e 17h é entregue o jantar. São quase 17 horas entre a última refeição e a primeira do dia seguinte, impondo um longo período de jejum às mulheres presas. Reeducandas relataram que as mulheres hipertensas não têm uma dieta específica e adequada para essa condição de saúde.

312. Como se trata da mesma alimentação das demais unidades do Complexo, as reclamações foram semelhantes em relação à qualidade nutricional das refeições servidas. Foi dito pelas mulheres presas à equipe de inspeção que já encontraram “tapurus” (larvas) dentro da alimentação servida e que alguns alimentos vêm crus e azedos. Também foram relatados vários casos de infecção intestinal, que podem estar associados diretamente com a qualidade da alimentação oferecida.

313. No EPFSL, a utilização de vasilhas de plástico para o acondicionamento das refeições também é uma realidade. Como já apresentado por esse Mecanismo, o mau acondicionamento dos alimentos em vasilhas mal higienizadas pode contribuir significativamente para casos de contaminação dos alimentos e, conseqüentemente, problemas de saúde.

314. Na data da inspeção, a equipe do MNPCT pôde acompanhar a entrega do jantar, por volta das 17h. A qualidade e quantidade de alimento oferecido é muito baixa. Foi entregue apenas cuscuz e linguiça frita. Considerando que a vasilha plástica vazia pesa cerca de 80 gramas, o total de alimento oferecido às mulheres foi de pouco mais de 430 gramas.



Figuras 95 e 96: Peso da vasilha vazia (esquerda). Peso do jantar (direita). Fonte: MNPCT.

315. A direção informou que, na chegada da mulher à unidade, é disponibilizado um kit de higiene, vestuário, 1 colher e 1 caneca de plástico. As peças de roupa compõem 1 bermuda, 1 blusa, 1 calcinha e 1 top. O kit de higiene é composto de 1 creme dental, 1 sabonete, 1 sabão em barra, 2 rolos de papel higiênico, 1 desodorante roll-on.



Figura 97: Kit de vestuário e higiene entregue pelo Estado. Fonte: MNPCT.

316. Foi relatada a falta de pente, creme para cabelo e de desodorante no kit de higiene disponibilizado para as reeducandas da unidade. Foi informado que o quantitativo de dois sabonetes e dois rolos de papel higiênico por pessoa não são suficientes para passar o mês. Foi relatado também que nem todas as vezes vem creme dental no kit.

4.3. ATENDIMENTO DE SAÚDE, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

317. A equipe psicossocial e de saúde do EPFSL é composta por 1 psiquiatra, 1 nutricionista, 1 fisioterapeuta, 1 assistente social, 1 psicóloga, 2 médicos (clínico geral), 2

enfermeiras (diaristas), 4 técnicas de enfermagem, 2 dentistas, 2 técnicos de saúde bucal, 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista, 2 educadores físicos e 1 terapeuta ocupacional.

318. A unidade de Santa Luzia, de acordo com a direção da unidade, possui uma equipe de atenção básica de saúde de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Parte da equipe técnica da unidade, assim como em outras unidades do Complexo Prisional de Maceió, é contratada pela SESAU, através de processo seletivo simplificado, e outra parte é contratada pela SERIS, através da entrega de currículo.

319. Segundo membros da equipe de saúde entrevistados, existe uma reunião mensal da equipe onde são discutidos conduta com pacientes e problemas de relacionamentos. A listagem de atendimentos segue os moldes do sistema prisional de Alagoas. As representantes dos módulos fazem as listas com queixas e entregam para as agentes penais.

320. Atualmente, estão em acompanhamento 6 pacientes vivendo com HIV e 4 por sífilis. Pessoas com HIV relataram um atraso de até três dias para entrega da medicação da terapia antirretroviral (TARV). O psiquiatra é quem faz o acompanhamento e prescrição das medicações controladas.

321. O atendimento na fisioterapia tem um fluxo irregular, pois depende de as policiais penais trazerem as pessoas até a sala. Existem casos que necessitam até de dois atendimentos semanais pela gravidade.

322. Existe uma proposta de dar continuidade a um mutirão que foi realizado uma vez com toda equipe de saúde para levantar as demandas com as custodiadas e segundo a funcionária entrevistada foi muito positivo.

323. Segundo as mulheres presas, a demora no atendimento é muito grande com qualquer profissional na área da saúde. Nos casos mais urgentes, a equipe do MNPCT oficiou ao Procurador Geral de Justiça para a adoção das providências junto à SERIS. Reeducandas relatam que não há atendimento de saúde a partir das 15h, que “não podem passar mal depois de 15h”. Uma pessoa afirmou estar esperando por um exame de ultrassonografia há aproximadamente cinco meses.

324. Foi informada dificuldade para conseguir atendimento com o serviço social. Segundo registros fornecidos pela unidade, em junho foram realizados 19 atendimentos do serviço social da unidade; em julho foram realizados 24 atendimentos. Já em agosto, o mês da inspeção do MNPCT, esse número sobe para 100 atendimentos.

325. Foi reportado que não é permitida a entrada de cigarros na unidade e tampouco é oferecido tratamento para largar o vício, o que faz com que as mulheres fumantes fiquem

nervosas, ansiosas, hiperativas pela ausência do tabaco. Há profissionais que fumam na unidade e o cheiro do cigarro afeta negativamente as reeducandas fumantes, que sentem o cheiro do tabaco, mas não podem fumar.

326. De acordo com a Lei Estadual n.º 7.233/2011 que estabelece normas de proteção à saúde e normatiza o consumo de cigarros, derivados ou não do tabaco, não há nenhuma previsão que proíba o uso de cigarro em espaços abertos, incluindo pátios de unidades prisionais. Sendo assim, o MNPCT recomenda que seja permitida a entrada de cigarros para consumo nos espaços abertos, como por exemplo o solário das unidades prisionais.

327. No EPFSL, há um profissional da área do direito que, de acordo com a direção da unidade, faz uma triagem dos atendimentos que serão realizados pela Defensoria Pública. A chefia da unidade ainda declarou que o defensor público comparece uma vez por semana para realizar os atendimentos jurídicos, realizando em média 10 atendimentos.

328. Assim como nas unidades prisionais masculinas, é esse assessor jurídico da unidade que realiza a defesa técnica das mulheres privadas de liberdade nos PAD's, caso a pessoa não tenha advogado particular. A situação já exposta apresenta um evidente conflito de interesse e ausência de autonomia para o exercício da defesa realizada por esse profissional, uma vez que é a unidade que apura os fatos. A não participação da Defensoria Pública do estado nesses procedimentos, observando o princípio do contraditório e da ampla defesa, pode contribuir em sanções que podem agravar o decurso da execução da pena dessas pessoas.

4.4. ACESSO À EDUCAÇÃO, TRABALHO E LAZER

329. A unidade dispõe em cada módulo de uma sala para as atividades de escolarização. As aulas são ministradas por professores da Escola Estadual Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues. A existência de poucas salas nessa unidade modular contribui fortemente para uma baixa oferta de turmas para o ensino regular.

330. As aulas são na modalidade de educação de jovens e adultos de forma presencial, compreendendo apenas o Ensino Fundamental. De acordo com os dados disponibilizados, a escola possui 1 turma no período matutino, de 9h às 12h, e 2 turmas no período vespertino, de 13h às 16h, totalizando 38 mulheres no estudo regular. Na outra sala, pela manhã, está sendo oferecido o curso de depilação pelo PRONATEC, no qual 17 mulheres estão frequentando.

331. No projeto Lêberdade de remição pela leitura, a informação repassada ao MNPCT é que 16 mulheres estão inseridas no momento.

332. Esse total de mulheres estudando representa pouco mais de 24% do total de mulheres privadas de liberdade na unidade feminina. Várias mulheres presas informaram que elas precisam escolher entre estudar ou trabalhar. A realização das duas atividades concomitantes não é permitida, mesmo com o interesse dessas mulheres. Há pelo menos doze mulheres analfabetas na unidade, segundo dados socioeconômicos disponibilizados pela instituição.

333. Os dados apresentados pela direção da unidade sobre as mulheres trabalhando foram de que há 17 mulheres no bordado filé e 2 no corte e costura. Em ambas as frentes de trabalho, além da remição de pena, a atividade também é remunerada, conforme previsto no art. 29 da LEP. Os demais postos de trabalho são na copa, serviços gerais na área administrativa e nos módulos, totalizando 14 pessoas. Das 221 mulheres na unidade, o total de mulheres trabalhando não alcança 15%. O baixo número de mulheres em atividade educacional e em atividade laboral gera uma grande ociosidade nessa unidade e, conseqüentemente, agrava os problemas que decorrem do aprisionamento. Sem deixar de considerar que o trabalho remunerado contribui para preparar essa pessoa privada de liberdade à reintegração na comunitária após a sua liberação, oferecendo condições iniciais para que viva por si própria. Foi relatado que há pessoas que não estão saindo para trabalhar porque não tem efetivo de segurança para acompanhar.

334. Mesmo sendo uma unidade teoricamente planejada, e destinada para mulheres em regime fechado, não há na sua estrutura um espaço destinado para implantação de oficinas de trabalho. As atividades são realizadas no pátio dos módulos. As normativas nacionais e internacionais versam sobre e este Mecanismo Nacional reitera que o trabalho nas unidades prisionais deve ter sempre o sentido profissionalizante e ser utilizado para favorecer as pessoas presas no desenvolvimento de suas competências para o convívio social e para o trabalho remunerado.

335. Ainda, de acordo com a direção da unidade, existe um grupo de Coral das mulheres presas na unidade, funcionando ainda de forma provisória. Esta informou que atividades culturais são realizadas em datas comemorativas e datas voltadas às ações de saúde. Declarou, ainda, que campeonatos esportivos e jogos são também realizados, mas não precisou com qual frequência. A unidade não dispõe de um espaço exclusivo para essas atividades, sendo realizadas no espaço do solário.

336. Reeducandas que participaram de cursos profissionalizantes do PRONATEC na unidade relataram não ter recebido, após muitos meses, a ajuda de custo do curso (12 reais por dia de curso, totalizando 720 reais ao todo), por problemas burocráticos que não estão conseguindo

ser resolvidos pela administração penitenciária e pelo próprio PRONATEC junto à Caixa Econômica Federal.

337. Relatou-se que há alguns anos foi prometido pela administração penitenciária do estado a criação de um núcleo ressocializador para mulheres, porém esse núcleo ainda não existe. Há uma observação disseminada, tanto por parte de mulheres privadas de liberdade como também de profissionais penitenciários, que **faltam políticas prisionais específicas para a população carcerária feminina.**

4.5. CONTATO EXTERNO E FAMILIAR

338. A equipe de inspeção foi informada pela direção da unidade que os dias das visitas são divulgados mensalmente pela SERIS. Seguindo o mesmo formato do público masculino, as mulheres privadas de liberdade podem receber visitas de seus familiares duas vezes por mês (sábado ou domingo). No entanto, em modalidades diferentes. Observando um intervalo de 15 dias entre elas, a mulher presa recebe uma visita social e uma visita íntima. Caso a mulher não tenha companheiro/a ou este/esta ainda não tenha recebido a autorização para realização da visita íntima, a mulher presa receberá apenas uma única visita de familiar por mês. O único tratamento dispensado às mulheres e que é distinto em relação aos homens é que não há limite no quantitativo de filhos menores autorizados a visitar. Para os homens são 2. Foi informado que não é permitida a entrada de colchonetes ou colchões infantis quando da entrada de crianças visitantes, o que faz com que as crianças não tenham um lugar apropriado para descansar durante as visitas.

339. Foi informada uma certa arbitrariedade por parte de policiais penais quanto à entrada de alguns itens alimentares e de assistência material que são entregues pelas famílias; itens são liberados pela direção, porém algumas profissionais de segurança agiriam de modo diverso, interditando a entrada de itens permitidos. A entrada de esmalte e cortador de unha, por exemplo, depende do plantão, segundo as reeducandas.

340. Os dias de visita são no sábado ou no domingo, de acordo com cada módulo. O horário de início é às 9h e o término às 16h. Não recebemos relatos sobre a realização de revistas vexatórias em familiares nos dias de visita. A unidade possui um *body scan* e outros equipamentos para realização da revista mecânica.



Figura 98: *Body Scan*. Fonte: MNPCT.

341. O Mecanismo Nacional reitera que a situação da incomunicabilidade das pessoas presas em Alagoas é uma problemática que precisa enfrentada pelo Estado, através da SERIS, e recomendamos, entre outras medidas cabíveis, que mais opções de dias para a realização das visitas sejam disponibilizadas, sobretudo para o público feminino, que vivenciam uma condição muito mais intensa de abandono familiar.

342. A assistência religiosa, de acordo os dados informados pela direção da unidade, é oferecida aos sábados, domingos, terças e quartas-feiras em horários pré-estabelecidos para cada instituição religiosa. Atualmente, são as denominações Assembleia de Deus, Batista Koinonia, Católica, Congregação Cristã no Brasil, Lar San Maria e Universal do Reino de Deus que possuem cadastro na unidade e realizam as atividades de cunho religioso.

4.6. USO DA FORÇA

343. Assim como nas demais unidades, são as policiais penais de carreira as responsáveis por manter a segurança interna e a custódia das mulheres privadas de liberdade na unidade. A escala de trabalho dessas agentes é de 24h por 96h. Os dados repassados pela direção da EPFSL apontam que o efetivo das cinco equipes de plantão existentes gira em torno de 8 e 9 agentes, sem considerar as possíveis ausências (férias e licenças). A unidade conta com 46 policiais penais. Adicionalmente pode ter dois ou três “extras”. Segundo as policiais penais entrevistadas, o ideal seria ter um plantão com 20 PP’s a fim de realizar todas as demandas que a unidade exige sem ter que escolher as prioridades. A unidade possui apenas um policial penal

do gênero masculino, que trabalha no setor administrativo, desta forma, todas as policiais penais, com esta exceção, são do gênero feminino.

344. Esse Mecanismo Nacional reitera o já exposto sobre a proporção de agentes nos estabelecimentos penais, conforme prevê a Resolução n.º 9 de 13 de novembro de 2009, do CNPCP. O baixo efetivo de agentes penais na EPFSL, além de gerar uma sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, maiores situações de estresse para essas profissionais, também é um fator que impede o funcionamento de atividades que demandem o deslocamento das mulheres presas na unidade.

345. Sobre a formação continuada para aperfeiçoamento das funções, a equipe de inspeção ouviu de muitas agentes que participaram apenas da formação inicial quando assumiram o cargo em 2006/2007. Não é aceitável que o único treinamento recebido pelos profissionais seja aquele oferecido no curso inicial de formação e que a formação continuada fique a cargo de cada profissional. É extremamente necessário que a Escola de Administração Penitenciária desenvolva um rol de cursos de modo a ofertar, além de cursos operacionais, cursos também teóricos, abordando temas relacionados às normativas nacionais e internacionais de Direitos Humanos, instando todas/os profissionais a passarem pelo ciclo formativo.

346. As policiais penais da unidade informaram que o GERIT realiza a escolta das custodiadas e que é recorrente a solicitação que uma policial penal da unidade os acompanhe, pois não há em todos os plantões desse grupamento agentes femininas. No entanto, devido ao baixo efetivo na unidade feminina, muitas vezes não conseguem acompanhá-los, inviabilizando a realização de escoltas e, conseqüentemente, o atendimento externo.

347. Ainda referem que são ameaçadas pelo GERIT de serem denunciadas caso a não remoção para atendimentos resulte em omissão de socorro à custodiada, colocando toda a responsabilidade nas policiais penais femininas da unidade.

348. Ainda sobre o uso da força, informaram que possuem spray de pimenta, armamento com munição de elastômero e granadas de efeito moral. Em situações de crises, que segundo elas são raras, iniciam solicitando à representante do módulo que retire as custodiadas que não queiram participar de reivindicação ou outro tipo de conflito, depois recorrem a verbalização e em quase todos os casos o conflito finaliza nesta etapa. A etapa seguinte seria o acionamento do GERIT para ingresso e resolução da situação de crise.

349. Quando questionadas sobre a relação com a equipe técnica, relataram que dependendo da equipe, é possível estabelecer um bom diálogo e com outras há um maior distanciamento. Já sua relação com as custodiadas seria tranquila e baseada no diálogo. No entanto, quando entrevistamos as internas percebemos que a boa relação também depende do plantão.

350. Em 16 anos de carreira, relataram que receberam apenas duas vezes o fardamento do estado e em condições muito precárias. Também contaram que os coturnos eram duros demais para o uso sistemático e tiveram que comprar de forma particular para poderem trabalhar com o calçado adequado às suas funções.

351. Sobre a alimentação, as PP's recebem da unidade prisional e informam que é a mesma servida para as internas. Reivindicam a substituição por vale alimentação, já que a maioria não gosta da qualidade da alimentação ofertada (que seria péssima, segundo elas) e ainda informam que já houve vários casos de bactérias no estômago e intestino, bem como já receberam alimentos com insetos e azedas. Estas informações corroboram as reclamações referentes à qualidade da alimentação servida às internas da unidade.

352. Ao observar os alojamentos das PP's, corroboramos suas falas no sentido de que são locais com a presença de muito mofo, pouca ventilação, úmidos, há infiltrações (portanto nos dias de chuvas há ingresso de água neles) e somente há estrutura sanitária no piso superior, ou seja, para realizar higiene precisam, durante a madrugada por exemplo, se movimentar até o piso inferior.

353. Durante a entrevista, também falaram muito sobre a desassistência na esfera de saúde mental para as servidoras. Relataram situações de machismo, sobretudo por parte do GERIT, questões de estresse extremo, bem como a desassistência, inclusive para elas, no âmbito de atendimento de saúde no geral.

354. Em entrevista com as custodiadas, ouvimos muitas reclamações em relação ao tratamento por parte de determinadas equipes de policiais penais. Referem ser xingadas com palavrões, sendo humilhadas e por vezes acabam apanhando. Há relatos de ameaças de se jogar granada nos espaços confinados.

355. O parlatório da unidade é um lugar utilizado para fins de isolamento disciplinar. Tivemos contato com relatos de mulheres que foram levadas para o parlatório e lá ficaram isoladas durante várias horas e sofreram violência física por parte de policiais penais neste lugar. Excessos também foram relatados quanto ao uso de espargidor de pimenta, houve relato de pessoa que levou spray de pimenta, porque saiu da cela escovando os dentes. Também foram relatados tapas; uma policial penal que bateu a cabeça de uma reeducanda na parede e a suspendeu pela nuca. A equipe percebeu também muito receio por parte das custodiadas em conversar conosco por medo de represálias ao fazer denúncias.

356. No dia da inspeção pudemos inclusive fotografar e comunicar à direção uma custodiada que relatou ter sido agredida por uma policial penal no dia anterior e que estava com marcas de arranhões e hematomas.



Figura 99: PPL com marca de arranhão. Fonte: MNPCT.

5. PRESÍDIO DO AGRESTE

5.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

357. O Presídio do Agreste (PA) está localizado no município de Girau do Ponciano, próximo à rodovia AL 220, km 25, região do agreste alagoano e a cerca de 160 km da capital do estado. A inspeção foi realizada no dia 18 de agosto de 2022, com chegada na unidade, aproximadamente, às 08h30 e saída às 15h. Além da equipe de peritas/o da missão, participaram da inspeção os especialistas convidados, Fernando de Jesus Rodrigues do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas e Roberto Barbosa de Moura, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL.

358. A equipe do MNPCT foi recebida pelo subchefe da unidade, que é policial penal de carreira, juntamente com demais integrantes da equipe, composta por servidores públicos e da empresa Reviver, cogestora da unidade. Na sala da direção, a equipe de missão apresentou o órgão, a equipe de inspeção, bem como as prerrogativas legais de seus integrantes.

359. O PA foi inaugurado em novembro de 2013. A unidade prisional tem uma estrutura física modular, isto é, boa parte de sua estrutura vem pronta de fábrica. É a única unidade prisional existente fora da capital do estado. Desde a sua inauguração, a unidade é administrada por um modelo de cogestão entre a SERIS e a empresa Reviver Administração Prisional Privada Ltda.

360. A Reviver é uma empresa privada especializada em administração prisional, fundada em 2002, atuando desde 2006 em estabelecimentos penais. Além do estado de Alagoas, a

empresa presta serviço em estabelecimentos penais em outros 3 estados: Amazonas, Bahia e Sergipe.

361. A unidade do agreste tem capacidade atual de 960 vagas, destinadas a pessoas em prisão provisória e com sentença condenatória. As vagas estão distribuídas em celas nos 6 módulos existentes e nas celas da triagem-castigo-seguro, conforme informado pela direção da unidade. Os reeducandos condenados são separados dos provisórios em todos os módulos, (menos no módulo E) e esse é o principal critério de divisão interna. Segundo a direção, não há ninguém em RDD na unidade.



Figura 100: Vista aérea do PA (zona rural). Fonte: Google.



Figura 101: Vista aérea do PA (zona rural). Fonte: Google.

362. De acordo com os dados repassados pela direção da unidade, no dia da inspeção, a unidade tinha 1.035 pessoas privadas de liberdade, representando uma lotação de quase 108%. O número máximo contratual (Reviver) estipulado de pessoas na unidade é 1.200 (mil e

duzentas pessoas). Aproximadamente 60% do total de pessoas privadas de liberdade na data da inspeção está cumprindo pena em regime fechado e os demais encontram-se em prisão provisória.

363. A equipe do MNPCT foi inicialmente na triagem. Foi-nos informado pela direção que a média de permanência na triagem para aqueles reeducandos que acabaram de chegar na unidade é de 15 a 30 dias, sem banho de sol, e que esse período seria como uma “quarentena”, para que a administração previdenciária possa detectar qual seria o melhor lugar de convívio para a pessoa. Como em outras unidades do estado, o espaço destinado à triagem é também o local no qual funciona o castigo e seguro da unidade, isto é, pessoas presas que estão sem convívio ou receberam alguma medida disciplinar pela unidade são alojadas nesse local.

364. Foi relatado por pessoas presas na triagem que a água não é disponibilizada ininterruptamente e que sua oferta é apenas nos momentos das refeições. A redução de água potável ou da alimentação da pessoa privada de liberdade deve ser vedada, conforme a regra 43 das Regras de Mandela, sobretudo como forma de sanção disciplinar, configurando tratamento cruel, desumano ou degradante.

365. As celas da triagem-seguro-castigo foram projetadas para uma pessoa. Nela há apenas uma cama em concreto. No entanto, a equipe de inspeção encontrou celas com 4 pessoas presas. Algumas já não possuem nem as camas, conforme foi projetado. As pessoas para dormir colocam colchões no chão.



Figura 102: PPL's sem cama e colchão. Fonte: MNPCT.

366. Em algumas dessas celas, não há divisória entre a ducha do chuveiro e o local de dormir, molhando assim todo o chão da cela. As pessoas presas improvisam cortina para diminuir que molhe o mesmo local que se dorme, isto é, no chão. Também foi relatado que muitas descargas

não funcionam, devendo a pessoa presa ter que acumular água em balde e realizar a descarga de suas necessidades fisiológicas por esse meio.



Figura 103: Cella sem divisória do banheiro e colchões no chão. Fonte: MNPCT.

367. Encontramos pessoas que estão na triagem-castigo-seguro **há mais de 45 dias sem direito de acesso ao banho de sol, nem a nenhum tipo de visita e/ou contato com a família, sem acesso a livro para leitura.** A situação é de completa incomunicabilidade e de violação aos direitos das pessoas privadas de liberdade.

368. Tal situação é totalmente contrária ao que se prevê nas Regras de Mandela:

Regra 43

1. Em nenhuma hipótese devem as restrições ou sanções disciplinares implicar em tortura ou outra forma de tratamento ou sanções cruéis, desumanos ou degradantes. As seguintes práticas, em particular, devem ser proibidas:

(a) Confinamento solitário indefinido;

(b) Confinamento solitário prolongado;

(c) Encarceramento em cela escura ou constantemente iluminada;

(d) Castigos corporais ou redução da dieta ou água potável do preso;

(e) Castigos coletivos.

2. Instrumentos de imobilização jamais devem ser utilizados como sanção a infrações disciplinares.

3. **Sanções disciplinares ou medidas restritivas não devem incluir a proibição de contato com a família.** (...) [grifo nosso].

369. A estrutura física dos 6 (seis) módulos é semelhante. Em cada cela existem 8 camas de concreto, 4 em cada lado. No fundo da cela está localizada de um lado uma pia em concreto e do outro a ducha para banho (banho frio) e um vaso sanitário de metal. As celas dessa unidade não dispõem de pontos de energia e não há iluminação interna. Quando anoitece, as pessoas ficam numa total escuridão, sendo submetidas a tratamento cruel, desumano e degradante. Ainda obtivemos relatos de que as luzes são apagadas às 21h e que após este horário os PP's

ficam monitorando os internos com a utilização de lanternas no interior das celas impedindo que eles tenham privacidade no momento de fazer suas necessidades fisiológicas, por exemplo.

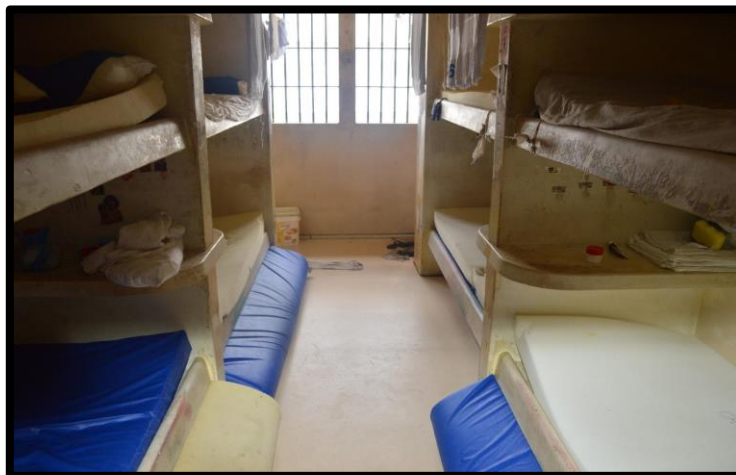


Figura 104: Cela da unidade. Fonte: MNPCT.

370. As Regras de Mandela nº 14, por sua vez, prevê que “Em todos os locais onde os presos deverão viver ou trabalhar: (...) (b) **Luz artificial deverá ser suficiente para os presos poderem ler ou trabalhar sem prejudicar a visão**” [grifo nosso].

371. Todas as portas das celas são uma chapa de metal e possuem uma pequena portinhola que é aberta pelo corredor. Não há nenhuma abertura na porta ou na parede para que ocorra a ventilação cruzada dentro das celas.



Figura 105: Portas das celas sem ventilação cruzada. Fonte: MNPCT.

372. A abertura de todas as celas da unidade é realizada pelos monitores da REVIVER na parte superior, sem contato direto com as pessoas privadas de liberdade. Como as pessoas

presas, no momento da inspeção, se encontravam no banho sol, a escuta de parte dessa população ocorreu na entrada de cada módulo em pequenos grupos.

373. Em cada um dos módulos há um espaço destinado para a realização do banho de sol, além de um local para atividades escolares e um galpão que pode ser utilizado para realização de oficinas e/ou unidade de trabalho. No galpão visitado em um dos módulos, a equipe de inspeção constatou a subutilização do local. Foram encontrados restos de uma oficina de trabalho que não está em funcionamento e um dos dois banheiros existentes que não está em condições de uso.



Figuras 106, 107 e 108: Oficina de trabalho desativada e banheiro sem condições de uso. Fonte: MNPCT.

374. Há 65 (sessenta e cinco) policiais penais na unidade, e cada plantão conta com 14 (catorze) policiais penais. Foi ressaltado que muitos profissionais de segurança da unidade enfrentam problemas psicológicos em decorrência do estresse e da periculosidade da profissão, segundo relato, há profissionais que só dormem à base de remédios, dado o seu quadro psicológico.

375. No período em que foi inspecionada a unidade, havia ocorrido recentemente um imbróglio⁴² entre o sindicato dos policiais penais e a Reviver, pois os funcionários da empresa estavam exercendo atividades fim, inclusive, invadindo as atribuições dos policiais penais. Após isso, os funcionários da Reviver passaram a exercer apenas atividades-meio no âmbito da unidade. Nesta reorganização laboral, alguns postos estavam vazios, por exemplo, nas guaritas da muralha não havia ninguém.

376. Os funcionários da Reviver, além de comporem os quadros técnicos e administrativos da unidade, também são responsáveis por operar o piso superior da unidade, de onde controlam a iluminação das celas, o fechamento e a abertura dos módulos, das celas, dos solários, a descarga sanitária, o fornecimento de água; já os policiais penais são quem realmente têm contato com os reeducandos, fazem a movimentação deles no interior do Presídio do Agreste e desempenham funções que envolvem poder de polícia. Há 192 monitores de ressocialização da Reviver na unidade, os quais não trabalham armados e recebem menos que os policiais penais.

377. Em entrevista com alguns monitores da Reviver, fomos informados que, após a contratação recebem uma capacitação inicial e uma reciclagem depois de um tempo, nada mais. Relataram que depois da modificação do sistema, o acesso deles é somente pela passarela que está sobre os módulos e o contato com os custodiados é feito somente pelos policiais penais. Os funcionários da Reviver não têm acesso a armamentos menos letais. O contato entre eles e os agentes penais é por meio das chefias, os policiais penais recebem tonfas, spray pimenta e outros armamentos menos letais, os da Reviver não. Sentem que a qualidade do trabalho piorou, pois o efetivo dos policiais penais é muito menor.

378. Em entrevista com os(as) policiais penais da unidade, o posicionamento sobre a indelegabilidade de atividades-fim aos prestadores de serviço da Reviver restou nítida. No entanto, o baixo efetivo de servidores de carreira impacta diretamente em escolhas diárias de demandas dos custodiados a serem realizadas, que são definidas em uma escala de prioridades/emergências de atendimento, após a reestruturação de funções.

379. Em cada plantão, há **aproximadamente** 64 agentes, sendo 14 policiais penais (dos quais 6 são “extras”) e 40 monitores.

380. Neste ensejo, além destes impactos, ainda há uma questão grave que é o desguarnecimento de segurança nas guaritas da unidade. Informaram sobre a evasão de 12

⁴² <https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2022/04/77186-sindicato-denuncia-usurpacao-de-funcoes-em-novo-contrato-da-seris>.

custodiados⁴³, entre algumas questões como a ineficiência das câmeras, mas principalmente sobre a falta de efetivo nas guaritas.

381. Após a reestruturação, a relação entre monitores da Reviver e policiais penais ficou bastante comprometida e resultou na dificuldade direta da realização do trabalho na unidade. A falta de diálogo se tornou uma questão central na execução do trabalho. Por exemplo, os monitores não realizaram mais diversas atividades de sua alçada com a justificativa de que agora “nada” seria de sua competência, segundo relatos dos PP’s entrevistados, sobrecarregando os PP’s e cerceando os atendimentos dos custodiados. Já quando questionados sobre as relações com as equipes técnicas informaram que é bastante colaborativa.

382. Ainda segundo os PP’s da unidade, **falaram sobre a cogestão como uma forma de violar o princípio da economicidade na administração pública**, já que um interno neste sistema **custa três vezes mais** que um interno no sistema prisional sem a participação do setor privado (cogestão).

383. Adicionalmente, falaram sobre a falta de capacitação dos monitores para executar as tarefas inerentes ao cárcere e o comprometimento da realização do serviço, sobretudo na área de segurança, prestado pelos monitores.

384. Em relação a transferência do poder de polícia para empresas privadas, diversas normativas são contrárias a isso. Em novembro de 2015, houve uma reformulação da LEP, através da Lei 13.190/2015⁴⁴, com vistas a proibir a delegação do poder de polícia à iniciativa privada.

385. Ademais, há a Lei 11.079/2004⁴⁵, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, em seu artigo 45, que também veda a delegação do exercício de polícia à parceira privada.

386. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), por sua vez, através da Resolução n.º 08/2002⁴⁶ recomenda “a rejeição de quaisquer propostas tendentes à privatização do Sistema Penitenciário Brasileiro”. E acrescenta que tampouco admite que serviços penitenciários relativos à segurança, administração, gerenciamento e disciplina, bem como serviços técnicos, tais como os relativos à assistência jurídica, médica, psicológica e social sejam realizados por empresas privadas.

⁴³ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/08/02/relatorio-sobre-fuga-de-presos-no-presidio-do-agreste-de-alagoas-aponta-falha-de-monitoramento.ghtml>.

⁴⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13190.htm.

⁴⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm.

⁴⁶ <https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CNPCP/n8de9dez2002.pdf>.

387. Em 2015 o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) também recomendou, através da Recomendação n.º 02/2015⁴⁷, "aos Governos Estaduais e Federal a não privatização dos serviços relacionados à custódia de pessoas presas, especialmente no que tange às atividades de administração prisional, disciplina, segurança, transporte, assistência jurídica, médica, psicológica e social".

388. Diante do exposto, resta nítido que a administração via cogestão não é um modelo a ser utilizado em âmbito nacional. A partir dos diversos documentos e recomendações supracitados, somados à falta de capacitação dos monitores, à ausência de um plano de carreira e à baixa remuneração destes profissionais, consolidam elementos que colocam em risco o trabalho que deve ser desenvolvido em relação à custódia das pessoas encarceradas no estado.

389. Foi informado pela direção e pelos policiais penais que a unidade não dispõe de regimento interno específico, e que há um regimento interno genérico da SERIS e algumas portarias com relação a alguns procedimentos.

5.2. ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E HIGIENE

390. Toda a alimentação servida no Presídio do Agreste é produzida na cozinha industrial existente na própria unidade, pelos funcionários da Reviver. A distribuição se dá quatro vezes no dia: entre 04h30 e 05h30⁴⁸ é entregue o café da manhã (composto por dois pães, uma fruta e café com leite - 7h); às 11h o almoço (arroz, feijão ou feijoada, macarrão, galinha ou salsicha ou calabresa e um doce diário - amendoim, cocada); entre 17h30 e 18h o jantar (cuscuz com galinha, charque e pão) e às 21h se entrega um lanche (suco, pão ou fatia de bolo). Foi informado pela direção que a qualidade da comida é fiscalizada pela vigilância sanitária, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

391. As principais queixas sobre a alimentação foram sobre a quantidade de arroz oferecida em detrimento a outras fontes de carboidratos da culinária local, como a macaxeira e inhame, que as pessoas presas disseram que são alimentos poucas vezes oferecidos na dieta. No dia da inspeção, a equipe do Mecanismo identificou no almoço que, juntamente com a marmita, também acompanhava uma vasilha com salada e suco. Também são disponibilizadas frutas. Alguns internos questionavam a quantidade da alimentação ofertada em relação ao peso de cada um e a uniformização da entrega.

⁴⁷ https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-do-CNPCT-sobre-privatiza%C3%A7%C3%A3o-do-sistema-carcer%C3%A1rio_Aprovada-2.pdf

⁴⁸ Pessoas presas de duas celas específicas tomam o café mais cedo, pois só tem acesso a 2 horas de solário. Os trabalhadores também tomam café nesse horário.

392. Embora não tenhamos escutado registros de casos de comida azeda e/ou casos de problemas intestinais após ingestão da comida, notamos que o Presídio do Agreste adota o mesmo formato de acondicionamento das refeições, ou seja, colocam em uma vasilha de plástico que é reutilizada. Assim como recomendamos para as unidades do complexo Prisional de Maceió, também para essa unidade recomendamos a imediata substituição das vasilhas de plástico por vasilhas descartáveis de forma a garantir o acondicionamento ideal, evitando as possíveis contaminações dos alimentos distribuídos às pessoas privadas de liberdade.



Figuras 109 e 110: Alimentação oferecida na unidade. Fonte: MNPCT.

393. No que tange à restrição de água, fomos informados que ela ocorre eventualmente, ou seja, há restrição de uso diário, sendo o fornecimento descontínuo. De acordo com as pessoas presas, a cada 1 hora se tem água por 10 minutos. Em algumas celas encontramos baldes para se ter uma reserva de água. Há celas com mais de treze pessoas que tem que se virar com esses poucos minutos de água e sem baldes suficientes para fazer uma reserva. Essa situação gera insegurança nas pessoas privadas de liberdade e fere o artigo 18 das Regras de Mandela que diz que a pessoa presa deve ter acesso a água e artigos de higiene, conforme necessário para sua saúde e limpeza.



Figuras 111 e 112: Vasilhas para armazenar água. Fonte: MNPCT.

394. A equipe de inspeção constatou que muitas pessoas presas apresentavam problemas de pele. A privação de acesso à água pode levar ao desenvolvimento ou agravamento de diversos problemas de saúde, desde aqueles associados à desidratação até aqueles relativos a doenças de pele, doenças infectocontagiosas e infecções por machucados, devido à dificuldade de higiene pessoal e do ambiente.

395. De acordo com a direção da unidade, mesmo o Presídio do Agreste estando fora da região urbana da cidade, o fornecimento de água é realizado pela Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL). Ainda de acordo com o chefe da unidade, a questão do fornecimento da água é um problema enfrentado na região do agreste alagoano e, que no local, já foram perfurados poços artesianos, mas a água encontrada não apresentou boa qualidade.

396. Mesmo diante da realidade apresentada, a população privada de liberdade não deve ser privada do acesso à água, conforme exhaustivamente exposto. Por fim, esse Mecanismo insta ao Governo do estado de Alagoas que adote os meios necessários para efetiva resolução do problema.

397. No Presídio do Agreste, não entra nenhum tipo de alimentação complementar advinda dos familiares dos reeducandos. Toda comida vem da própria unidade, inclusive nos dias de visitas, a própria unidade fornece sucos, pães e bolos (alimentação) para os familiares. **Também não é fornecida água filtrada própria para beber aos reeducandos, eles têm que beber água da torneira⁴⁹.**

⁴⁹ Embora a água da torneira seja considerada potável, seu consumo (beber) no longo prazo envolve riscos para a saúde como por exemplo a presença de Flúor, que se consumido em excesso, pode gerar baixa imunidade, aumento do risco de câncer e supressão da função tireoidiana; a presença de vírus e bactérias em encanamentos e reservatórios de água por onde ela passa até chegar ao consumidor final; a presença de Cloro, que, em excesso,

398. Sobre os itens de higiene fornecidos pela unidade, os internos informaram que há muitos atrasos nas entregas dos kits, o que faz com que muitas vezes, por exemplo, sejam obrigados a tomar banho sem sabonete. Encontramos cela com 13 pessoas que tinham que dividir um único sabonete; os rolos de papel higiênico disponibilizados são insuficientes para tantas pessoas. Foi informado por diversas pessoas que um sabão líquido disponibilizado pela unidade não faz espuma, não tem qualidade, não ensaboa. Foi reportado também que material para asseio das celas, como por exemplo, sabão em pó, vem em quantidades insuficientes.

5.3. ATENDIMENTO DE SAÚDE, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

399. Na unidade, há 4 (quatro) médicos, 03 (três) psicólogas, 05 (cinco) enfermeiros, 4 (quatro) assistentes sociais, 9 (nove) técnicos de enfermagem (2 a 3 por plantão), 2 (dois) dentistas, 2 (dois) psiquiatras, 2 (dois) nutricionistas, 1 (um) terapeuta ocupacional, 1 (um) farmacêutico, 2 (dois) educadores físicos, 2 (dois) assistentes de consultório, 4 (quatro) advogados, todos contratados pela Reviver. A equipe de inspeção entrevistou a equipe de saúde, do serviço social e psicologia.

400. O fluxo de encaminhamento é por livre demanda e por um programa de computador que, segundo a médica entrevistada, avisa quando a pessoa precisa retornar à consulta. O esquema poderia ser o ideal, mas depende de variantes que acabam dificultando o acesso dos custodiados, tais como a falta de policiais penais para conduzir as pessoas para atendimento, como também o viés dos representantes de alas, que segundo os custodiados acabam tendo critérios subjetivos ao selecionar os pedidos de atendimento. A unidade fica com cobertura de profissional médico durante a semana, exceto às sextas-feiras e finais de semana. O psiquiatra trabalha aos sábados. A entrevistada informou que, ao chegarem na unidade, as pessoas privadas de liberdade fazem testes rápidos para algumas patologias.

401. A equipe de serviço social é composta de 4 assistentes sociais e 2 estagiárias e dividem o atendimento familiar, atividades externas (previdência, cartórios, documentação), ação de cidadania, trabalhos em conjunto com a Defensoria e instituto de educação. O serviço social faz o atendimento inicial do custodiado, orienta sobre a ligação de 3 minutos e encaminha para triagem de saúde. Orienta os familiares sobre o padrão de vestimenta que é exigido no dia da visita: roupa legging e que existe um local em frente que aluga para os que não estão em

também se torna extremamente tóxico; a eventual presença de metais pesados como alumínio, mercúrio e arsênico, que podem causar câncer, problemas no fígado e no sistema nervoso central; e a presença de microplásticos e agrotóxicos.

conformidade. Como muitas famílias vêm de outros municípios, costumam dormir dois dias na porta da unidade por dependerem do transporte das prefeituras.

402. A equipe psicossocial informou participar de reuniões de equipe multiprofissional com todo corpo técnico, onde avaliam as metas quantitativas e os entraves para alcançar as metas. Em relação ao encaminhamento dos custodiados para o trabalho, fomos informados que a seleção é feita pela terapeuta ocupacional. Um dos problemas encontrados pela equipe de serviço social é viabilizar as visitas de parentes que não são de primeiro grau. As pessoas têm que se dirigir ao PA, pegar um requerimento, levar até Maceió para autorizar e demora meses para voltar. Outra questão que complica também, é a exigência para fazer o cadastro de visitante que a pessoa tem que ter comprovante de residência no próprio nome (indígenas e quilombolas precisam trazer de suas comunidades tradicionais). No entanto, essa discriminação contraria dispositivo da LEP que garante direito de a pessoa presa receber visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (Art. 41, inciso X).

403. O setor de psicologia é composto por 3 psicólogas que atendem de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, computando 30 horas semanais. O vínculo dos profissionais é celetista.

404. Em relação aos atendimentos, informam que aproximadamente a cada três meses todos os reeducandos são recebidos pelo setor. No entanto, ressaltam que após a reestruturação de competência dos monitores, ou seja, a partir da proibição dos monitores de conduzirem os internos e realizarem os deslocamentos, o número de atendimentos baixou consideravelmente. Como a unidade possui um número, aproximadamente, quatro vezes maior de monitores em relação aos policiais penais, o resultado desta limitação de função atingiu diretamente a efetivação de inúmeros atendimentos. O setor de psicologia explica que em até 15 dias o interno tem que passar por todo o atendimento psicossocial e de saúde da unidade.

405. Anteriormente, o setor de psicologia possuía dois monitores por psicóloga por dia a fim de operacionalizar os atendimentos/deslocamentos dos internos e, há três meses, desde o redimensionamento de funções, o setor perdeu o apoio para a manutenção e garantia do acesso aos atendimentos.

406. A empresa Reviver possui uma meta mensal de atendimento prestado aos reeducandos de 40% da população total. Após o redimensionamento de atribuições, o setor precisou realizar outros tipos de atividades para tentar manter a meta e mesmo assim ficou bem abaixo.

407. Os atendimentos são realizados a partir das demandas enviadas pelos internos através dos agentes de segurança da unidade. O sistema calcula o atendimento por pedido e garante que todos os internos sejam atendidos.

408. Quando questionadas sobre a diferença de serviços prestados pela cogestão e as unidades que não possuem cogestão referem que a diferença está no quantitativo de efetivo disponível, isto é, o que importa é ter a quantidade suficiente de servidores para proporcionar condições adequadas do desenvolvimento das atividades rotineiras da unidade.

409. Reeducandos confirmaram a fala da equipe de psicologia, pois informaram que quando os monitores da Reviver estavam responsáveis pelo encaminhamento deles para atendimentos dentro da unidade, eles eram mais “tirados” para atendimento, ou seja, eram mais atendidos. Agora, com os policiais penais sendo responsáveis por esse traslado, há mais dificuldade para que sejam levados para atendimentos do setor psicossocial e de saúde. Profissionais de saúde também confirmaram que com a polícia penal o número de atendimentos diminuiu. Isto se dá pelo baixo efetivo de policiais penais por plantão para fazer as movimentações internas. Há relatos de que a não saída para atendimentos também é usada como um castigo ou reprimenda, o que, em potencial, configura um castigo ilícito, pois é um tratamento desumano⁵⁰ a omissão com relação às necessidades de atendimentos dos reeducandos, sobretudo os da área de área de saúde.

410. Quando questionadas sobre os processos de capacitação, informaram que aprenderam a realizar seus trabalhos a partir da prática e consulta às pessoas que já trabalhavam na unidade prisional. Informaram ainda que não possuem regimento interno ou procedimento operacional padrão e que seu trabalho é orientado pelos códigos de ética que regem suas profissões bem como por cartilhas do CRP/AL e orientações da Reviver para o setor de psicologia.

411. Quando realizam os atendimentos, os agentes de segurança permanecem fora da sala, mas com contato visual e os internos permanecem algemados.

412. O setor de psicologia informou que, assim que o interno ingressa na unidade, há um momento específico para a sua autoidentificação. Nos casos das populações LGBTI+, o interno verbaliza pertencer a esta população e são informados de que podem permanecer na mesma cela de parceiros, assim como manter seus cabelos compridos. Na unidade não há tratamento de hormonioterapia.

413. Caso haja alguma denúncia em relação à violência ou prática de tortura, encaminham diretamente a demanda a DP-AL e podem enviar ao setor jurídico da unidade também, segundo os relatos do setor de psicologia.

⁵⁰ A Comissão Europeia de Direitos Humanos - CEDH, ao analisar o Caso Grego (“Greek Case”, 1967), definiu que tratamento desumano é aquele que impõe um sofrimento físico ou mental desnecessário à pessoa, que na ocasião seria injustificável, impondo-lhe esforços que vão além de limites (humanos) razoáveis.

414. A unidade nos forneceu todas as documentações que comprovam atendimentos de saúde e setor psicossocial dos três meses anteriores à inspeção, onde constam os registros de atendimento em odontologia; atendimentos médicos; atendimentos de psicologia; atendimentos de psiquiatria; atendimentos do serviço social; atendimentos de enfermagem. Porém, algo chama a atenção nesses registros, porque muitos atendimentos de uma parte das especialidades estão computados em dobro, em triplo, até em quádruplo, de modo que se tem até quatro registros de atendimentos para a mesma pessoa em um mesmo dia. Por exemplo, na lista de atendimentos odontológicos do dia 18/05, constam 32 (trinta e dois atendimentos), porém os nomes das pessoas atendidas estão repetidos, constando dois, três e até quatro atendimentos para a mesma pessoa nesse dia, sendo que foram atendidas 15 pessoas. O fato é que, para esse dia, temos o registro de 32 (trinta e dois) atendimentos, porém só foram atendidas 15 (quinze) pessoas distintas.

Atendimentos - ODONTOLOGIA		PRESÍDIO DO AGRESTE	
Operador - MARIA MARUÊLA DE FARIAS		Emitido em: 18/08/2022 11:45:17	
Período - De 18/05/2022 à 18/08/2022			
Data	Pessoa	Profissional	
18/05/2022	ADILTON	DA SILVA	
18/05/2022	ANDRE D	ALVES	
18/05/2022	ANDRE D	ALVES	
18/05/2022	ANDRE D	ALVES	
18/05/2022	EMERSON	SOUZA	
18/05/2022	EMERSON	SOUZA	
18/05/2022	ERISSON		SANTOS
18/05/2022	ERISSON		SANTOS
18/05/2022	FABIANO I		SANTOS
18/05/2022	FABIO	SILVA	
18/05/2022	FABIC	SILVA	
18/05/2022	JOAO	SILVA	
18/05/2022	JOAO	SILVA	
18/05/2022	JOAO	SILVA	
18/05/2022	JOSE I	SILVA	
18/05/2022	JOSE MA	DO NASCIMENTO	
18/05/2022	JOSILDO	SANTOS	
18/05/2022	JOSILDO	SANTOS	
18/05/2022	JOSILDO	SANTOS	
18/05/2022	JOSILDO	SANTOS	
18/05/2022	MACIEL E	ZERRA	
18/05/2022	MACIEL E	ZERRA	
18/05/2022	MANOEL /	IRA NETO	
18/05/2022	MANOEL /	IRA NETO	
18/05/2022	MARCIO	SILVA	
18/05/2022	MARCIO	SILVA	
18/05/2022	MARCIO	SILVA	
18/05/2022	PEDRO C	SILVA	
18/05/2022	PEDRO C	SILVA	
18/05/2022	PEDRO C	SILVA	
18/05/2022	SORIANO	MA	
18/05/2022	SORIANO	MA	
19/05/2022	ALEXANDRE	EIRA	
19/05/2022	ALEXANDRE	EIRA	
19/05/2022	ALEXANDRE	EIRA	
19/05/2022	ANDERSON E	RIAS ALVES	
19/05/2022	ARNALDO	OS JUNIOR	

Figura 113: Relação de atendimentos repetidos para a mesma pessoa. Fonte: MNPCT.

415. Esta repetição notável de atendimentos para a mesma pessoa no mesmo dia ocorre nos registros de atendimentos de odontologia, do serviço social, do médico, ocorrendo menos nos registros de atendimentos de psiquiatria, de psicologia e de enfermagem.

416. As instituições que prestam assistência religiosa na unidade são: Igreja Universal, Assembleia de Deus e Igreja Adventista.

417. Entre as pessoas privadas de liberdade ouvidas pela equipe de inspeção, encontramos pessoas com progressões de regime vencidas na unidade.

5.4. ACESSO À EDUCAÇÃO, TRABALHO E LAZER

418. Na unidade, há 237 (duzentos e trinta e sete) reeducandos no curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA, que é oferecido em dois segmentos diferentes pela Prefeitura Municipal de Girau do Ponciano; há 17 (dezesete) reeducandos cursando ensino superior na modalidade EAD; há 20 (vinte) reeducandos matriculados em curso do PRONATEC. Segundo a documentação fornecida pela unidade, há 274 pessoas formalmente estudando na unidade, o que representa aproximadamente 26% da população carcerária do Presídio do Agreste, o que é uma proporção bastante baixa.



Figura 114: Sala com *notebooks* para cursos EaD. Fonte: MNPCT.

419. Há, aproximadamente, 146 (cento e quarenta e seis) reeducandos analfabetos no Presídio do Agreste, segundo a documentação da unidade; 324 (trezentos e vinte e quatro) apenas alfabetizados; 57 (cinquenta e sete) com ensino fundamental completo; 364 (trezentos e sessenta e quatro) com ensino fundamental incompleto; 68 (sessenta e oito) com ensino médio completo; 71 (setenta e um) com ensino médio incompleto; 4 (quatro) com ensino superior completo e apenas 1 (um) reeducando com pós-graduação. Como o grau de escolaridade de

uma pessoa é um elemento fundamental para a sua possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, recomendamos que sejam disponibilizadas mais vagas, sobretudo para a educação básica (ensino fundamental e médio) já que a população de analfabetos, apenas alfabetizados e pessoas com ensino fundamental incompleto representa mais de 80% da população carcerária do Presídio do Agreste. O aumento da escolarização proporciona mais oportunidades para o indivíduo reeducando e ajuda a reduzir as chances de reincidência

420. Os representantes de módulo, que são reeducandos indicados pelo módulo e que são assim reconhecidos pela gestão, têm direito à remição e remuneração pelo desempenho desta atividade. As vagas de trabalho na unidade são para a realização de serviços como corte de cabelo, padaria, lavanderia, mensageiro, lavagem de panelas e marmitas (cozinha).

5.5. CONTATO EXTERNO E FAMILIAR

421. Reeducandos do Presídio do Agreste relataram incomunicabilidade em relação às suas famílias, sobretudo aqueles que se encontravam na triagem geral ou nas celas de triagem existentes nos módulos. A suspensão de visitas é uma medida disciplinar que parece ser amplamente utilizada na unidade. As pessoas que estão na triagem, em isolamento, em castigo, passam semanas sem contato familiar.

422. Os internos ainda informaram que há possibilidade de receber duas visitas mensalmente⁵¹, no entanto, apenas um adulto pode visitá-los, que é ilegal de acordo com a LEP, e o número de crianças é ilimitado. A duração da visita é das 9hs às 16hs e ocorre apenas no solário da unidade. Muitos internos falaram sobre os sentimentos de saudade de seus familiares já que podem ver apenas um(a) adulto(a) por visita. Adicionalmente, relataram episódios de angústia, ansiedade e ideação suicida. Os impactos do afastamento dos internos e de seus familiares afronta brutalmente/profundamente o objetivo de ressocialização, considerando que uma das bases mais importantes é a manutenção e fortalecimento dos laços com a família.

423. Denunciaram sobre a realização de revista vexatória nos seus familiares e critérios arbitrários e subjetivos de proibição de ingresso de alguns visitantes por possíveis perseguições de alguns policiais penais.

⁵¹ As duas visitas podem ser: duas visitas sociais ou uma visita íntima e uma social, a critério do interno.

5.6. USO DA FORÇA

424. O Presídio do Agreste foi a unidade mais tensionada que o MNPCT inspecionou nesta missão. Em entrevista com as pessoas custodiadas, recebemos vários relatos de castigos físicos e castigos coletivos. Inclusive pessoas há mais de doze dias na “triagem-castigo” e sem previsão de retorno à ala. Há pessoas que se encontram em isolamento indefinidamente, a critério da administração penitenciária, sem serem informados quanto tempo ficarão de castigo, conforme fotografia abaixo, **onde uma pessoa encontra-se isolada numa cela sem previsão de saída, “até a segunda ordem”**. Muitas pessoas estavam isoladas na triagem querendo saber quando terminaria o seu isolamento.



Figura 115: Aviso de cela isolada no seguro. Fonte: MNPCT.

425. Houve uma fuga no Presídio do Agreste em 31 de julho de 2022 e alguns reeducandos fugitivos foram recapturados. Após sua recaptura sofreram severas retaliações, violência física e privação alimentar durante dias. Sobre as **sanções coletivas**, recolhemos relatos dos internos de que, após a fuga, todos os barbeadores foram recolhidos por um mês, pois de acordo com a segurança, a evasão teria ocorrido a partir do desgaste das estruturas da cela com o uso do aparelho. **Todo módulo de onde provinham os fugitivos sofreu sanções coletivas como ficar mais de quinze dias sem visita** e a gestão passou a não reconhecer nenhum representante daquele módulo, o que gera um prejuízo para os privados de liberdade, pois o representante de

módulo desempenha tarefas essenciais na mediação da relação entre a administração da unidade e os reeducandos. Recomendamos desde o dia da inspeção ao diretor da unidade que institua ou reconheça novo representante do módulo prejudicado a fim de evitar tensões desnecessárias e a ocorrência de eventuais distúrbios anárquicos internos. Ainda, reeducandos deste módulo informaram que o **módulo foi privado de entrega de alimentação durante um dia e meio após a fuga**. A Regra nº 43.1 das Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (Regras de Mandela) dispõe que:

Em nenhuma hipótese devem as restrições ou sanções disciplinares implicar em tortura ou outra forma de tratamento ou sanções cruéis, desumanos ou degradantes. As seguintes práticas, em particular, devem ser proibidas: (a) **Confinamento solitário indefinido**; (b) Confinamento solitário prolongado; (c) Encarceramento em cela escura ou constantemente iluminada; (d) **Castigos corporais ou redução da dieta** ou água potável do preso; (e) **Castigos coletivos**.

426. A aplicação de medidas disciplinares na unidade encontra-se, portanto, em desconformidade com as normativas mínimas internacionais para tratamento de pessoas presas, violando direitos básicos dos reeducandos. Outra questão que chamou a atenção deste Mecanismo Nacional foi o medo dos reeducandos em dialogarem conosco, apontando para possíveis e severas represálias.

427. Encontramos na armaria da unidade, entre outros armamentos, granadas de pimenta (OC), de gás lacrimogêneo (CS) e de efeito moral e arma de eletrochoque (tipo taser, modelo “Spark dsk 700”), que, segundo o fabricante⁵², pode ser usada através de dardos ou em contato direto com a pele.



Figura 116: Arma de eletrochoque. Fonte: MNPCT.

⁵² CONDOR. Manual de operação do dispositivo elétrico incapacitante Spark DSK 700, disponível em: <https://doczz.com.br/doc/637342/2-manual-spark-dsk-700---comunidade-aprender-livre>.

428. Sobre o uso de armas de eletrochoque como recurso de segurança, o Guia Visual para Equipamento Policial e de Segurança⁵³ da Omega Research, temos que:

Devido ao seu modelo e finalidade, as armas de choque elétrico de contato direto apresentam um risco inaceitável de força arbitrária. **Essas armas são equipamentos inerentemente abusivos que facilitam a tortura e outros maus-tratos, inclusive por meio da aplicação de choques elétricos múltiplos ou contínuos, bem como choques elétricos em áreas vulneráveis do corpo, como cabeça, pescoço e órgãos genitais.** Seu uso não cumpre nenhum propósito legítimo de aplicação da lei que não possa ser alcançado por meios menos prejudiciais ou menos degradantes. (OMEGA RESEARCH, 2021, p.55.)

429. Há ainda outras declarações e padrões de organismos de direitos humanos que são consonantes com o não uso deste tipo de equipamento em operações de segurança pública, como a UNODC⁵⁴, a OHCHR⁵⁵ e o CPT⁵⁶:

UNODC e OHCHR: não há utilidade tática [em armas de choque elétrico] ... que não possa ser alcançada com outro dispositivo, e **o risco de força arbitrária equivalente a tortura ou outras formas de maus-tratos é muito grande.** Como tal, seu uso não é recomendado. (OMEGA RESEARCH, 2021, p.55.)

CPT: tem "fortes reservas" quanto ao uso de equipamento de choque elétrico que esteja em contato direto com a pele, destacando que os policiais devem ter outras técnicas à sua disposição quando estiverem a uma distância de toque da pessoa que deve ser controlada. (OMEGA RESEARCH, 2021, p.55.)

430. Recomendamos que o uso deste tipo de armamento de eletrochoque seja proibido no sistema prisional do Estado de Alagoas, pois que a sua disponibilização no contexto da privação de liberdade propicia a ocorrência de tortura e seu uso inapropriado pode levar a graves lesões ou mesmo a ocorrência de morte, devendo a administração penitenciária recorrer a meios menos prejudiciais e degradantes do uso da força.

⁵³ OMEGA RESEARCH FOUNDATION. Guia Visual para Equipamento Policial e de Segurança. Manchester, 2021.

⁵⁴ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

⁵⁵ Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

⁵⁶ Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes.

6. INSPEÇÃO EM UNIDADE SOCIOEDUCATIVA

431. No estado de Alagoas a gestão e coordenação do Sistema de Atendimento Socioeducativo em Meio Fechado é de responsabilidade da Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE). A superintendência está diretamente vinculada à Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (SEPREV).

432. De acordo com dados da SUMESE, existem no estado 14 unidades socioeducativas, todas na região metropolitana, e quase metade delas estão localizadas no Complexo Socioeducativo de Maceió. São 3 unidades de internação cautelar/provisória masculina existentes (cidades de Maceió, Rio Claro e Pilar), 9 unidades de internação estrita masculina (4 delas destinada à jovens de 18 aos 21 anos incompletos e que ainda respondem pela prática de ato infracional) e 1 unidade feminina que executa a internação provisória e estrita, concomitantemente. Há também uma unidade de semiliberdade masculina.

433. No mapa da população socioeducativa, divulgado no final de julho de 2022, a Superintendência informou que: das 3 unidades para internação cautelar/provisória existentes, a unidade de Rio Claro também possuía adolescente sentenciado e a de Pilar não havia adolescente. Das 112 vagas existentes para essa modalidade de internação, 12 estavam sendo utilizadas; das unidades de internação para adolescentes masculinos, são disponibilizadas 273 vagas, e eram 113 jovens internados; já a unidade feminina possui 34 vagas e possui 1 jovem em internação provisória, 2 sentenciadas, 1 em semiliberdade e 1 em internação domiciliar. São 441 vagas no total, sendo ocupadas por 147 jovens, não representando um excedente na capacidade no momento.

434. A equipe do MNPCT optou por realizar a inspeção na Unidade de Internação Masculina Extensão – UIME A/B, destinada aos adolescentes masculinos com idade compreendida entre 13 e 17 anos de idade. De acordo com registros da unidade, na data da inspeção, eram 16 adolescentes e o perfil socioeconômico apontou que: 7 adolescentes tinham 16 anos e 9 tinham 17 anos de idade; De acordo com registros da unidade, a renda familiar mensal da maioria (9 adolescentes) é de 1 salário mínimo, de 4 deles, é de menos de 1 salário mínimo (para núcleos familiares de até 6, 8, ou 9 pessoas) e 3 possuem renda familiar de 2 salários mínimos. Em relação a raça/cor, constam 75% negros (9 pardos e 3 pretos); 2 dos adolescentes têm filhos. Aproximadamente 80% dos adolescentes provêm de municípios do interior do estado.

435. O último levantamento anual do SINASE (2017)⁵⁷, em relação aos dados de raça/cor no país apontou que aproximadamente 40% dos adolescentes e jovens incluídos no sistema socioeducativo eram pretos e pardos, brancos eram 23%, amarelos e indígenas eram 0,8% e 0,2, respectivamente, e 36% dos adolescentes e jovens não tiveram registro quanto à sua cor ou raça, sendo classificados na categoria não especificado. No entanto, é importante notar que a porcentagem de pretos e pardos na UIME A/B é muito superior que a média do socioeducativo nacional. Esse dado reflete o foco da justiça infracional juvenil no país ao aprisionar jovens em sua grande maioria negros, jovens e pobres.

436. Em relação à escolaridade, 7 adolescentes estão matriculados e frequentando o Ensino Fundamental (1 no 3º ano; 2 no 7º ano; 2 no 8º ano e 2 no 9º ano) e 9 estão no Ensino Médio (8 no 1º ano e 1 no 2º ano). Não há jovens frequentando cursos profissionalizantes.

437. A análise da unidade socioeducativa inspecionada pelo Mecanismo Nacional terá como diretriz as legislações internacionais, dentre elas as Regras de Beijing, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Infância, as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, que aponta que a integração do jovem com a comunidade é uma prioridade:

80 - As autoridades competentes deverão criar ou recorrer a serviços que ajudem a reintegração dos jovens na sociedade, e contribuam para diminuir os preconceitos existentes contra eles. Estes serviços, na medida do possível, deverão proporcionar alojamento, trabalho e roupas convenientes ao jovem, assim como os meios necessários para sua subsistência depois de sua liberação. (...)

438. Em relação às legislações nacionais, esse órgão fez uso do Estatuto da Criança do Adolescente que, enquanto lei é pautada nos princípios de Direitos Humanos e apresenta um avanço na abordagem dos direitos da criança e adolescente no Brasil no que se refere a completa mudança do paradigma que o antecedeu, qual seja, o da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, na qual reconhece a criança e o adolescente como destinatários de uma proteção ampla e irrestrita que é dever da família, da sociedade e do Estado. E, também, utilizou a Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui o SINASE, por ser a legislação que regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional.

57

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>.

7. UNIDADE DE INTERNAÇÃO MASCULINA EXTENSÃO A E B

439. A Unidade de Internação Masculina Extensiva A/B (UIME A/B) está localizada no Complexo Socioeducativo de Maceió no bairro Tabuleiro do Martins. A equipe de peritas/o do Mecanismo realizou a inspeção no dia 19 de agosto, chegando na unidade às 8h e saindo aproximadamente às 13h.

440. A equipe foi recebida pelo fiscal do plantão, que respondia pela unidade, visto que a direção não estava presente naquele momento. O diretor da unidade não esteve presente em nenhum momento da inspeção. A equipe do Mecanismo realizou a apresentação do órgão, da equipe de inspeção e suas prerrogativas legais, bem como da metodologia de trabalho. Posteriormente, também acompanhou a inspeção o Sr. superintendente da SUMESE. A equipe do Mecanismo não encontrou dificuldade para execução dos trabalhos e, durante a inspeção, entrevistou os adolescentes da unidade, os profissionais que compõem a equipe técnica e a equipe de segurança.

441. A UIME A/B tem na sua entrada uma placa de inauguração datada de julho de 2016. Como já informado, é uma unidade de internação socioeducativa destinada aos adolescentes masculinos com idade compreendida entre 13 e 17 anos de idade que já receberam a medida socioeducativa de internação, podendo permanecer internados por até 3 anos.



Figura 117: Vista aérea do Complexo Socioeducativo em Maceió. Fonte: Google.



Figura 118: Vista aérea da UIME A/B. Fonte: Google.

7.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

442. Mesmo tendo pouco mais de 6 anos, a unidade **possui uma estrutura predial que desconsiderou o SINASE**, bem como a resolução nº 46/96 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A equipe verificou que a unidade possui 4 módulos. Em cada módulo são 3 alojamentos e estes possuem 4 camas em forma de beliche feitos em concreto. A unidade possui capacidade total para 48 adolescentes. Além de ter uma capacidade acima do recomendado, a estrutura física possui outras desconformidades.

443. Não há espaço adequado para a realização das refeições e os jovens se alimentam dentro dos próprios alojamentos. Não há salão para atividades coletivas. Não há biblioteca. No pátio há um espaço coberto, com mesas e bancos de concreto, onde é realizada a visita familiar.



Figura 119: Espaço destinado para visita familiar. Fonte: MNPCT.

444. Não há espaço para a profissionalização e o espaço para prática de esportes e demais atividades não é coberta, exigindo que os jovens sejam expostos ao sol e/ou impedidos de realizar as atividades em dias de chuva.



Figura 120: Espaço destinado à prática de esportes. Fonte: MNPCT.

445. A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, no entanto, esse Mecanismo identificou exatamente o oposto na UIME A/B a partir de sua estrutura física.

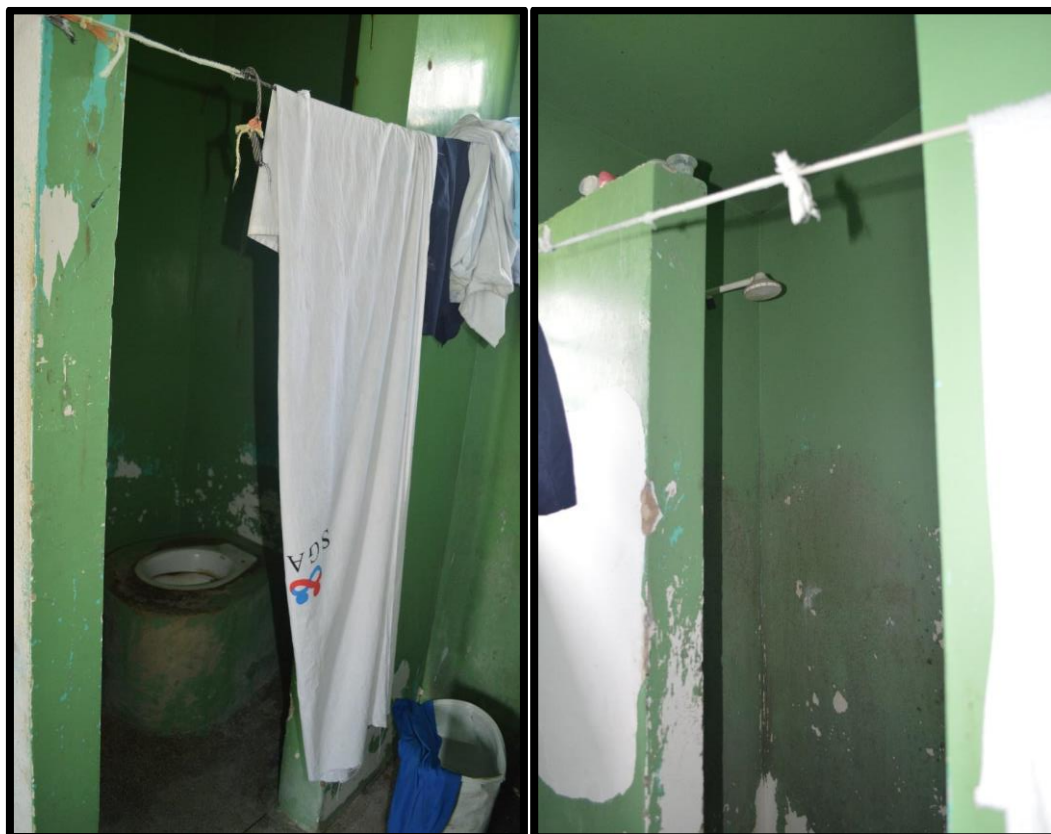
446. A equipe do Mecanismo foi informada que, na época da sua construção, dividindo os 4 módulos existentes, havia um muro, razão pela qual a unidade é chamada A e B, pois se tratava dos lados nos quais cada 2 módulos se localizavam. Na data da inspeção, 2 módulos não estavam sendo ocupados, exceto para um jovem que estava no período de adaptação⁵⁸ por ter recebido recentemente a medida de internação.



Figura 121: Módulos da unidade socioeducativa. Fonte: MNPCT.

⁵⁸ Período no qual o jovem ao chegar na unidade socioeducativa permanece isolado das atividades pedagógicas e de lazer por 7 (sete) dias.

447. Nos alojamentos encontramos paredes com pinturas desgastadas e com mofo. No fundo dos alojamentos está localizado um vaso sanitário que é revestido de concreto e do outro lado fica a ducha de banho frio. Não há pia, mas uma torneira entre os espaços do vaso e chuveiro.



Figuras 122 e 123: Banheiro do alojamento. Fonte: MNPCT.

448. Como não existe lavanderia na unidade ou externa, os adolescentes lavam suas roupas dentro dos alojamentos em baldes e estendem em varal improvisado no mesmo local.

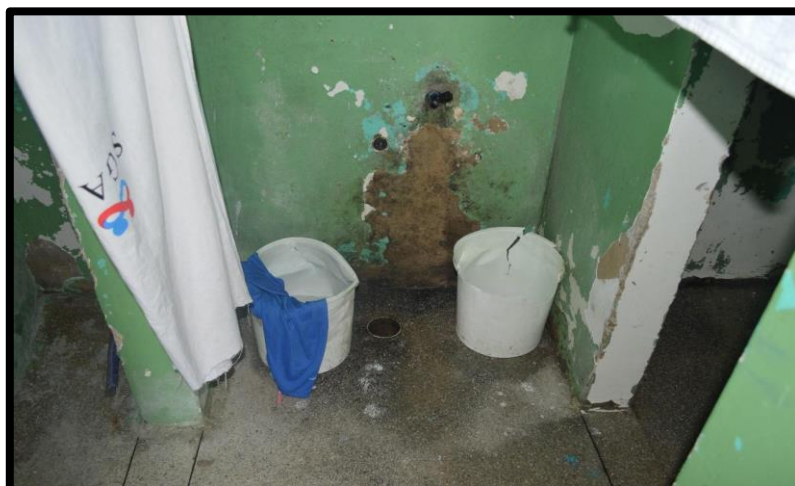


Figura 124: Local usado pelos adolescentes para lavar as roupas dentro do alojamento. Fonte: MNPCT.

7.2. ACESSO À ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E HIGIENE

449. A alimentação servida nas unidades socioeducativas de Alagoas é produzida e fornecida por empresa terceirizada. No contrato fornecido pela superintendência, a SEPREV contratou a empresa Lima Comércio e Serviços em Alimentação Eireli, com sede em Maceió. O valor total do contrato, com vigência de execução para 12 meses, é estimado em R\$ 3.505.573,15 (três milhões, quinhentos e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e quinze centavos).

450. De acordo com o termo de referência, deverão ser fornecidas 5 refeições diárias: desjejum entre 6h e 7h, composto de 2 pães de sal com presunto, queijo, ovos e margarina, 2 frutas, 100 ml de café e 200ml de leite; almoço entre 11h e 12h, composto saladas, macarrão, arroz, feijão, verduras, 170 gramas de proteína animal (carne bovina, aves, peixe) e 300 ml de suco (de polpa ou natural); lanche entre 15h e 15h30, composto de saladas de frutas, pão de queijo, sanduíche, mini pizza, broa, salgado de forno, bolo, biscoito recheado, 200 ml de achocolatado/suco/refrigerante; jantar entre 17h30 e 18h, composto de sopa (carne, feijão ou canja), raízes ou tubérculos (inhame, macaxeira, batata doce), massas, cuscuz, 170 gramas de proteína animal (carne bovina, aves, peixe, charque, salsicha, hambúrguer, 2 ovos) 2 pães francês com margarina, 100 ml de café e 200ml de leite e 300 ml de suco (de polpa ou natural); lanche noturno entre 18h30 e 19h30, composto de pão de queijo, sanduíche (hambúrguer, cachorro quente), mini pizza, broa, salgado de forno, bolo, 2 frutas, 200ml achocolatado/refrigerante e 300 ml de suco (de polpa ou natural).

451. A equipe de inspeção, a partir das entrevistas com os adolescentes, identificou que na unidade há quatro refeições diárias: às 7h30 o café da manhã, 12h o almoço, aproximadamente entre 17h e 18h o jantar que também é disponibilizado 2 pães ou pedaço de bolo, suco e café para lanches mais à noite. Em desconformidade com o que **prevê o Termo de Referência, não foi relatada a entrega dos lanches da tarde e o noturno**. No café da manhã, os jovens informaram que o pão do café da manhã é do tipo cachorro quente sem margarina e que vem mortadela, embora no contrato se paga por queijo e presunto. Também falaram sobre a qualidade das proteínas que vêm como cheiro forte, malcozidas como a carne moída e a carne de frango, o macarrão às vezes já chega azedo. Também disseram que a sopa entregue no jantar também não é boa, além de ser entregue fria. Ouvimos muitos relatos de que a quantidade de comida é insuficiente e quem não tem visita não tem possibilidade de complementação alimentar.

452. De acordo com o item 4.1.10 alínea J do contrato celebrado entre a SEPREV e empresa de alimentação “As quentinhas de almoço e jantar deverão ser entregues com no mínimo 900g

(novecentas gramas)”. Na data da inspeção, como era uma sexta-feira, foi servido no almoço feijoada, mas a gramagem da marmita está muito distante dos termos do contrato, apresentando com os apontamentos anteriores, flagrante violação do contrato de prestação de serviço.



Figura 125: Alimentação oferecida aos adolescentes. Fonte: MNPCT.

453. Pode-se perceber que além da pouca quantidade, a variedade nutricional da alimentação fornecida também não está sendo observada. Toda a alimentação é realizada dentro do alojamento dos adolescentes, pois não há refeitório na unidade, num processo desumanizador e equiparado ao sistema prisional.

454. Os profissionais que trabalham na unidade não recebem auxílio alimentação e recebem as mesmas marmitas que são fornecidas para os adolescentes.

455. Os adolescentes utilizam vestuário da unidade, composto de 2 bermudas e 2 camisas. As cuecas e os desodorantes são entregues pela família. Também é entregue uma caneca e uma colher de plástico. No kit de higiene, entregue de 15 em 15 dias, é fornecida 1 escova de dente, 1 creme dental, 1 sabonete, sabão em barra, sabão em pó para lavagem das roupas e 2 rolos de papel higiênico para cada adolescente. Insta registrar que os adolescentes avaliam os produtos entregues como de baixa qualidade, a exemplo: sabão em pó ruim, sabonetes vencidos e creme dental com gosto horrível.

7.3. ACESSO À SAÚDE, ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

456. A equipe de inspeção entrevistou integrante da equipe psicossocial e fomos informados que as assistentes sociais trabalham em esquema de plantão, garantindo uma técnica por dia.

Como rotina de trabalho, participam da construção e acompanhamento do PIA, fazem contato com as famílias para agendamento das visitas sociais e/ou assistidas.

457. Em entrevista com representantes da psicologia, fomos informadas que os atendimentos no setor ocorrem 3 dias na semana (terças, quintas e sextas-feiras), entre 7h e 17h, totalizando 30 horas semanais. O vínculo dos profissionais é de prestadores de serviço, isto é, não há carreiras para tais profissionais na esfera da socioeducação do estado de Alagoas. Esta é uma situação que preocupa este Mecanismo Nacional, já que a partir de vínculos tão instáveis a possibilidade de que estes profissionais denunciem práticas abusivas, de violência e até tortura fica bastante comprometida e pode inexistir. Inclusive nas entrevistas com todos ficou nítido o incômodo/medo em relação às perguntas sobre ocorrências de violências e tortura).

458. A rotina de trabalho dessa equipe consiste em atendimentos sistemáticos, por demanda e as atividades em grupo. O trabalho do dia se inicia pelo diálogo com os agentes socioeducadores para saber como os adolescentes passaram a noite, depois verificam a lista de atendimentos do dia e as demandas urgentes. Conta também que, a cada 6 meses, há uma avaliação dos adolescentes para verificar os progressos ou retrocessos e que os atendimentos são realizados com os adolescentes sem algemas e sem a presença dos agentes socioeducadores.

459. Relataram que os principais problemas encontrados são as fragilidades familiares, muitos casos de alcoolismo nos familiares. O grupo de familiares está suspenso devido a pandemia, mas pretendem retomar em breve. A equipe de psicologia participa também da construção e acompanhamento do PIA e nos mostrou vários prontuários.

460. Em relação aos atendimentos realizados com as famílias dos adolescentes, foi informado que a maioria das atividades estão suspensas devido à COVID-19 e retornando aos poucos, por exemplo, no dia das mães houve atividade.

461. A equipe psicossocial informou que realizaram formação pela Escola do Sistema Socioeducativo no momento de ingresso na unidade. A posteriori, a partir de buscas ativas (ou iniciativas próprias) dos funcionários, fizeram cursos continuados e capacitações online, inclusive com temáticas da socioeducação em âmbito nacional.

462. Quando questionadas sobre a existência de um regimento interno específico da unidade, referiram que o exercício de suas funções se baseia em portarias da SUMESE com orientações para a medida socioeducativa em âmbito estadual.

463. O setor ainda informou que todos os adolescentes possuem o PIA que é elaborado por advogado, setor de assistência social, psicologia, saúde e pedagogia, além da participação da família virtualmente ou por telefone.

464. Conforme documentação recebida da direção, no mês de junho, foram feitos 22 (vinte e dois) atendimentos jurídicos aos adolescentes, no mês de julho, 50 (cinquenta), e no mês de agosto até a data da inspeção, 32 (trinta e dois) atendimentos. No quadro de funcionários existe um advogado que consulta os processos e os orienta. De acordo com o setor de assistência jurídica, na avaliação semestral que é enviada para o juízo, é raro que eles façam recomendação de extinção de medida, com o objetivo de que o adolescente não volte para a vida normal cedo demais, antes de passar por um processo educativo que possa atingir a sua subjetividade. Entretanto, sob esta lógica, o máximo legal insculpido no § 3º, artigo 121 do ECA (Lei 8.069/90) de três anos de medida de internação para adolescente autor de ato infracional acaba se tornando a regra, pois a maioria dos adolescentes tende a ficar internado pelo período máximo de tempo.

465. Os atendimentos de saúde da unidade são feitos na UBS localizada fora dos muros da unidade, mas dentro do Complexo Socioeducativo. Os agendamentos são feitos de acordo com a demanda dos adolescentes que entregam para os agentes socioeducativos, o que, segundo os entrevistados, sempre dificulta, pois depende da boa vontade dos agentes e do relacionamento entre eles. Assim, nem sempre a demanda acaba chegando aos técnicos. Foi informado pelos reeducandos que só há uma médica na UBS para atender todas as unidades do sistema socioeducativo.

466. Em visita à UBS, tivemos grande dificuldade em coletar informações. No momento da inspeção, poucos funcionários estavam presentes, inclusive a coordenação. A farmácia estava fechada e a chave em poder de uma funcionária que a leva para casa e não estava presente no momento da inspeção. Depois de mais de uma hora e meia, a coordenação chegou, a pedido do superintendente, mas também não possuía a chave, sendo assim não pudemos verificar as condições de armazenamento do estoque e data de validade dos medicamentos, mas pela foto abaixo pudemos perceber a irregularidade e maus hábitos no acondicionamento e distribuição dos medicamentos, totalmente em desacordo com os protocolos.

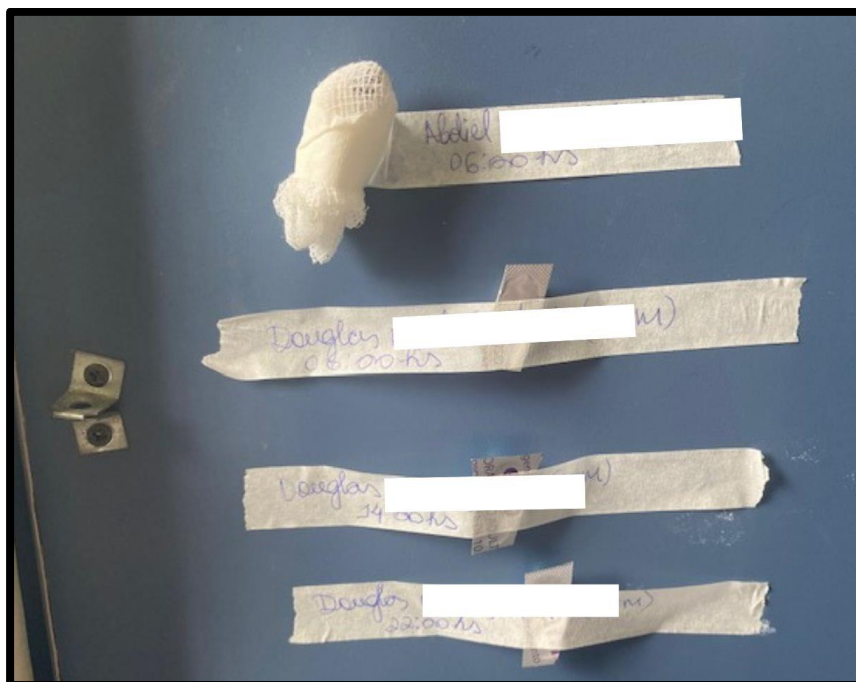


Figura 126: Forma de acondicionar os medicamentos que serão entregues aos adolescentes. Fonte: MNPCT.

467. Outra irregularidade encontrada foi o preenchimento incompleto da ficha do SINAN⁵⁹, à qual tivemos acesso. Vários jovens foram encaminhados tanto à UBS quanto ao pronto socorro com lesões e, ao preencher o formulário, os funcionários deixam em branco se a lesão foi autoprovocada ou por terceiros.

468. Quanto ao atendimento odontológico, foi informado que as obturações feitas caem com facilidade e que, portanto, o material usado nesses procedimentos não é de boa qualidade.

7.4. ACESSO A ATIVIDADES ESCOLARES, PROFISSIONALIZANTES, PEDAGÓGICAS E RECREATIVAS

469. De acordo com o cronograma pedagógico apresentado pela SUMESE, referente à UIME A/B, há atividades pedagógicas previstas de segunda à sexta-feira. Contudo, considerando que há na unidade adolescentes do Ensino Fundamental e Médio, não ficou evidentemente claro para quem se destinam as atividades e se são exclusivamente do ensino regular. A escolarização é realizada com o apoio da Escola de Referência Paulo Jorge, de acordo com a Resolução 4/2014, e é a Secretaria de Estado da Educação a responsável pela contratação de professores, distribuição de material didático e acompanhamento pedagógico.

⁵⁹ <http://sinan.saude.gov.br/>

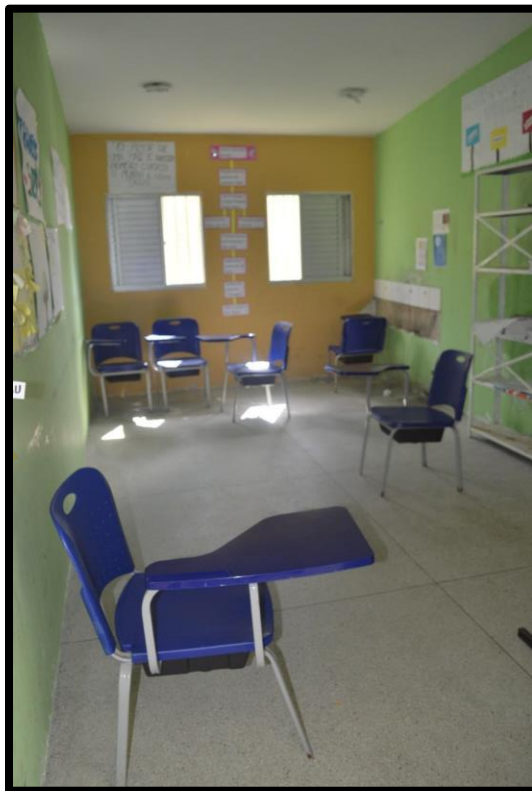


Figura 127: Sala de aula da unidade. Fonte: MNPCT.

470. No cronograma, as aulas no período matutino iniciam às 8h e encerram às 12h. No período vespertino, as aulas iniciam às 13h e encerram às 17h, porém elas acontecem de segunda a quarta-feira. Quintas e sextas-feiras à tarde acontecem atividades de educação física, atendimentos com a psicologia e assistência religiosa.

471. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é único, elaborado para todas as unidades. Porém, este aponta que a escolarização ocorrerá no horário matutino das 8h às 12h e as atividades pedagógicas ocorrerão das 14h às 17h. O PPP não prevê nenhuma atividade nos finais de semana, além das visitas familiares no horário das 9h às 17h.

472. A existência de um PPP único, bem como de Regimento Interno para todas as unidades, retira a autonomia e as especificidades de cada uma delas, contribuindo para engessamentos e até violações praticadas pelos profissionais, quando não prevê uma jornada pedagógica que permita ao jovem estar mais tempo em atividades que dentro do seu alojamento, em confinamento.

473. Sobre o cumprimento das atividades programadas, por exemplo, na data da inspeção, às 8h havia a previsão para os adolescentes da unidade terem aula de educação física, porém, mesmo com a presença do professor na instituição, os jovens foram retirados dos seus alojamentos somente 1h e meia depois do horário previsto. De acordo com a equipe de segurança, para que a liberação dos jovens acontecesse, aguardava-se a chegada do grupo de

Gerenciamento e Contenção (GCon) que é um grupamento especializados de agentes de segurança do socioeducativo responsável por atuar no gerenciamento de crises e em possíveis ações de contenção dentro das unidades.

474. Nesse episódio, após a dispensa da GCon pelo superintendente da SUMESE que compareceu à unidade com o objetivo de acompanhar a inspeção do MNPCT, o grupo não entrou na unidade e os jovens foram retirados de seus alojamentos com o próprio contingente de agentes da unidade. Mas, nas entrevistas com os adolescentes, a equipe do MNPCT foi informada que o episódio presenciado é recorrente e muitas vezes eles deixam de frequentar a aula de educação física por esse motivo. Ou seja, o acesso a atividades escolares e pedagógicas depende da intervenção diária da GCon, que, aliás, nem sempre está disponível, para a abertura dos alojamentos. Agentes socioeducativos da unidade informaram que não se sentem à vontade para tirar os adolescentes eles mesmos, por “questões de segurança”, o que revela uma relação distante e intermediada pelo medo para com os adolescentes.

475. Em entrevista com os adolescentes, fomos informados que eles têm muito pouco lazer. Não tem acesso à tv, somente uma vez por mês uma professora leva notebook e passa um filme. Como não há biblioteca no espaço da unidade de internação A/B, também não há a possibilidade da realização de leituras de livros, revistas e outros materiais de cunho pedagógico, a não ser que os jovens tivessem acesso a nova biblioteca que foi inaugurada dentro do Complexo.

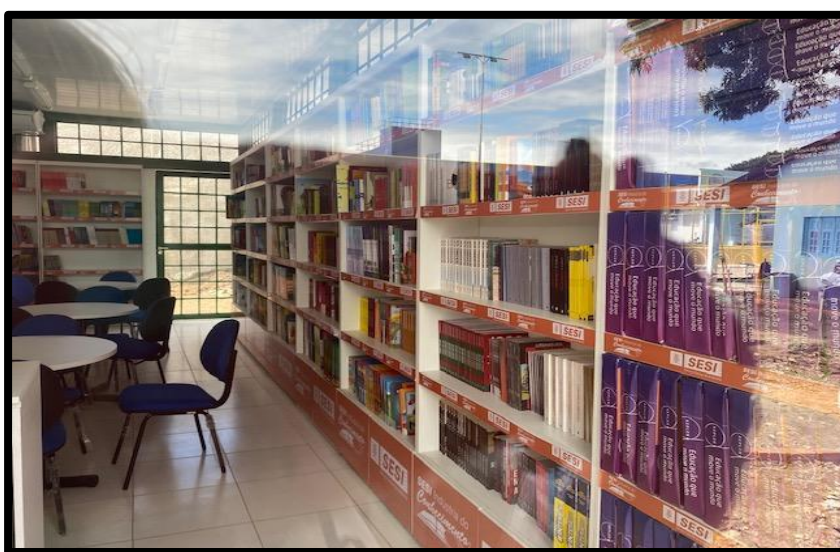


Figura 128: Biblioteca do Complexo Socioeducativo. Fonte: MNPCT.

476. Os adolescentes da unidade têm uma hora e meia de solário por dia, sendo submetidos a uma lógica prisional e inclusive em tratamento mais gravoso do que o mínimo garantido para os adultos (população prisional) em Regime Disciplinar Diferenciado, que tem direito a, no

mínimo, duas horas de banho de sol por dia; tal tratamento fere o princípio da legalidade, insculpido no art. 35, inciso I, da Lei 12.594/12 (SINASE), que determina que o adolescente em conflito com a lei não pode receber tratamento mais gravoso que o conferido ao adulto. A lógica de banho de sol não deve ser em nenhuma hipótese aplicada aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, pois de acordo com os marcos legais devem passar o dia em atividades socioeducativas, fora de seu alojamento.

477. Foi informado que a SUMESE dispõe de uma equipe de teólogos que dá aulas sobre “espiritualidade e Deus” aos garotos. Há também um grupo formado por voluntários, que organiza palestras na unidade com temas como família, sociedade, recomeço e não é uma denominação religiosa.

7.5. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E CONTATO EXTERNO

478. De acordo com os adolescentes, as visitas dos familiares estão ocorrendo na modalidade presencial quinzenalmente em finais de semana. Porém, contrariando o que está previsto no PPP, a duração dessa visita tem sido de apenas 2 horas, sendo permitido entrar até 2 adultos e 1 criança a partir de 5 anos, ou seja, na prática se o adolescente tiver filhos ele provavelmente não receberá a visita deles durante a sua internação. É permitido aos familiares levar alimentos caseiros que possam ser consumidos no dia da visita.

479. Quando o adolescente não recebe a visita presencial, a equipe psicossocial realiza ligação telefônica ou videochamada com duração de entre 3 e 5 minutos, que pode durar mais tempo caso a conversa seja positiva. Além das visitas presenciais que acontecem duas vezes ao mês, a equipe técnica tem uma escala de vídeo chamada que é feita através de um tablet da instituição. Para os adolescentes que são pais, são realizadas visitas assistidas, ou seja, a visita é acompanhada por algum integrante da equipe técnica da unidade.

480. Observa-se que o tempo de visita é bastante limitado, tanto a visita familiar a cada 15 dias, quanto a assistida. O ECA consagra a doutrina de proteção integral, sendo a convivência familiar e comunitária um dos direitos fundamentais e imprescindíveis para o pleno desenvolvimento de toda criança e adolescente. Esse Mecanismo insta a SUMESE a ampliar as possibilidades e o tempo de visitação dos familiares dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

481. Outra questão relatada pelos adolescentes e de grave violação foi o relato de que para a entrada na unidade os familiares precisam passar por revista vexatória, ou seja, precisam se despir a fim de que a equipe de segurança se certifique da não entrada de material não permitido.

As revistas vexatórias nas visitas, seja da família ou nos adolescentes, deve ser vedada, pois há tecnologias para a realização de revista mecânica, permitindo a realização dos procedimentos de segurança com respeito à dignidade das famílias e das adolescentes.

7.6. PREVALÊNCIA DA DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

482. As atividades voltadas à segurança na unidade são realizadas pelos monitores (agente de segurança socioeducativo). Em situações de crises e possível contenção nas unidades, a SUMESE possui um grupamento chamado de Gerenciamento e Contenção (GCon), formado por monitores que receberam treinamento especializados para atuar nessas situações quando acionado pela direção das unidades.

483. Assim como para equipe técnica, os monitores também não são funcionários públicos efetivos. A forma de contratação é através de contrato administrativo, gerando descontinuidade para o trabalho, na medida em que o quadro de servidores pode sofrer cortes discricionários em razão da fragilidade desse vínculo de trabalho.

484. A escala de trabalho dos monitores é de 24h por 72h, para uma remuneração de pouco mais de 2 mil reais, líquidos. Não recebem nenhum outro tipo de auxílio (alimentação, fardamento) ou adicional noturno e de insalubridade. Quando assumem o cargo recebem apenas uma camisa para o trabalho. Calças, mais camisas, calçados são adquiridos com recursos do próprio monitor.

485. Na UIME A/B, de acordo com os monitores, a média nos plantões varia entre 6 e 10 agentes. No dia da inspeção, por exemplo, tinham 6 (seis) monitores. De acordo como SINASE, a relação numérica de socioeducadores deverá considerar a dinâmica institucional e os diferentes eventos internos, entre eles, férias, licenças e afastamento de socioeducadores, encaminhamentos de adolescentes para atendimentos técnicos dentro e fora dos programas socioeducativos, visitas de familiares, audiências, encaminhamentos para atendimento de saúde dentro e fora dos programas, atividades externas dos adolescentes. Quadros que demandem um maior acompanhamento do adolescente por questões de saúde, sobretudo risco de suicídio, custódia hospitalar, autoagressão ou agressão a outros pode exigir uma relação numérica maior de socioeducadores.

486. Entre outras deficiências estruturais, a unidade disponibiliza uma única sala para os monitores. Nesse local, também é a base do fiscal do plantão, que possui uma pequena cozinha improvisada e é onde os monitores, no horário noturno, também se revezam para o descanso.



Figuras 129 e 130: Sala dos monitores (agente de segurança socioeducativo). Fonte: MNPCT.

487. Os monitores não portam nenhum armamento, mas na sala dos monitores ficam expostos armamentos menos letais (tonfas) e algemas, situação que esse Mecanismo avalia irregular e que recomenda que tais instrumentos sejam armazenados em local chaveado e com o devido controle de acesso.



Figuras 131 e 132: Armazenamento irregular de algemas e tonfas (direita) na sala dos monitores. Fonte: MNPCT.

488. A falta de condições de trabalho dignas, de formação adequada e educação continuada, sobretudo em Direitos Humanos, o baixo efetivo, associado ao desconhecimento de que o papel de agente de segurança socioeducativo é muito diferente do papel do agente penal pode em muitos casos favorecer a posturas violadoras de direitos diante dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A falta de formação continuada e cursos de reciclagem configura desatendimento às Regras Mínimas das Nações Unidas para a

Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing⁶⁰), que dispõe, em sua Regra n.º 22.1 que “serão utilizados a educação profissional, o treinamento em serviço, a reciclagem e outros meios apropriados de instrução para estabelecer e manter a necessária competência profissional de todo o pessoal que se ocupa dos casos de jovens”.

489. Nas entrevistas realizadas, muitos adolescentes relataram à equipe de inspeção do Mecanismo que já ficaram “mais de 24 horas na tranca”, isto é, dentro do alojamento em total isolamento e privado da realização de atividades pedagógicas ou recreativas. Segundo a psicóloga, a utilização do solário pelos adolescentes é diária e dura de uma hora a uma hora e meia. No entanto, no dia da inspeção observamos que a retirada dos adolescentes para fazer atividade na quadra quase não ocorreu porque a unidade chama o apoio externo do GCon para a realização das atividades.

490. Outra grave questão apontada pelos adolescentes diz respeito ao procedimento de revista dentro dos alojamentos. Esse procedimento é realizado pelo GCon, que equipados com armamento menos letal (espargidor de pimenta, arma com cartuchos de balas de borracha e de impacto cinético), retira os adolescentes dos alojamentos para verificar a existência de material não permitido no interior da estrutura. Além de se tratar de um procedimento que excede os objetivos do grupamento, pois esse procedimento não está relacionado com uma situação de crise, ele é marcado por posturas violadoras de direitos humanos, como retirar os jovens apenas de cueca dos alojamentos e colocá-los sentados no chão na quadra de esporte sob o sol, pois o local não possui cobertura. Durante esses procedimentos os adolescentes também devem agachar três vezes, o que configura uma revisita do tipo vexatória e, portanto, violadora da dignidade do adolescente.

491. Há também a prática de aspergir spray de pimenta sem a existência de qualquer comportamento dos adolescentes que justifique a ação, em flagrante desrespeito aos princípios da necessidade e da proporcionalidade, conforme prevê o Manual da ONU sobre armas menos letais na aplicação da lei. E, ainda, como já mencionado, essa atitude do agente do Estado constitui crime de tortura, de acordo com art. 1º II da Lei nº 9.455/1997 que tipifica o crime de tortura “submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo”. Foram relatadas agressões como tapas, murros e rasteiras

⁶⁰ As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing) foram adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 40/33, em 29 de novembro de 1985.

durante a atuação de revista da GCon; também foi informada a falta de diálogo e de tentativa de mediação de conflitos, recorrendo-se, de pronto, ao uso desproporcional da força.

492. Entre outras práticas violadoras e que também contribui para o processo desumanizador identificado na UIME A/B foi a equipe de inspeção ter encontrado um adolescente que havia chegado de uma unidade de internação provisória do estado e que estava há 6 (seis) dias num alojamento em isolamento, sob a justificativa de “adaptação”. De acordo com o jovem, ele ficaria 7 (sete) dias. Não é concebível que um jovem que já venha de uma outra unidade do sistema permaneça tanto tempo em isolamento para iniciar as atividades pedagógicas da unidade, sob a justificativa de adaptação. A questão foi reportada no mesmo dia para o superintendente da SUMESE, que afirmou desconhecer a prática e retirar o jovem daquela condição. Durante esse isolamento inicial de sete dias, o adolescente passa sem frequentar nenhuma atividade educacional, pedagógica, esportiva ou de lazer, não tem visita nem permanece ao ar livre. Não é demais recuperar que os primeiros dias da privação de liberdade são os mais traumáticos, onde a pessoa privada de liberdade geralmente se sente diminuída e só. O mais adequado seria que a lógica de recepção desses adolescentes fosse voltada para um processo de acolhimento do adolescente e não para uma fase de isolamento.

493. Por não termos recebido nenhuma documentação sobre esse tema, não podemos afirmar que seja uma prática generalizada em todas as unidades socioeducativas do estado, contudo, esse Mecanismo recomenda que a SUMESE, através do setor competente, busque identificar e corrigir possíveis abusos e violações em relação aos procedimentos de acolhimento e colocação de jovens em acautelamento disciplinar que implique isolamento, considerando que o SINASE é claro ao afirmar que o processo socioeducativo não se pode desenvolver em situação de isolamento do convívio social.

494. Ainda sobre o isolamento e desumanização dos sujeitos, identificamos que as colheres que já são de plástico, são cortadas, prevalecendo preconceitos que em geral são direcionados aos adultos de uma situação constante de periculosidade juvenil.



Figura 133: Colher de plástico cortada. Fonte: MNPCT.

495. Outro relato dos jovens é o uso incorreto que os monitores fazem das algemas. Além de serem algemados com as mãos para trás, os agentes não travam as mesmas, ocasionando apertos nos pulsos. A algemação para trás traz o risco de numa queda a pessoa não ter o apoio de mãos e braços, sem deixar de considerar que a Súmula Vinculante nº 11 do STF que estabelece que o uso de algemas é a exceção, e não a regra:

Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

496. O uso de algemas de pulso, espargidores (spray) de pimenta, escopetas calibre 12 e munições de impacto cinético dentro de unidades de privação de liberdade sem regulamentação e treinamento específico para seu manuseio caracterizam fatores de risco à tortura para as pessoas privadas de liberdade e risco para os próprios agentes públicos, pois deveriam ser utilizados apenas em momentos extremos e por força especializada e treinada para tais situações.

497. As Regras de Havana (Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade) orientam a nível global o sistema socioeducativo e a justiça, estabelecendo normas que proíbem o uso de armas em unidades de internação socioeducativa.

498. De acordo com nota técnica da Omega Research Foundation e Justiça Global⁶¹, estas normas preveem que os instrumentos de restrição e de uso da força somente possam ser

⁶¹ Nota técnica de SUBMISSÃO CONJUNTA SOBRE PL-6433 enviada à Câmara dos Deputados do Brasil. Data: 20 de outubro de 2017, autoria de Omega Research Foundation e Justiça Global. Acesso em: <https://omegaresearchfoundation.org/sites/default/files/uploads/Publications/Nota%20Técnica%20JG%20e%20ORF%20-%20PL%206433%20-%20Português.pdf>. Consulta: 12 set. 2022.

utilizados em circunstâncias excepcionais e, mais especificamente, que “o transporte e o uso de armas pelo pessoal devem ser proibidos em qualquer instalação onde adolescentes estejam detidos”. Além disso, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes recomenda que os funcionários que trabalham em unidades de internação socioeducativa não carreguem bastões, sprays incapacitantes ou instrumentos de restrição para evitar a criação de um ambiente parecido com uma prisão⁶².

499. O Estado de Alagoas tem divulgado que o seu Sistema Socioeducativo tem sido uma referência para outros estados da federação em relação às boas práticas no atendimento dispensado aos jovens. Contudo, diante dos apontamentos de violações descritas até aqui por esse Mecanismo é apresentado um recorte de práticas que estão num total descompasso da evolução nos normativos nacionais e internacionais sobre o tema.

500. Para além das imediatas ações de interrupção/correção das violações apontadas, o Estado de Alagoas, incluindo a SEPREV/SUMESE devem implementar efetivamente tais normativas, com destaque para a revisão do Projeto Político Pedagógico que atualmente é um documento único para todas as unidades, elaborado no ano de 2015 e que traz já na primeira frase de sua Apresentação uma herança menorista, afirmando que o sistema socioeducativo do estado tem o propósito ímpar de “disciplinar e educar **menores infratores**” [grifo nosso]. Sem apresentar uma relação exaustiva e fechada, mas ao implementar o PPP e o Regimento interno considerando a especificidade de cada unidade; dotar ao PIA a centralidade da execução da medida socioeducativa e não às ações de contenção e segurança; banir o uso de revistas vexatórias, das medidas disciplinares de isolamento, das agressões físicas e armamentos dentro das unidades poderemos considerar que o Estado de Alagoas estará cumprindo seu dever legal de garantia dos direitos individuais e sociais desses jovens e de seus familiares.

⁶² CPT, Juveniles deprived of their liberty under criminal legislation, Extract from the 24th General Report of the CPT, published in 2015, para. 119. Acesso em: <https://rm.coe.int/16806ccb96>. Consulta: 12 set. 2022.

8. INSTITUTO MÉDICO LEGAL

501. No dia 20 de agosto de 2022 no período matutino, a equipe do MNCPT visitou a Polícia Científica do estado de Alagoas (POLC). A reunião de trabalho foi realizada com os/as médicos/as legistas da instituição.

502. O Instituto de Criminalística Perito Dely Ferreira da Silva começou como departamento Técnico-Científico da Polícia Civil do Estado de Alagoas, criado pela Lei nº 4677 de 27 de junho de 1985. O motivo da criação foi o aumento da diversidade de crime, os quais eram investigados desde a década de 70 pelo Serviço de Polícia Técnica, sendo o cargo de perito criminal criado em 1986, através da Lei estadual nº 4869 de 29 de dezembro. Apenas em 1988 foram nomeados os dois primeiros peritos oficiais do Estado⁶³.

503. Em 08 de janeiro de 2003, através da Lei Delegada nº 01, o Governo desvinculou o departamento da Polícia Civil e criou o Centro de Perícias Forenses do Estado de Alagoas, constituído pelo Instituto Médico Legal, Instituto de Identificação e o Instituto de Criminalística Perito Dely, que passou a ser dirigido por Peritos Criminais de carreira com total autonomia no exercício de suas funções⁶⁴.

504. A POLC é um dos órgãos que compõem a Secretaria de Segurança Pública além da Polícia Militar; Polícia Civil; Corpo de Bombeiros Militar e Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN⁶⁵.

505. O foco dos diálogos estabelecidos entre o MNPCT e a POLC se baseou na compreensão do funcionamento, sobretudo do Instituto Médico Legal, e a feitura dos exames de corpo de delito, documento fundamental capaz de materializar possíveis práticas de tortura e outros tipos de violências.

506. A POLC possui apenas dois núcleos de atendimento para atender as demandas do IML do estado, sendo um núcleo na capital e outro em Arapiraca. Está em andamento o projeto que prevê mais dois núcleos para atender as demandas no polo do sertão e no polo de Maragogi. Embora tenham local para ambos os núcleos, a ausência de profissionais para ocupá-los inviabiliza a expansão de atendimentos no estado.

⁶³ <http://www.policiacientifica.al.gov.br/instituto-de-criminalistica>. Acessado em: 12 set. 2022.

⁶⁴ Op. cit.

⁶⁵ <http://seguranca.al.gov.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 set. 2022.



Figura 134: Cobertura dos dois IML's de Alagoas. Fonte: MNPCT.

507. O instrumento normativo que rege o instituto é um Procedimento Operacional Padrão (POP) de esfera estadual.

Atualmente a POLC possui 31 médicos legistas, técnicos forenses, odontologistas, peritos criminais e papiloscopistas. Há apenas dois médicos por plantão e todos os legistas são generalistas, ou seja, não há nenhum especialista, embora haja uma médica psiquiatra que atua como legista, devido à alta demanda do IML. Também informaram que não conseguem desenvolver a área de antropologia forense, devido à falta de material e recursos humanos. Outros desfalques seriam nas áreas de Patologia, Psiquiatria Forense, Radiologistas, Psicologia Forense e Assistencial.

508. Além destes, o IML conta com uma assistente social que é responsável pelo acolhimento das vítimas. Esta é uma parceria estabelecida com uma policial civil que possui a referida formação. A policial também acompanha a realização de exames em mulheres quando não há médicas do gênero feminino para realizar o atendimento.

509. Ainda para garantir a presença de uma acompanhante mulher em relação aos exames realizados em mulheres, o IML contrata apenas recepcionistas do gênero feminino a fim de terem sempre uma mulher para acompanhar o exame. Esta questão atende ao disposto no Protocolo de Istambul, bem como no Protocolo Brasileiro de Perícia Forense no Crime de Tortura⁶⁶.

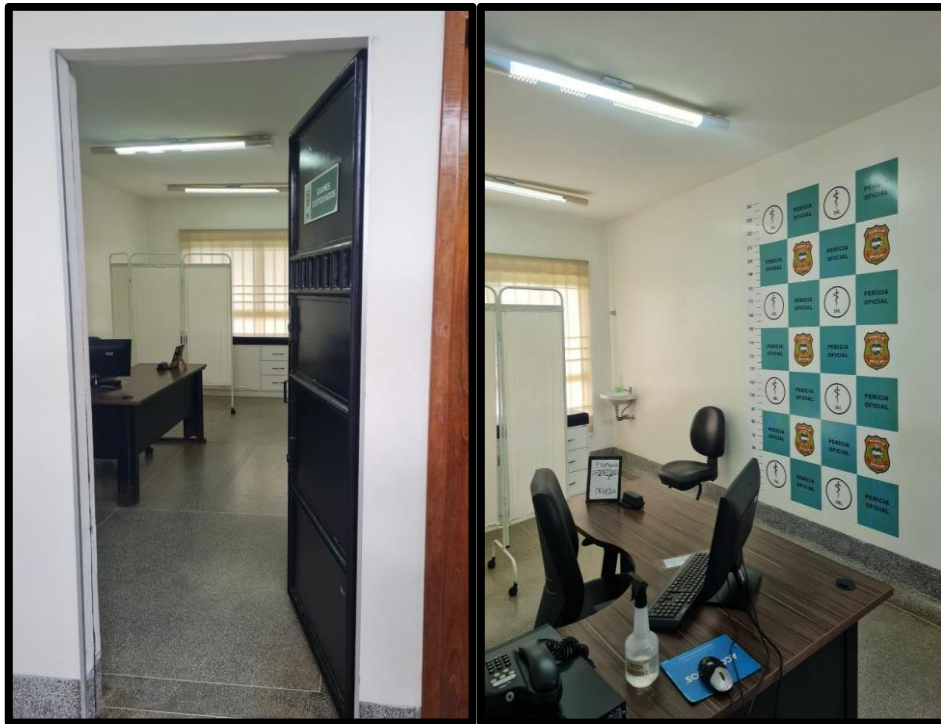
⁶⁶ A vítima, quando as condições objetivas favorecerem, tem o direito de escolher se deseja ser examinada por um profissional forense do sexo masculino ou feminino. <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/Protocolo%20Brasileiro%20de%20Per%C3%ADcia%20Forense%20no%20Crime%20de%20Tortura%20-%20SDH.pdf>.

510. Sobre as audiências de custódia, referem que o custodiado, via de regra, vai realizar o exame de corpo de delito “*ad cautelam*” apenas quando é encaminhado para o sistema prisional. No entanto, esclarecem que alguns delegados pedem o exame antes da decisão proferida na audiência em tela. Adicionalmente, informam que há um projeto para a criação de um núcleo de custódia, inclusive com a permanência de médico legista para a realização do exame no local. (como já observamos em estados como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul).

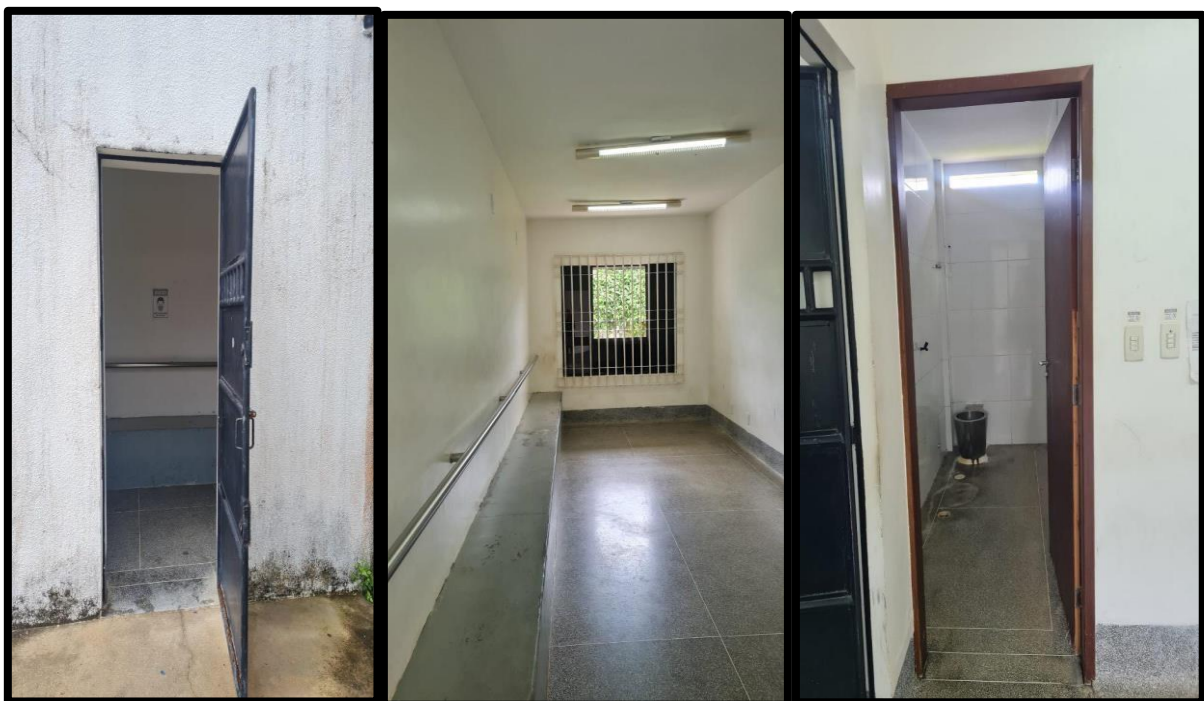
511. Em relação aos equipamentos para a feitura de exames, os entrevistados informam que possuem um aparelho de raio-x e *body scan*, ambos utilizados apenas para pessoas mortas. Informaram que seria importante ter um tomógrafo e raio X para exames em vivos, no entanto, não possuem em seu quadro de funcionários um radiologista para operar tais equipamentos.

512. Quando necessitam de exames complementares, para concluírem os laudos de exames de corpo de delito, solicitam o encaminhamento do periciando à unidade de saúde, no entanto, não acompanham se todos os casos solicitados retornam com os exames, apenas quando vinculam/condicionam a feitura do laudo ao exame complementar, em casos específicos.

513. Sobre a confecção dos exames de corpo de delito, informam que das aproximadamente 594 pessoas periciadas mensalmente, 379 são referentes a pessoas privadas de liberdade (exame *ad cautelam*). Além disso, insta registrar que há um local específico para a realização destes exames em custodiados. A sala de espera possui um banco e uma barra de ferro para que os custodiados aguardem o exame algemados. Segundo os profissionais do IML, aproximadamente 70% dos exames de corpo de delito são de pessoas custodiadas.



Figuras 135 e 136: Sala para realização das perícias. Fonte: MNPCT.



Figuras 137, 138 e 139: Acesso independente, sala de espera e banheiro para perícia de custodiado. Fonte: MNPCT.

514. Quando questionados sobre o tempo médio de duração do exame, referem que depende se o/a periciando/a possui lesões. Quando há lesões o exame é realizado de forma mais detalhada, inclusive com filmagens das partes lesionadas.

515. Já quando não há lesão, cada médico legista define como procederá a respeito de realizar o registro fotográfico ou não. Não há normas estaduais que obriguem a realização do registro fotográfico mesmo nos casos de presença de lesões.

516. Segundo o Protocolo de Istambul, a importância das fotos é central na perspectiva de produção de provas e materialização fidedigna da prática de violência e/o tortura, conforme segue no capítulo de Recomendações Específicas para o Perito Médico-Legista sobre como realizar Exames de Lesões Corporais nos Casos de Tortura: “5º - Fotografar todas as lesões e alterações encontradas no exame externo ou interno, dando ênfase àquelas que se mostram de origem violenta⁶⁷”.

517. A feitura do exame de corpo de delito obedece às diretrizes do POP Estadual que dialoga diretamente com o POP da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) sobre Perícia Criminal e, neste sentido, os legistas perguntam sobre a autoria das lesões. Também realizam o exame de forma individual. O IML não possui estatísticas/dados sobre laudos que resultaram na prática de tortura.

518. Sobre a permanência do agente de custódia durante a realização do exame, de acordo com os entrevistados, depende da situação. Ou seja, cabe a cada legista avaliar a permanência do agente de segurança durante o exame a partir de parâmetros/análises de segurança individuais. Em relação ao uso de algemas a sua utilização é vinculada a situações de custodiados definidos como de alta periculosidade ou custodiados com questões referentes à saúde mental.

519. De acordo aos Protocolo de Istambul, Protocolo Brasileiro bem como a Nota Técnica n.º 7 do MNPCT⁶⁸, o exame de corpo de delito deve ser realizado da seguinte forma:

O exame deve ser realizado num clima de confiança, com paciência e cortesia. É preciso entender que as vítimas de tortura, na maioria das vezes, mostram-se arredias, desconfiadas e abaladas, em face das situações vergonhosas e humilhantes a que foram submetidas (frequentemente por agentes públicos)⁶⁹.

Examiná-la em ambiente de privacidade e amparo (jamais na presença de outras pessoas, principalmente de indivíduos que possam ser responsáveis ou coniventes com os maus tratos ocorridos)⁷⁰.

⁶⁷

<https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/Protocolo%20Brasileiro%20de%20Per%C3%ADcia%20Forense%20no%20Crime%20de%20Tortura%20-%20SDH.pdf>.

⁶⁸ <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2020/06/nt-7-mnpct-presenc3a7a-policial-em-corpo-de-delito.pdf>.

⁶⁹

(<https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/Protocolo%20Brasileiro%20de%20Per%C3%ADcia%20Forense%20no%20Crime%20de%20Tortura%20-%20SDH.pdf>).

⁷⁰ Op.cit.

520. E ainda, no capítulo intitulado “Recomendações Específicas para o Perito Médico-Legista sobre como realizar Exames de Lesões Corporais nos Casos de Tortura”: o 8º ponto faz referência expressa sobre tal proibição: “Examinar a vítima de tortura sem a presença dos agentes de custódia”.

521. Diante do exposto, nas investigações de possíveis casos de tortura, sobretudo em populações vulneráveis, como é o caso das pessoas privadas de liberdade, é imprescindível que a realização do exame ocorra com total privacidade a fim de proporcionar um ambiente de oitiva seguro para possíveis alegações criminais. Considerando ainda, que muitas vezes os perpetradores de tais práticas são agentes de segurança, torna-se ainda mais preocupante a permanência deste agente durante a feitura do exame.

522. Sobre a feitura do exame de sanidade mental o IML não realiza já que não dispõe de Psiquiatras Forenses no estado e o referido exame fica a cargo do CPJ.

523. O IML possui um sistema de laudos que encaminha o laudo à autoridade competente (delegado) imediatamente através de e-mail. Insta destacar que o MNPCT também possui prerrogativa legal de requisitar a feitura de exames de corpo de delito, conforme dispõe o art. 10 da Lei Federal 12.847/2013:

São assegurados ao MNPCT e aos seus membros:

(...)

VII - a possibilidade de **solicitar a realização de perícias oficiais**, em consonância com as normas e diretrizes internacionais e com o art. 159 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

524. Desta forma, é importante que os IML’s conheçam tais prerrogativas e cooperem nas investigações de possíveis casos de tortura nos âmbitos de privação de liberdade em todo o país. Uma das causas centrais das poucas condenações de tortura no país se refere a pouca ou a inexistência de provas que materializem tais práticas criminais. Deste modo, os IML’s são locais estratégicos e imprescindíveis na luta contra este crime de lesa-humanidade que é a tortura.

9. CENTRAL DE FLAGRANTES I

9.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

525. A equipe do MNPCT fez inspeção na manhã do dia 21 de maio na Central de Flagrantes I, que está localizada à Av. Fernandes Lima, s/nº no bairro Pinheiro em Maceió. Fomos atendidos pelo chefe de segurança de plantão, que nos forneceu as informações.

526. A Central de Flagrantes I é uma delegacia da polícia civil, onde são trazidas as pessoas presas em flagrante ou em cumprimento de mandado de prisão e também onde são atendidos cidadãos que desejam realizar boletins de ocorrência presencialmente. Os policiais civis trabalham em regime de plantão e o último concurso público realizado pelo Estado para essa carreira foi em 2012 e segundo o entrevistado o efetivo é muito baixo.

527. Segundo o servidor entrevistado, nos casos em que a pessoa detida seja acusada de ato violento ou se encontre sob efeito de álcool, ela é colocada em uma cela de isolamento. Os custodiados LGBTI+ também são mantidos em celas isoladas. Como a Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente (DECA) de Maceió, que é especializada em investigar atos infracionais, não funciona nos finais de semana, nos casos de apreensão de um adolescente, este também fica isolado em uma cela da carceragem para ser encaminhado para a DECA posteriormente.

528. A carceragem da delegacia possui 3 celas, uma delas para mulheres. Ao todo, tem capacidade para 24 pessoas e no dia da inspeção havia 08 pessoas custodiadas. Alguns tipos de delitos cometidos fazem com que os custodiados sejam mantidos em celas isoladas, bem como aqueles que aguardam recurso por não terem condições de custear o pagamento de fiança.

529. Após as audiências de custódia, caso a prisão em flagrante seja convertida em prisão preventiva, as pessoas são transferidas para o Complexo Prisional de Maceió, no entanto, as transferências são realizadas somente de segunda à sexta-feira, em carros fechados. A saída da pessoa custodiada é pela porta principal da Central, não evitando a exposição pública para imprensa e população. O fluxo de atendimento consiste nas pessoas presas em flagrante serem trazidas pelas viaturas, em seguida, atendidas pelo escrivão e delegado de plantão e caso a pessoa relate que está doente ou machucada, é encaminhada à UPA. As pessoas custodiadas não passam por avaliação médica nem social.

530. Não está institucionalizado o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada que tem por objetivo a oferta de serviços com foco em proteção social, como já oferecidos em alguns estados, e na adoção de parâmetros que qualificam o atendimento por meio do estímulo ao trabalho em rede e de enfoque restaurativo, articulando o acesso a serviços voltados a cuidado,

cidadania e inclusão social. Não existe a disponibilização de intérpretes, seja de libras ou para estrangeiros, com facilidade para os custodiados, mas segundo o entrevistado houve uma ocasião no qual o Estado teve que providenciar.

531. Enquanto aguardam a audiência de custódia, os custodiados ficam somente de cuecas nas celas da carceragem, independente do clima, que de acordo com o servidor é para “evitar suicídio”, pois este ano uma pessoa se enforcou com uma bermuda. Nos casos de surto psicótico ou ideação suicida, a pessoa é isolada em uma cela e é acionado SAMU.

532. Ainda, segundo o servidor, são os funcionários da Central de Flagrantes que avisam a família sobre a prisão. Em seguida é marcada a audiência de custódia (se os procedimentos e juntada da documentação forem concluídos antes das 13h a audiência de custódia é realizada no mesmo dia, caso contrário será no dia seguinte). Somente após a realização da audiência de custódia a pessoa é encaminhada ao IML.

9.2. GARANTIAS E ASSISTÊNCIA AOS CUSTODIADOS

533. As condições de estrutura do prédio onde funciona a Central de Flagrantes são muito degradantes, tanto para os custodiados quanto para os servidores.



Figuras 140 e 141: Paredes internas da Central de Flagrantes. Fonte: MNPCT.

534. Nas celas, no espaço destinado para o banheiro, tem um cano para o banho e um vaso sanitário instalado diretamente no chão para as necessidades fisiológicas. A privacidade é relativa, pois depende da lotação da cela. As condições de higiene são péssimas. Não há disponibilização de material de limpeza para a higienização do local. O piso frio, considerando que as pessoas custodiadas ficam sem calçados e somente de cueca, deixa o espaço ainda mais insalubre. Não há nenhum ponto de iluminação dentro das celas.



Figuras 142 e 143: Vaso sanitário. Banheiro sem chuveiro (cano do teto). Fonte: MNPCT.

535. Enquanto a pessoa custodiada aguarda o momento de prestar as informações para o escrivão, permanece num espaço tão degradante e violador quanto a carceragem. O local que deve ter aproximadamente 2 metros quadrados, sem ventilação cruzada, sem iluminação, que é chamado de “cela do mijo”, pois no espaço não há banheiro e a pessoa utiliza ou um ralo no canto da parede ou uma embalagem de plástico.



Figura 144: Local onde custodiados aguardam para serem ouvidos pelo escrivão. Fonte: MNPCT.

536. Nos casos em que os custodiados ficam além do final de semana na Central e/ou bem aqueles que seguem aguardando a decisão do recurso judicial por não terem condições de custear o pagamento de fiança, não têm o direito de receber visitas de familiares. A única visita permitida é a de advogados. Não há um canal de denúncias da Central, somente o disque 100 ou 181.

537. Por não existir nenhum equipamento para revista mecânica, as revistas dos custodiados são feitas em uma sala, com o custodiado nu, de forma vexatória. Não existe *body scan*. Os pertences dos custodiados são armazenados em local próprio e identificados.

538. O fornecimento de água na carceragem é controlado e os custodiados reclamaram muito de ficarem com sede durante várias horas, inclusive recebemos denúncia de alguns custodiados que ficaram três horas dentro da viatura aguardando serem atendidos. No dia da inspeção, uma pessoa ouvida pela equipe por volta de 11h30, após a realização da sua audiência de custódia e que se encontrava custodiada desde às 22h do dia anterior não tinha recebido um copo d'água, em flagrante violação de um direito fundamental. A Regra 22.2 das Regras de Mandela estabelece que “Todo preso deve ter acesso a água potável sempre que necessitar”. Sua última refeição tinha sido 1 copo de café e 2 pães na noite anterior.

539. A capacidade indicada de 24 pessoas na Central não representa a quantidade de camas nas celas da carceragem, que em geral são 2 (duas) em concreto. Não é disponibilizado colchão ou qualquer item para dormir ou se secar após o banho nas celas. As pessoas custodiadas dormem diretamente no concreto ou no chão.



Figuras 145 e 146: Cella da carceragem e condição que custodiados permanecem (direita). Fonte: MNPCT.

540. A situação a que estão expostos os custodiados na Central de Flagrantes contraria as Regras de Mandela ao estabelecer que “Todo preso que não tiver permissão de usar roupas próprias deve receber roupas apropriadas para o clima e adequadas para mantê-lo em boa saúde. Tais roupas não devem, de maneira alguma, ser degradantes ou humilhantes” (Regra 19.1).

541. A alimentação fornecida às pessoas custodiadas vem do Complexo Penitenciário (cozinha central). São três refeições diárias. Segundo os custodiados, a qualidade da alimentação é muito ruim, sem frutas, legumes, verduras e em quantidade insuficiente.



Figura 147: Alimentação oferecida aos custodiados. Fonte: MNPCT.

542. A equipe de inspeção foi informada pelo agente de segurança que a Central dispõe de armamento menos letal (espargidor de pimenta) e armamento letal. Não existe registro de uso de armamentos. Ainda de acordo com o servidor entrevistado, os agentes não adotam medidas de isolamento como castigo na Central de Flagrantes.

543. A Central dispõe de 2 (duas) salas para a realização de audiências de custódia por videoconferência, em total inobservância à Resolução n.º 357 do CNJ, que dispõe que as audiências de custódia devem, em regra, ser presenciais, sendo a videoconferência uma exceção, sendo garantida também, a privacidade do custodiado quando da audiência virtual, o que não se verifica na Central; uma das portas das salas de audiência está com defeito e sequer fecha. Ademais, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura em fevereiro de 2021, através da Nota Técnica n.º 08⁷¹ já apresentou posicionamento sobre a inviabilidade da realização de audiências de custódias em Delegacias, recomendando aos Tribunais de Justiça do país que iniciassem o imediato planejamento, com diretrizes de atuação, protocolos de segurança e com os cuidados sanitários necessários, para a retomada das audiências de custódia na forma presencial.

544. As primeiras horas de detenção devem ser tratadas como momento crucial para apresentação da pessoa presa à autoridade judicial como meio mais eficaz para prevenir e reprimir a prática de tortura no momento da prisão, assegurando, portanto, o direito à integridade física e psicológica das pessoas submetidas à custódia estatal, como previsto no art. 5.2 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

545. Considerando que a autorização para a realização das audiências de custódia por videoconferência se deu em caráter excepcional em decorrência do período de crise sanitária da COVID-19, esse MNPCT reitera sua recomendação para o seu retorno presencial, sobretudo pela inexistência da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, de acordo com a Portaria GM/MS n.º 913, de 22 de abril de 2022⁷².

⁷¹ <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/03/nota-tecnica-audiencias-de-custodia-virtuais-em-delegacias-mnpct.pdf>.

⁷² <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-913-de-22-de-abril-de-2022-394545491>.

10. RECOMENDAÇÕES

10.1. AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

1. Que seja proposto Projeto de Lei que revogue a Lei Estadual n.º 7141/2009, que criou o Mecanismo e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e que institua o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, de acordo com a Lei Federal n.º 12.847/2013, com o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes e com a Recomendação n.º 5, de 29 novembro de 2018, do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
2. Que seja realizado concurso público para reposição do quadro de Defensores Públicos do estado;
3. Que seja realizado concurso público para cargos das equipes de saúde, psicossocial e administrativas das unidades prisionais e socioeducativas do estado;
4. Que seja realizado concurso públicos para a carreira de policial penal, em quantidade de vagas suficiente para suprir o déficit desses funcionários em todo o estado;
5. Que seja criada a carreira de agente socioeducativo no estado, e seja procedido concurso público da carreira, com exigência de qualificação prévia em áreas correlatas à atividade socioeducativa;
6. Que sejam pagos adicionais de insalubridade, de periculosidade e noturno para os profissionais técnicos e de segurança prisional que façam jus aos referidos adicionais;
7. Que seja oferecido acompanhamento psicológico para os policiais penais do estado de Alagoas, haja vista a importância do cuidado da saúde mental dessa categoria em decorrência do exercício da profissão;
8. Que seja extinto o modelo de cogestão no sistema prisional de Alagoas, pois demonstra ser um modelo caro e ineficiente de gestão prisional, que não apresenta um resultado adequado para a promoção de direitos básicos de reeducandos e para a realização dos fins da ressocialização; não apresenta resultado que seja capaz de justificar o elevado dispêndio financeiro em relação às unidades que adotam o modelo tradicional de gestão prisional pública.

10.2. À SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL - SERIS

9. Que seja estabelecida imediatamente a separação das pessoas presas, provisórias e condenadas nas unidades, respeitando o que estabelece o art. 84 da Lei de Execução Penal;

10. Que seja adotado critérios objetivos para o provimento de vagas de trabalho no âmbito das unidades, sem favorecimento específico para reeducandos que cometeram crimes sexuais ou incurso na Lei Maria da Penha, sobretudo na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira e no Centro Psiquiátrico Judiciário (CPJ);
11. Que seja adotado de imediato o acondicionamento das refeições em embalagens (marmitas) descartáveis, banindo as vasilhas de plástico reutilizáveis;
12. Que haja descentralizada a cozinha do Complexo Penitenciário para que cada unidade tenha sua própria cozinha, gerando mais postos de trabalho para os reeducandos de cada unidade e diminuindo o risco de contaminação e o prazo de acomodação dos alimentos;
13. Que sejam garantidas dietas adequadas de acordo com a patologia em todas as unidades prisionais de Alagoas, principalmente para os diabéticos e hipertensos;
14. Que até que sejam preenchidas por concurso público as vagas de trabalho nas unidades prisionais (técnico, saúde e administrativo) e na cozinha do Complexo de Maceió, a contratação dos servidores pela secretaria seja por meio de edital público, de forma excepcional e temporária através de processo seletivo simplificado, observando as normas vigentes;
15. Que a ouvidoria externa do sistema prisional do estado seja composta por ouvidores que não sejam profissionais de segurança de carreira, a fim de proporcionar uma maior atenção às demandas do sistema, oportunizando uma maior interlocução da sociedade com a gestão pública prisional;
16. Que seja uniformizado o procedimento de visitação em todas as unidades pós-pandemia, uma vez que em algumas unidades há a visitação de apenas um familiar por pessoa presa, aumentando o número de adultos tanto na listagem de visitação como nos dias de visita;
17. Que os(as) custodiados(as) possam receber a visita de amigos, segundo a garantia prevista na LEP, no seu artigo 41, inciso X, que dispõe que é direito da pessoa presa a “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”;
18. Que seja implantada equipe especializada para desinstitucionalização e realização de licenças terapêuticas no CPJ;
19. Que sejam destinados recursos para aquisição de material básico de trabalho para os servidores do CPJ, como computadores, mesas, cadeiras e demais instrumentos de trabalho;
20. Que seja realizada formação contínua e específica para trabalho com o público do CPJ para os policiais penais que estão ou forem lotados nessa unidade, haja vista as especificidades desse público em relação às demais pessoas privadas de liberdade;
21. Que seja contabilizada a remição de pena pelo trabalho das internas da ala feminina do CPJ que realizam trabalhos de limpeza e higienização de centenas de marmitas diariamente;

22. Que seja realizada a compra e distribuição de colchões e roupas de cama para as pessoas privadas de liberdade das unidades prisionais do estado, especialmente para o CPJ;
23. Que seja criado um protocolo que garanta aos familiares de reeducandos em situações graves de saúde informação regular sobre a evolução do quadro, oportunizando o cuidado por parte das famílias, como por exemplo, diligências envolvendo aquisição de remédios receitados, dentre outras providências, sobretudo na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira e na Penitenciária de Segurança Máxima;
24. Que seja garantida às pessoas presas vivendo com HIV a medicação necessária e completa da terapia antirretroviral (TARV);
25. Que sejam ampliadas as vagas de ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos, oferecendo inclusive a oportunidade de alfabetização, sobretudo na Penitenciária de Segurança Máxima que apresentou um número elevado de pessoas que não sabem ler e escrever;
26. Que seja abolido o uso de bombas de grânulos de borracha e de estilhaços em ambientes confinados de privação de liberdade, por ser uma prática potencialmente ilícita, letal e desumana;
27. Que seja adequada a estrutura dos solários dos módulos da Penitenciária de Segurança Máxima para quem tenha mais banheiros e mais torneiras, a fim de atender à demanda de uso em dias de visitação;
28. Que seja abolido o uso da triagem das unidades como isolamento ou castigo ou seguro improvisado, como identificado na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira, na Penitenciária de Segurança Máxima e no Presídio do Agreste, e que sejam garantidos os direitos básicos das pessoas que se encontrem em medida disciplinar dentro dos parâmetros legais, como o banho de sol, a visita o e a informa o concreta da dura o da medida disciplinar;
29. Que sejam adotados procedimentos em todas as unidades para seguir as normas do fabricante de aparelho de *body scan* quanto ao uso de EPI's para os profissionais operadores do aparelho e promover treinamentos para leitura das imagens, permitindo a diferencia o, pelo profissional, de alimentos para materiais ilícitos nas imagens de raio-x;
30. Que as garantias e direitos disponibilizados às pessoas privadas de liberdade no núcleo ressocializador da capital sejam oferecidas às demais pessoas privadas de liberdade das demais unidades, sobretudo a popula o carcerária feminina, que dispõe de menos oportunidades profissionalizantes;

31. Que sejam disponibilizadas, no Presídio Santa Luzia, turmas de ensino médio em horário noturno (para que as reeducandas que trabalham também possam frequentar as aulas) haja vista que as mulheres da unidade só dispõem de curso do ensino fundamental;
32. Que seja disponibilizado tratamento do tabagismo para aquelas pessoas privadas de liberdade que queiram parar de fumar;
33. Que seja diligenciado o depósito das ajudas de custos das reeducandas que cursaram o PRONATEC no Presídio Santa Luzia;
34. Que seja organizado espaço para atividades coletivas profissionalizantes e educacionais no Presídio Santa Luzia;
35. Que seja disponibilizado ou liberada a entrada de colchões ou colchonetes infantis quando da entrada de crianças visitantes para que estas possam ter um espaço adequado para descanso durante a visita, sobretudo no Presídio Santa Luzia;
36. Que seja oferecido acompanhamento psicológico para os policiais penais do estado de Alagoas, haja vista a importância do cuidado da saúde mental dessa categoria em decorrência do exercício da profissão;
37. Que sejam instituídos regimentos internos próprios em cada unidade prisional, abrangendo as especificidades de cada unidade;
38. Que seja permitida a entrada de alimentos complementares no Presídio do Agreste, a fim de fortalecer os vínculos e a afetividade familiar e promover a complementação nutricional dos reeducandos;
39. Que sejam escalados mais policiais penais por plantão no Presídio do Agreste a fim de não mais prejudicar a movimentação de reeducandos no interior da unidade para atendimentos de saúde, psicossociais e jurídicos;
40. Que seja ofertada pelo menos mais o dobro de vagas para estudo na educação básica no Presídio do Agreste, haja vista que 80% da população carcerária da unidade não possui sequer o ensino fundamental completo e os analfabetos representam aproximadamente 15% da população da unidade;
41. Que o Estado de Alagoas fortaleça as carreiras de policiais penais em quantidade suficiente para o exercício do trabalho a fim de extinguir o modelo de cogestão adotado no presídio do Agreste;
42. Que seja realizado articulação com o Instituto de Identificação do estado a fim de se realizar mutirão prisional para emissão de documentos de identificação nas unidades prisionais, sobretudo no Presídio de Santa Luzia;

43. Que o GERIT possua em seu quadro servidoras policiais penais a fim de garantir escoltas e similares para as custodiadas da unidade prisional feminina;
44. Que sejam construídos protocolos para o atendimento da população LGBTI+ privada de liberdade, em observância aos normativos nacionais e internacionais;
45. Que a Escola Penitenciária ofereça cursos de educação continuada para os servidores das unidades prisionais abordando temas relacionados à população LGBTI+ e suas especificidades na privação de liberdade;
46. Que a ala para cadeirantes na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira seja reformada imediatamente a fim de proporcionar estrutura de acessibilidade adequada aos cadeirantes;
47. Que seja cessada imediatamente a utilização de armamento menos letal em todas as unidades prisionais do estado haja vista a inexistência de regulamentação legal para o seu uso;
48. Que a Secretaria autorize as visitas, no âmbito prisional, de conselhos com atribuições para a defesa de direitos de populações específicas, tais como: Conselho da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis E Transexuais e outros;
49. Que seja regulamentado o consumo de cigarros no interior da unidade, haja vista que a atual proibição carece de amparo legal e as unidades prisionais equiparam-se à moradia dos reeducandos. Recomenda-se que seja autorizada a entrada de cigarros, permitindo-se que cigarros sejam trazidos por familiares e prevendo local específico para fumar, como, por exemplo, o solário;
50. Que se realizem todas as providências exigidas pela vigilância sanitária (Secretaria Municipal de Saúde de Maceió) que constam do relatório de 22/06/2022 (ANEXO), inclusive a higienização, acondicionamento e transporte de recipientes plásticos para alimentos e a implementação de boas práticas na manipulação de alimentos.

10.3. À SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA - SEPREV / SUP. DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - SUMESE

51. Que sejam ampliadas as possibilidades e o tempo de visita dos familiares dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, propiciando uma maior aproximação e participação familiar durante a medida socioeducativa;

52. Que o tempo de adaptação dos adolescentes ao chegar nas unidades seja o mais breve possível, onde passem por um processo de acolhimento humanizado e que não sejam colocados em completo isolamento;
53. Que retorne o quanto antes o grupo de familiares de adolescentes em atendimento socioeducativo suspenso durante a pandemia, a fim de promover a preservação dos vínculos familiares e promover a reintegração familiar, conforme preceitua o inciso I do art. 92 do ECA (Lei 8.069/90);
54. Que sejam oferecidos cursos profissionalizantes para os adolescentes internados na UIME A/B, realizando o disposto no inciso XI, art. 124 do ECA;
55. Que seja proporcionada formação continuada, treinamentos, reciclagem e outros meios apropriados de instrução (com, inclusive, conteúdos da área de direitos humanos, da pedagogia e dos direitos da criança e do adolescente) para os profissionais monitores e profissionais técnicos para que se possa estabelecer e manter a competência profissional do pessoal que se ocupa dos adolescentes em conflito com a lei;
56. Que seja extinto o grupamento GCon, por sua atuação ser um vetor de violações de direitos de adolescentes e suas práticas não se coadunarem com os objetivos do SINASE e com a proteção ao adolescente assegurada pelo ECA.

10.4. À SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

57. Que a RAPS seja implementada com urgência, incluindo o serviço de residências terapêuticas, CAPS 24 horas para que o processo de desinstitucionalização do CPJ seja efetivado;
58. Que a porta de entrada de pacientes em medida de segurança seja fechada imediatamente no CPJ, em cumprimento a Lei n.º 10.216/2001;
59. Que os pacientes da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira com doenças crônicas graves sejam transferidos com urgência para tratamento adequado em hospital geral de acordo com a patologia ou recebam prisão domiciliar;
60. Que a UBS Dr. José Gonçalves Sobrinho em Maceió receba uma visita de inspeção, seja notificada a respeito de protocolos de medicação, pessoal, farmácia, bem como seja proibido funcionário levar chave da mesma para casa.

10.5. AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

61. Que se realize concurso público para as áreas de Psiquiatria Forense, Patologia, Psicólogo Forense, Psicólogo, Radiologista e Assistente Social;
62. Que o IML acompanhe, controle e registre todas as solicitações de exames complementares para a adequada feitura do exame de corpo de delito;
63. Que todos os médicos legistas da POLC registrem fotograficamente os/as periciandos/as que possuem lesões, bem como descrevam detalhadamente sua localização, detalhes e refiram se há consistências dos achados físicos com as alegações referidas/registradas pelo/a periciando/a;
64. Que o agente de segurança não permaneça durante a realização do exame do corpo de delito;
65. Que o IML atenda a requisição de feitura de exames de corpo de delito por este MNPCT, segundo preconiza a Lei Federal 12.847/2013 no seu artigo 10, inciso VII;
66. Que o IML produza seus laudos de exames de corpo de delito nos moldes do Protocolo de Istambul e do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense.

10.6. À DEFENSORIA PÚBLICA DE ALAGOAS

67. Que seja realizado mutirão jurídico voltado para idosos, doentes e cadeirantes da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira, a fim de avaliar a possibilidade de requisição ao Juízo da Execução para o cumprimento de pena em regime domiciliar e/ou tratamento adequado em hospital geral de acordo com a patologia, haja vista a indignidade de tratamento conferido a essa população especialmente vulnerável no âmbito da unidade;
68. Que sejam alocados pelo menos mais três defensores públicos para atuar junto ao Juízo das Execuções Penais (16ª Vara Criminal da Capital), haja vista os 14 mil processos de execução penal de tramitam nesta vara com apenas um defensor público;
69. Que seja realizado mutirão de atendimentos jurídicos para se detectar possíveis enquadramentos de reeducandas do Presídio Santa Luzia na Lei das Mães - Lei 13.769/18, que prevê prisão domiciliar para mulheres gestantes ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência;
70. Que seja realizado levantamento e se adote as devidas providências acerca dos casos passíveis de extinção da medida de segurança no CPJ, incluindo a liberação ou a substituição para acompanhamento na rede de atenção psicossocial e meio aberto.

10.7. AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

71. Que sejam adotadas medidas para que os pacientes da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira com doenças crônicas graves sejam transferidos com urgência para tratamento adequado em hospital geral de acordo com a patologia ou recebam prisão domiciliar;
72. Que a porta de entrada de pacientes em medida de segurança seja fechada imediatamente no CPJ, em cumprimento a Lei n.º 10.216/2001;
73. Que seja realizado levantamento e se adote as devidas providências acerca dos casos passíveis de extinção da medida de segurança no CPJ, incluindo a liberação ou a substituição para acompanhamento na rede de atenção psicossocial e meio aberto.

10.8. AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

74. Que seja regulamentado o retorno das audiências de custódia presenciais, de acordo com os regulamentos e manuais do CNJ;
75. Que se recomende aos juízes de primeira instância, sobretudo aqueles que realizam as audiências de custódia, que verifiquem a conveniência da adoção de outras medidas cautelares em substituição da fiança quando não tiver sido determinada nenhuma outra medida além da própria fiança, evitando a privação de liberdade prolongada de modo indefinido daquelas pessoas que não tem condições de arcar com a fiança e recorrem da medida na carceragem da Central de Flagrantes;
76. Que sejam aplicados os princípios da brevidade e da excepcionalidade da medida de internação, consubstanciados no art. 121, caput, do ECA, devendo o Juízo da Infância e Juventude optar pela determinação de medidas mais brandas, sempre que possível;
77. Que sejam adotadas medidas para que os pacientes da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira com doenças crônicas graves sejam transferidos com urgência para tratamento adequado em hospital geral de acordo com a patologia ou recebam prisão domiciliar;
78. Que a porta de entrada de pacientes em medida de segurança seja fechada imediatamente no CPJ, em cumprimento a Lei n.º 10.216/2001;
79. Que seja realizado levantamento e se adote as devidas providências acerca dos casos passíveis de extinção da medida de segurança no CPJ, incluindo a liberação ou a substituição para acompanhamento na rede de atenção psicossocial e meio aberto.

10.9. À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS

80. Que seja discutido e aprovado Projeto de Lei que revogue a Lei Estadual n.º 7141/2009 que criou o Mecanismo e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, se instituindo no mesmo PL o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de acordo com a Lei Federal n.º 12.847/2013; com o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes e com a Recomendação n.º 5, de 29 novembro de 2018, do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

10.10. AO COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DE ALAGOAS

81. Que acompanhe a implementação das recomendações do MNPCT veiculadas neste relatório, realizando diálogos com as demais autoridades relacionadas em observância à garantia dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade.

10.11. À COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS - OAB/ALAGOAS

82. Que seja monitorada pela Comissão a implementação das recomendações para a observância de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade veiculadas neste relatório.

10.12. À CENTRAL DE FLAGRANTES I

83. Que seja assegurado o acesso a água apropriada para consumo para os custodiados na delegacia, uma vez que se encontram ingerindo água do chuveiro situada acima do vaso sanitário, o que faz com que possivelmente essa água esteja contaminada com coliformes fecais suspensos;

84. Que sejam disponibilizados víveres básicos como cobertores, colchão, sabonete, papel higiênico, escova de dente e creme dental para os custodiados;

85. Que as normas para vestuário dos custodiados não violem a dignidade da pessoa humana, como por exemplo permanecer durante muitos dias apenas vestido com roupa íntima.

10.13. AO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

86. Que o conselho realize visitas nas unidades de privação de liberdade do estado a fim de verificar as condições de acessibilidade das unidades e, ainda, que acompanhe a reforma que deve ser realizada imediatamente na Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira na ala dos cadeirantes com o objetivo de adequar o referido local.

**10.14. AO CONSELHO ESTADUAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

87. Que o conselho realize visitas/inspeção às unidades prisionais a fim de verificar e monitorar as condições de detenção da população LGBTI+.

ANEXO

SEEU - Processo: 9000233-38.2022.8.02.0001 - Assinado digitalmente por CAMILA LOLA ALMEIDA [51.3] JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO - Relatório completo (SPR) em 15/08/2022

CONFERE COM ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE-DVS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MACEIÓ-COVISA
COORDENAÇÃO DE INSPEÇÃO DE ALIMENTOS



ID: 1689744

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA Cozinha Central do Sistema Prisional de Alagoas

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE OCORRÊNCIA

Local: Cozinha Central do Sistema Penitenciário Estadual (UPR – Unidade Produtora de Refeição)
Endereço: Av. Lourival Melo Mota - BR 104, Km14
Bairro: Cidade Universitária Cidade: Maceió
C.E.P.: 57050-000
Fone.: (082) 3315-1751
Responsável Técnico pelo serviço de alimentação: Andréia dos Santos Santana - Nutricionista

OBJETIVO

Em atendimento a solicitação da 16ª Vara de Execuções Penais, através do Pedido de Providências processo: 9000233-38.2022.8.02.0001, foi realizada a inspeção sanitária na UPR – Unidade Produtora de Refeições localizada na Cozinha Central do Sistema Prisional Estadual, a fim de verificar as condições organizacionais, infra-estrutura física, ambiente, higiene e limpeza e da Atenção à Saúde, com vistas às possíveis irregularidades, mediante a elaboração de relatório.

EQUIPE DE INSPEÇÃO

Jadna Cilene Moreira Pascoal Inspetora/Fiscal – Nutricionista	Ricardo Walker de Siqueira Lima Inspetor/Fiscal – Médico Veterinário
--	---

SITUAÇÃO ENCONTRADA

A Cozinha Central é responsável pelo fornecimento de alimentos para os reeducandos de todas as unidades do Sistema Prisional Estadual. Encontramos uma cozinha estruturalmente adequada porém com deficiência na manutenção da estrutura física, equipamentos e reposição dos utensílios danificados além de falha no cumprimento das Boas Práticas na Manipulação dos Alimentos. As solicitações documentais e as exigências para as adequações das não conformidades estão descritas no Check-List abaixo.

EMBAMENTO LEGAL

Lei Municipal nº 7.028/20, RDC/Anvisa 216/04, 218/05 e 275/02

PROVIDÊNCIAS EXIGIDAS

Em	
	PROVIDÊNCIAS EXIGIDAS
	1. QUANTO À DOCUMENTAÇÃO: MANTER À DISPOSIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO NO ESTABELECIMENTO E/OU APRESENTAR NA SEDE DA VISA
1.1	() Alvará Sanitário: () Requerer ou Renovar () Manter exposto no estabelecimento e à disposição da fiscalização (X) PRAZO: 30 dias
1.2	() Atestados de Saúde: Apresentar atestados de todos os manipuladores e Proprietários ou Responsáveis que transitem na área de manipulação
X 1.3	() Manual de Boas Práticas () Procedimentos Operacionais Padronizados
X 1.4	() Documentos de prioridade () Planilhas preenchidas () Comprovante de Responsabilidade Técnica
X 1.4	() Controle Integrado de Pragas e/ou Certificado de desinsetização () De todo o Estabelecimento () Dos Veículos de transporte de alimentos
X 1.5	() Quanto à água: () Certificado de higienização dos reservatórios de água () Laudos das análises realizadas
X 1.6	() Comprovante de curso de boas práticas em manipulação de alimentos, para TODOS os manipuladores e responsáveis (Programa de capacitação/certificado/declaração contendo: carga horária, conteúdo e frequência, como também assinatura e identificação do profissional ministrante).
1.7	() P.M.O.C – Plano de Manutenção, Operacional e Controle
X 1.8	() Relatório de avaliação biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados () Lavanderia (Contrato) () Empresas fornecedoras de alimentos prontos (Cópias de Alvarás Sanitários)
	2. QUANTO À MANUTENÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES E/OU EQUIPAMENTOS
2.1	() Quanto aos compartimentos () Ventilação e Iluminação adequadas () Modificar a posição da porta (deve ser para fora da área de manipulação) sanitários, providenciar: () Salda de ar para a área externa () Banheiros separados por sexo
2.2	() Permanente limpeza e higienização () Descarga p/ vaso sanitário () Sifão para pia () Vaso sanitário () Dispensador de papel higiênico () Lavatório de mãos () Descarga p/ mictório () Lixeiras com tampa sem (X) Papel toalha

Documento assinado eletronicamente por VITORRYA SARAH VIANA SANTOS Mat. 954841-6 em 22/06/2022 às 12:33:27. JADNA CILENE MOREIRA PASCOAL Mat. 924652-5 em 22/06/2022 às 12:40:09 e RICARDO WALKER DE SIQUEIRA LIMA Mat. 16303-1 em 22/06/2022 às 12:41:11.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: P-JDP5 ZHX74 A26Y8 TNDYY



CONFERE COM ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE-DVS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MACEIÓ-COVISA
COORDENAÇÃO DA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS



	acionamento manual (X) Sabonete líquido
2.3	(X) Na área de manipulação, manter para () Proteger com tela de 2mm todas as janelas e/ou aberturas com meio exterior" () Barra Veda Porta a Proteção contra a entrada de pragas: () Armadilha tipo "mata moscas (X) Portas e janelas devem estar bem ajustadas aos portais
2.4	(X) Manter portas: () Com fechamento automático (X) Reparar a(s) mola(s) da(s) porta(s)
2.5	() As instalações devem ser abastecidas de água corrente e dispor de conexões com rede de esgoto ou fossa séptica.
2.6	(X) Nas superfícies da área de O que deve ser feito: (X) Reparo (X) Pintura Onde: () Pisos () Tetos/forro () Vidros manipulação Providenciar: (X) Retirar umidade/fungos (X) Paredes () Azulejos
2.7	(X) Lavatórios exclusivos para a higiene das mãos na área de manipulação, em () Instalar lavatórios/pias (X) Instalar sifões em pias e tanques posições estratégicas em relação ao fluxo de preparo dos alimentos e em número (X) Instalar sifões em ralos de chão e calhas. suficiente:
2.8	(X) Manter nos lavatórios de (X) Dispensador de toalha de papel não reciclado sempre abastecido.
2.9	(X) Manter na área de manipulação: (X) Dispensador de sabonete líquido sempre abastecido () Reparar adequadamente ou substituir: () Getadeira(s) () Freezer(s) () Câmara(s) fria(s)
2.10	() Exaustão da área de manipulação: O que deve ser feito: Onde:
2.11	() Instalação () Limpeza () Coifa () Exaustor () Retirar ventilador
2.12	(X) Iluminação na área de manipulação: () Colocar () Melhorar (X) Instalar luminária com proteção contra acidentes ou lâmpada de LED
2.13	(X) Providenciar termômetro (X) Providenciar utensílios adequados e íntegros
2.14	() Providenciar equipamentos adequados
2.15	() Mesas e bancadas para a () Fornar mesa de manipulação com material adequado: liso, lavável, () Bancadas devem ser de material: liso, manipulação de alimentos: resistente e de cor clara, lavável, resistente e de cor clara
2.16	() Caixas de gordura: () Vedar tampas das caixas de gordura () Retirar caixa de gordura da área de manipulação
2.17	() Manter lixeiras com tampa e acionadas a pedal (sem contato manual) na área de manipulação
2.18	(X) Caixas de água e cisternas, proteger com tampa adequada a fim de evitar contaminação: () Cisterna () Caixa d' água.
3.	QUANTO A HIGIENE/CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
X 3.1	() Acondicionar/armazenar () Embalagens próprias para alimentos (Não () Por grupo e separados de perfumaria e limpeza utilizar em embalagens servidas, recicladas, () Em estrados/Prateleiras adequados reaproveitadas, sacos de lixo ou sacolas.) (X) Proteger produtos/alimentos: expostos à venda e/ou armazenados
X 3.2	() Manter em unidades frigoríficas apropriadas -HOT BOX-
X 3.3	() Acondicionar em unidades apropriadas.
X 3.4	() Não comercializar alimentos e outros produtos: () Impróprios ao consumo () Interditados () Clandestinos
X 3.5	() Etiquetar alimentos fracionados e armazenados (com, no mínimo, as seguintes informações: designação do produto, data de fracionamento e prazo de validade após a abertura ou retirada da embalagem original) Providenciar palha de aço inoxidável para higienização dos equipamentos.
4.	QUANTO A HIGIENE E VESTUÁRIO
X 4.1	() Proceder rigorosa limpeza e (X) Em todo estabelecimento (X) Higienização de equipamentos desinfecção: (X) Utensílios Providenciar jato sob pressão () Dos sanitários () Manipuladores de alimentos deverão manter asseio individual e estarem uniformizados (uniforme que cubra a axila, touca e sapatos/botas,
4.2	() Vestuário: para uso exclusivo no exercício da função; assim como proprietários e responsáveis que transitem pela área de manipulação () Durante a manipulação, devem ser retirados todos os objetos de adorno pessoal e a maquiagem.
5.	QUANTO ÀS AÇÕES
5.1	() Organização geral: () Do estabelecimento e estoque () Dos refrigeradores () Das câmaras frias
5.2	() Não fumar durante o exercício das funções () Não destinar água servida para via pública () Não varrer a seco
5.3	() Não permitir plantas no interior do estabelecimento: () Plantas () Animais () Materiais/objetos estranhos à natureza da atividade ou em desuso
5.4	() O responsável por recebimento de dinheiro/cartão etc., não pode manipular alimentos
	OUTRAS PROVIDÊNCIAS: Máquina de lavagem para recipientes plásticos e caixas térmicas adequadas para acondicionar quentinhas

Ass. Responsável/Proprietário

Ass. Autoridade Sanitária

Maceió, ____/____/____

() Recusou-se a assinar

Ass. Autoridade Sanitária

Rua Alexandre Passos, s/n, Jaraguá- Maceió- AL.
CEP-57022-190 - Telefone: 3312-5496

DOCUMENTOS ACOSTADOS

Fotos.

CONCLUSÃO

Diante do observado, constatou-se a necessidade urgente de medidas corretivas para as exigências acima pontuadas, destacando especialmente a necessidade de centralização da higienização dos recipientes plásticos destinados ao acondicionamento dos alimentos consumidos pelos reeducandos, a fim de uniformizar os procedimentos evitando a contaminação por microrganismos residuais. Faz-se necessário a aquisição de caixas térmicas higienizáveis (HOT BOX) para acondicionamento e transporte das marmitas permitindo assim a manutenção da temperatura adequada até o consumo. É fundamental também, que os hortifrutes sejam devidamente limpos e sanitizados. Concluímos que o alimento ali manipulado pode causar doenças de origem alimentar e que o estabelecimento opera em desacordo com a Lei Municipal nº7.028/20 e as RDC 216/04 e 275/02 e precisa de reparos urgentes em sua estrutura, como melhorias nos procedimentos de manipulação, visando à segurança dos comensais do sistema penitenciário.

CONFERE COM ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE-DVS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MACEIÓ-COVISA
COORDENAÇÃO DA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS



LOCAL/DATA: Maceió, 22/06/2022

Jadna Cilene Moreira Pascoal
Inspetor/Fiscais/Nutricionista

Ricardo Walker de Siqueira Lima
Inspetor/Fiscais/Méd.Veterinário

Documento assinado eletronicamente por VITORRYA SARAH VIANA SANTOS Mat. 954841-6 em 22/06/2022 às 12:33:27. JADNA CILENE MOREIRA PASCOAL Mat. 924652-5 em 22/06/2022 às 12:41:11. e RICARDO WALKER DE SIQUEIRA LIMA Mat. 16303-1 em 22/06/2022 às 12:41:11.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: P.JDP5 ZHX74 A26Y8 TNDYY



CONFERE COM ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE-DVS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MACEIÓ-COVISA
COORDENAÇÃO DA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS



FOTOS

Fotografias do local de manipulação de alimentos – Cozinha Central do Sistema Prisional de Maceió.



Documento assinado eletronicamente por VITORRYA SARAH VIANA SANTOS Mat. 954841-6 em 22/06/2022 às 12:33:27, JADNA CLENE MOREIRA PASCOAL Mat. 924652-5 em 22/06/2022 às 12:40:09 e RICARDO WALKER DE SIQUEIRA LIMA Mat. 16303-1 em 22/06/2022 às 12:41:11.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: P-JDP5 ZHX74 A26Y8 TNDYY



CONFERE COM ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE-DVS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MACEIÓ-COVISA
COORDENAÇÃO DE INSPEÇÃO DE ALIMENTOS



Documento assinado eletronicamente por VITORIA SARAH VIANA SANTOS Mat. 954841-6 em 22/06/2022 às 12:33:27, JADNA CLENE MOREIRA PASCOAL Mat. 924652-5 em 22/06/2022 às 12:40:09 e RICARDO WALKER DE SIQUEIRA LIMA Mat. 16303-1 em 22/06/2022 às 12:41:11.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: P.JDP5 ZHX74 A26Y8 TNDYY



CONFERE COM ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SMS
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE-DVS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MACEIÓ-COVISA
COORDENAÇÃO DA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS



Documento assinado eletronicamente por VITORRYA SARAH VIANA SANTOS Matr. 954841-6 em 22/06/2022 às 12:33:27, JADNA CLENE MOREIRA PASCOAL Matr. 924652-5 em 22/06/2022 às 12:40:09 e RICARDO WALKER DE SIQUEIRA LIMA Matr. 16303-1 em 22/06/2022 às 12:41:11.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: PJDPS5 ZHX74 A26Y8 TNDYY





www.mnpctbrasil.wordpress.com
mnpct@mdh.gov.br
mnpctbrasil@gmail.com